

**TERESINHA DE JESUS BALDEZ E SILVA**

**PROCESSOS ENUNCIATIVOS E GRAMÁTICA OPERATÓRIA: o**  
espaço semântico-enunciativo dos marcadores *ser* e *estar*

**Araraquara – SP**

**2011**

**TERESINHA DE JESUS BALDEZ E SILVA**

**PROCESSOS ENUNCIATIVOS E GRAMÁTICA OPERATÓRIA: o**  
espaço semântico-enunciativo dos marcadores *ser* e *estar*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

**Linha de pesquisa:** Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática

**Orientadora:** Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende

**Bolsa:** CAPES

**Araraquara – SP**

**2011**

**TERESINHA DE JESUS BALDEZ E SILVA**

**PROCESSOS ENUNCIATIVOS E GRAMÁTICA OPERATÓRIA: o espaço**  
semântico-enunciativo dos marcadores *ser* e *estar*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

**Linha de pesquisa:** Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática

**Orientadora:** Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende

**Bolsa:** CAPES

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Marília Blundi Onofre  
Universidade Federal de São Carlos

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Vanice Maria de Oliveira Sargentini  
Universidade Federal de São Carlos

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Antônio Carlos Gomes  
Instituto Federal do Espírito Santo

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Alessandra Del Ré  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

---

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, meu refúgio e minha glória, por iluminar sempre a minha trajetória de vida.

À Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende, pela competente orientação e amizade.

À Universidade Federal do Maranhão, pela relevante oportunidade que me foi concedida.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, através de seus ilustres professores, que souberam compartilhar, com sapiência, enriquecedores conhecimentos.

À Márcia Manir Miguel Feitosa, coordenadora operacional do DINTER/UNESP/UFMA/CEFET, pelo seu empenho e apoio constante em todas as atividades docentes e discentes realizadas durante o curso.

Aos meus pais, José Ribamar e Emília, *in memoriam*, que me fizeram entender o caminho e a essência da vida.

A Gilson, que soube compreender, com seu jeitinho que lhe é peculiar, os momentos em que a minha presença foi tão ausente.

A meus filhos, Raquel, Gilson Júnior e Karla, maiores realizações de minha vida, que motivam e apoiam os meus passos e aos meus genros e nora, Gustavo, Gilvan e Keliny, pela compreensão dos momentos de família em que tive de esquivar-me.

Aos meus irmãos, Almir, Maria, Conceição e Eline, pelo apoio fraternal e constante incentivo.

A uma pequerrucha muito especial, Maria Luisa, com quem compartilhei os raros momentos de descontração, tão essenciais durante o processo de elaboração da pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para a concretização desse trabalho.

*“Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é o seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano”.*

*Émile Benveniste (1989, p. 222)*

## RESUMO

Esta pesquisa, ancorada no quadro teórico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, objetiva a descrição do sistema de representação metalinguística, elaborado por Antoine Culioli, a partir do qual nos propomos a investigar os valores referenciais dos marcadores verbais *ser* e *estar* numa perspectiva semântico-enunciativa e por um viés operatório. Para tanto, consideramos a articulação entre linguagem e línguas naturais e que as línguas são representadas por sistemas dinâmicos e constitutivamente variáveis, o que lhes confere estabilidade e plasticidade. Nesse sentido, é que pretendemos analisar, com base nos conceitos de deformatividade e invariância, o funcionamento dessas unidades linguísticas que se manifestam nos enunciados por meio de operações e que se configuram em uma prática textual de produção e interpretação de significação. Assim, optando por um modelo de análise que se instaura na relação enunciador, enunciado e enunciação, pautamos nossas reflexões no modo de construção dos valores referenciais dos marcadores linguísticos, objeto da pesquisa, dada a singularidade do real valor significativo desses lexemas. Esse processo de construção que se manifesta na circunstância particular que a produz e na qual se inscreve o sujeito evidencia-se nos arranjos léxico-gramaticais, principalmente, quando os confrontamos com os cânones impostos pela tradição gramatical.

Palavras-chave: Linguagem. Enunciação. Construção de valores referenciais. Operações enunciativas. Invariância. Estabilidade e instabilidade enunciativas.

## ABSTRACT

This research is based on Enunciative and Predicative Operations Theory and aims to describe the metalinguistic representation system, elaborated by Antoine Culioli, from which we propose to investigate the reference values of the verbal markers “being”, within a semantic-enunciative perspective and by an operative bias. To this end, we consider the relationship between language and natural languages and the languages representation by dynamic systems and constitutively variable, which gives them stability and plasticity. The analysis is done from concepts on deformality and invariance, the functioning of these units language that are expressed in utterances through operations that take place in a textual practice of production and interpretation of meaning. Thus, by choosing an analysis model that establishes in the relationship enunciator, statement, and utterance, our reflections are based on the construction mode of reference values of the linguistic markers, object of this research, aiming at the uniqueness of the significant real value of these lexemes. This construction process that is manifested in the particular circumstance that produces it and which the subject is subscribed. The lexical grammatical arrangements are evidenced, mainly when they are confronted with the canons imposed by traditional grammar.

Keywords: Language. Enunciation. Reference values construction. Enunciative operations. Invariance. Enunciative stability and instability.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

a.C.	– antes de Cristo
CLG	– Curso de Linguística Geral
E	– Exterior
I	– Interior
P	– Propriedade ou predicado, validação da relação (ser)
P'	– Complementar, não - validação da relação (não - ser)
PLG I	– Problemas de Linguística Geral I
PLG II	– Problemas de Linguística Geral II
PredP	– Predicação predicativa
QLT	– Qualitativo
QNT	– Quantitativo
R	– Relator
$\pi$	– Relator
S	– Sujeito do enunciado
S <sub>o</sub>	– Sujeito da enunciação
$\mathcal{S}$	– Sujeito enunciador
T	– Tempo do acontecimento ao qual se refere o enunciado
$\mathcal{T}$	– Tempo da enunciação
T <sub>o</sub>	– Tempo da enunciação
TOPE	– Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas
$\xi_0$	– Argumento (fonte)
$\xi_1$	– Argumento (alvo)
€	– Operador de localização (ponto de referência)
$\lambda$	– Léxis (ponto zero da construção de um enunciado)
x	– Termo origem
y	– Termo objetivo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
-------------------------	----

### PARTE 1

#### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

<b>CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS INTRODUTÓRIOS</b> .....	18
---	----

1.1	SOBRE LINGUAGEM, ENUNCIÇÃO E SIGNIFICAÇÃO .....	18
1.2	A UNIVERSALIDADE DA LINGUAGEM .....	19
1.3	O ESPAÇO DE INSCRIÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM NAS TEORIAS LINGUÍSTICAS.....	20
1.4	LÉXICO E GRAMÁTICA.....	24
1.5	A DIVERSIDADE DAS REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS .....	26
1.6	A CONSTRUÇÃO DOS ENUNCIADOS: a não linearidade dos efeitos dos sentidos .....	28

<b>CAPÍTULO II – A QUESTÃO DA REFERÊNCIA: alguns posicionamentos</b> .....	30
--	----

2.1	INTERLOCUÇÕES LÓGICO-FILOSÓFICAS: Frege, Russel, Strawson, Austin e Searle.....	30
2.2	INTERLOCUÇÕES ENTRE LINGUISTAS: alguns deslocamentos.....	40
2.2.1	<b>Ferdinand de Saussure:</b> a reivindicação de um objeto autônomo .....	40
2.2.2	<b>Ogden e Richards:</b> a questão do referente .....	42
2.2.3	<b>Émile Benveniste:</b> o espaço para novos objetos .....	44

<b>CAPÍTULO III – A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: um empreendimento operatório</b> .....	49
--	----

3.1	UMA CONCEPÇÃO DINÂMICA DE LINGUAGEM .....	49
3.2	A LINGUAGEM COMO CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÃO MENTAL, REFERENCIAÇÃO E REGULAÇÃO .....	51
3.3	O DIMENSIONAMENTO DO CONCEITO DE NOÇÃO .....	53
3.4	A LÉXIS .....	55

3.5	AS RELAÇÕES PRIMITIVA, PREDICATIVA E ENUNCIATIVA.....	57
3.6	A ARTICULAÇÃO ENTRE NOÇÕES E OCORRÊNCIAS.....	59
3.7	DA ESTABILIDADE À DEFORMALIDADE DAS UNIDADES LINGUÍSTICAS .....	61
3.8	O ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DOS VALORES REFERENCIAIS: o discreto, o denso e o compacto .....	67

## PARTE 2

### AS CONSTRUÇÕES COM OS MARCADORES *SER* E *ESTAR*

<b>CAPÍTULO IV – OS VERBOS <i>SER</i> E <i>ESTAR</i>: a tradição repensada .....</b>	<b>75</b>
4.1 VERBOS <i>SER</i> E <i>ESTAR</i> : breve trajetória.....	75
4.2 A TRADIÇÃO GRAMATICAL.....	77
<b>4.2.1 Said Ali .....</b>	<b>77</b>
<b>4.2.2 Gladstone Chaves de Melo .....</b>	<b>78</b>
<b>4.2.3 Celso Ferreira da Cunha / Celso Ferreira da Cunha e Luís F. Lindley Cintra .....</b>	<b>79</b>
<b>4.2.4 Napoleão Mendes de Almeida .....</b>	<b>79</b>
<b>4.2.5 Rocha Lima.....</b>	<b>80</b>
<b>4.2.6 Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch.....</b>	<b>81</b>
<b>4.2.7 José Carlos de Azeredo.....</b>	<b>82</b>
<b>4.2.8 Antônio Suarez Abreu .....</b>	<b>83</b>
<b>4.2.9 Evanildo Bechara .....</b>	<b>84</b>
<b>4.2.10 Ataliba Teixeira de Castilho.....</b>	<b>85</b>
4.3 A VISÃO LINGUÍSTICA .....	86
<b>4.3.1 José Rebouças Macambira .....</b>	<b>87</b>
<b>4.3.2 John Lyons.....</b>	<b>88</b>
<b>4.3.3 Émile Benveniste .....</b>	<b>90</b>
<b>4.3.4 Maria Helena Moura Neves .....</b>	<b>92</b>
<b>4.3.5 Juanito Ornelas de Avelar.....</b>	<b>93</b>
<b>4.3.6 Mário Alberto Perini.....</b>	<b>96</b>

<b>CAPÍTULO V – A ARTICULAÇÃO ENTRE UNIDADES LEXICAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO: o espaço semântico-enunciativo dos marcadores <i>ser</i> e <i>estar</i>..</b>	98
5.1 ALGUNS TRAÇOS MODAIS E ASPECTO-TEMPORAIS DOS MARCADORES <i>SER</i> E <i>ESTAR</i> .....	98
5.1.1 <b>Traços modais:</b> algumas considerações .....	98
5.1.2 <b>A atividade modalizante de um sujeito enunciador</b> .....	99
5.1.3 <b>Noções de aspectualização</b> .....	105
5.2 ESTABILIDADE E INSTABILIDADE ENUNCIATIVAS DOS MARCADORES <i>SER</i> E <i>ESTAR</i> .....	108
5.3 A INTERCAMBIALIDADE ENTRE <i>SER</i> , <i>ESTAR</i> , <i>TER</i> E <i>HAVER</i> .....	125
5.4 MODOS DE CONSTRUÇÃO REFERENCIAL DOS MARCADORES <i>SER</i> E <i>ESTAR</i> .....	129
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	133
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	138

## INTRODUÇÃO

É inegável que a pesquisa que, ora apresentamos, intitulada “**Processos enunciativos e gramática operatória**: o espaço semântico-enunciativo dos marcadores *ser* e *estar*”, foi desencadeada por um constante interesse por questões que emergem do sentido ou que gravitam em torno da construção da significação na linguagem, em função, talvez, até da própria influência das atividades de docência e pesquisa desenvolvidas ao longo do nosso percurso acadêmico.

De fato, o interesse pela reflexão em torno do tema teve início a partir da observação de como esses lexemas verbais se comportam nos enunciados, distanciando-se, de certa forma, ao modo como são descritos pelos compêndios clássicos e, sobretudo, pelas gramáticas tradicionais. Assim, tais lexemas são nomeados apenas em raros casos de predicação de existência e são destituídos de sua função predicativa, quando enfatizados na função de cópula e perífrase verbal - este último processo, conhecido por gramaticalização, no qual um verbo torna-se um elemento gramatical – e, portanto, vazio de conteúdo.

A gramática descreve-os apenas do ponto de vista morfossintático e não faz alusão aos valores semânticos implícitos nas interações das quais participam, limitando as possibilidades significativas de tais unidades. Opta, assim, por um trabalho desarticulado que separa léxico da gramática e não recobre a multiplicidade de sentidos que encerram esses lexemas, uma vez que, como operadores, apresentam propriedades singulares que se diferenciam, dependendo das interações que eles põem em cena no jogo enunciativo.

Nesse sentido é que pretendemos investigar as propriedades léxico-gramaticais dos marcadores *ser* e *estar*, sem desvinculá-las do processo de constituição dos enunciados inscritos numa ancoragem situacional e, além disso, demonstrar a formalização dessas unidades linguísticas que não possuem uma significação única, nem tampouco se ajustam a uma lista finita, preestabelecida de significação tal como se encontram lexicalizadas.

A linguagem, enquanto atividade de produção de significação que se estabelece nas interações entre as unidades linguísticas e seus contextos, contempla a variação como constitutiva do fenômeno linguístico, o que invalida qualquer suposição de que o conteúdo semântico possa vir a ser inerente a um determinado item lexical. Muito ao contrário, o sentido é maleável e estabilizado na própria dinâmica do processo enunciativo.

Trata-se, portanto, de um processo complexo em que a significação dos enunciados não se reporta a objetos semanticamente construídos, mas que se constroem em um espaço semântico no qual se definem os valores referenciais das unidades lexicais em uso. Daí a relevância de discutirmos as ocorrências dos verbos *ser* e *estar* no português brasileiro, não a partir de um modelo de formas descritas pela tradição gramatical, mas como uma atividade que, através de operações de linguagem, realiza combinações organizatórias de amostras autênticas da língua em uso.

Para empreendermos esta pesquisa, ancoramo-nos na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli e, apesar de reconhecermos ser uma tarefa bastante complexa, a nossa proposta é contribuir para a compreensão, por meio de reflexões, da natureza das propriedades léxico-gramaticais veiculadas pelos marcadores *ser* e *estar* que se consubstanciam no âmbito da atividade de linguagem.

Buscamos, assim, dentre outros, o conceito de léxis e, ainda, de noção que, responsável pela dinamicidade das línguas, está na base da significação, ao se relacionar ao modo como o sujeito apreende o mundo mediado por fatores mentais e físico-culturais.

Outro conceito fundamental na teoria culioliana no qual nos pautamos é o de invariância que sustenta a variação da linguagem e possibilita a estabilidade e a regularidade das línguas, sem o que seria impossível a produção e a interpretação de textos orais e escritos. Tal conceito é de fundamental relevância para a nossa pesquisa, na medida em que pretendemos investigar exatamente o que sustenta, com relação à análise dos marcadores *ser* e *estar*, a permeabilidade de seus valores referenciais, ou seja, do ponto de vista metodológico, como a invariância pode contribuir para o equilíbrio e a desambiguação da linguagem ou para chegarmos à interpretação dos enunciados dos quais participam os referidos lexemas.

Apesar de reconhecermos que teoria e prática articulam-se, pautamo-nos na observação, em nossas considerações, como o primeiro passo para a construção de uma gramática que não se restrinja a um reconhecimento dos arranjos da linguagem, mas que vise a uma gramática de produção e interpretação de enunciados.

Nessa linha de pensamento é que analisaremos o funcionamento de *ser* e *estar*, com vistas a esclarecer algumas questões, ainda obscuras, tais como que propriedades lhes são inerentes e as implicações que possam daí decorrer para a construção da significação, no quadro teórico de uma gramática enunciativa que é gerada por meio de um processo de relação dinâmica de significação entre coenunciadores.

Na tentativa de aprofundarmos o tratamento conferido a esses marcadores, a partir do modelo de análise ao qual nos filiamos, é que estruturamos o texto em cinco capítulos.

O capítulo 1, **Fundamentos introdutórios**, propõe uma aproximação entre os conceitos de linguagem, enunciação e significação, centrais no desenvolvimento da pesquisa, ao defendermos que não existe significação fora de uma enunciação linguística e que, através das línguas, é que se realiza a atividade de linguagem.

Traçamos um paralelo entre as concepções de linguagem com o intuito de definirmos o nosso posicionamento por uma concepção que resulta de uma interação verbal e encara a linguagem como um trabalho, uma atividade de representação pela qual possamos articular questões de linguagem com questões de língua, a partir do que o linguista produz ao observar os enunciados.

Evidenciamos, ainda, que é na relação entre o léxico e a gramática que se fundamenta a construção das categorias e, conseqüentemente, a significação dos enunciados na qual parte e todo se interpenetram. Em função disso é que rejeitamos uma análise classificatória, estática da língua e fazemos opção por um viés operatório, dinâmico da língua.

Paralelamente, antecipamos alguns conceitos, ainda que de forma embrionária, com a finalidade de enfatizar a atividade de linguagem como um processo cognitivo interno que condiciona a forma externa, a língua, que se projeta para algo no mundo. Nesse processo, a relação entre o formal (linguístico) e o experiencial, o empírico, cultural (extralinguístico) é necessária para a construção dos valores referenciais.

O capítulo 2, **A questão da referência**: alguns posicionamentos, empreende uma incursão pela Filosofia, Lógica e Linguística, a partir de interlocuções teóricas, por meio das quais realizamos uma reconstrução histórica sobre a relação linguagem e mundo.

Esse capítulo subdivide-se, desse modo, em duas partes. A primeira, intitulada **Interlocuções lógico-filosóficas**, apresenta reflexões sobre a relação entre significado, valor de verdade e referência, propostas por Frege, Russel e Strawson de um lado e John Austin e Searle de outro, ao abordarem a referência no quadro de uma teoria da ação, ou seja, nos jogos de atuação sociocomunicativa inscritos nos atos de fala. A segunda, **Interlocuções entre linguistas**: alguns deslocamentos, discorre sobre o problema da referência para Saussure que prefere marginalizá-la para preservar o caráter científico da linguística, para Ogden e Richards com a introdução do referente e para Benveniste que,

embora sustente a sua base teórica em paradigmas estruturais, traz à tona a questão da subjetividade, o sujeito como uma categoria enunciativa.

O capítulo 3, **A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas**: um empreendimento operatório, traça as linhas mestras do paradigma teórico ao qual nos vinculamos como o modelo de análise adequado para o nosso propósito.

A partir das operações de linguagem de representação mental, de referenciação e de regulação, discorremos sobre os mecanismos tanto de ordem mental, cognitiva, quanto de ordem físico-cultural, subjacentes à construção dos valores referenciais das unidades linguísticas. Para tanto, recorremos a conceitos-chave como noção, léxis, as operações constitutivas dos enunciados (relações primitivas, predicativas e enunciativas), dentre outros, como a articulação entre noções e ocorrências, a estabilidade e a deformalidade - elementos constitutivos da atividade de linguagem -, além do espaço de construção dos valores referenciais.

O capítulo 4, **Verbos ser e estar**: a tradição repensada, delineia um percurso histórico com foco nos marcadores *ser* e *estar*, contextualizando-os desde a sua origem até o momento atual, segundo o tratamento que lhes são conferidos pela clássica tradição gramatical e pelos manuais de linguística.

O capítulo 5, **A articulação entre unidades lexicais e contextualização**: o espaço semântico-enunciativo dos marcadores *ser* e *estar*, apresenta uma proposta de análise linguística na qual enfatizamos a construção dos valores referenciais dos marcadores *ser* e *estar*.

Iniciamos o capítulo elaborando um diálogo entre a atividade modalizante de um sujeito enunciador – assunção discursiva – e as categorias de tempo e espaço. Propomos algumas reflexões que se centram na linguagem como uma atividade dinâmica na qual a estabilidade e a instabilidade das representações fazem-se presentes no jogo enunciativo, o que de certa forma implica a inserção do sujeito nas análises linguísticas.

Sob esse prisma, propomos a montagem e a desmontagem das ocorrências com esses marcadores com base no princípio da determinação/indeterminação da linguagem que, em um movimento contínuo, constrói e desconstrói os seus valores referenciais, a partir das propriedades operatórias e das condições das quais se investem tais marcadores.

No último item, **Considerações Finais**, delineamos as conclusões sobre o trabalho, elaborando uma síntese dos pressupostos que sustentaram a nossa análise e

apontando algumas reflexões necessárias, porém, não definitivas, sobre o tema em pauta que se fundamenta em uma análise semântico-enunciativa dos marcadores *ser* e *estar*.

## **PARTE 1**

---

### ***Pressupostos teóricos da pesquisa***

# CAPÍTULO I

## FUNDAMENTOS INTRODUTÓRIOS

### 1.1 SOBRE LINGUAGEM, ENUNCIÇÃO E SIGNIFICAÇÃO

[...] as palavras são apenas pedras postas a atravessar a corrente de um rio, se estão ali é para que possamos chegar à outra margem, a outra margem é o que importa, a não ser, a não ser, quê, a não ser que esses rios não tenham duas margens, mas muitas, que cada pessoa que lê seja, ela, a sua própria margem, e que seja sua, e apenas sua, a margem a que terá de chegar... (SARAMAGO, 2000, p. 77).

Neste capítulo, expomos algumas considerações introdutórias imprescindíveis que envolvem conceitos basilares para a elaboração desta pesquisa, ao nos propormos definir o espaço semântico-enunciativo dos marcadores *ser* e *estar* pelo viés da construção de seus valores referenciais.

Enunciar é construir /reconstruir significação. Na história do pensamento sobre a linguagem, a função de significar sempre foi uma constante nas teorias da linguagem. Partindo do pressuposto de que a linguagem não é transparente e que um ato de linguagem não limita a sua significação apenas a uma forma explícita, é que pretendemos demonstrar que as línguas, embora apresentem um funcionamento parcialmente autônomo (regras fonológicas, morfológicas e sintáticas), têm uma ordem própria a qual cabe ao linguista descrever.

Percebemos que, apesar de os enunciadores utilizarem uma mesma gramática, o sentido de um dizer pode reportar-nos a várias significações, dado que estas decorrem de fatores que não se enquadram na ordem da língua, o que nos obriga a pensar a linguagem a partir do lugar o qual é concebida.

A linguagem, portanto, como espaço de interação verbal não se vale apenas de um sistema abstrato de formas linguísticas, mas, como um processo dinâmico que é, configura operações que envolvem um processo de produção de sentido no contexto global dos enunciados. Um modelo de construção dinâmica de significação parte de um contexto

explícito, no qual o enunciado é construído à medida que vai ocorrendo a sua recepção, ou seja, sendo as unidades linguísticas flexíveis, elas só adquirem valores semânticos em funcionamento.

## 1.2 A UNIVERSALIDADE DA LINGUAGEM

Inevitavelmente, falar de significação implica falar em linguagem. A linguagem, como faculdade intrínseca ao homem, possibilita-lhe pensar, interpretar e agir, enfim desempenhar a sua capacidade interlocutiva, visto que a atividade de linguagem consiste na “atividade de um ‘sujeito’ formulando, exprimindo, ‘comunicando’ uma determinada relação com o ‘real’” (FISCHER, 1999, p.17)<sup>1</sup> como um meio de atingir o outro homem.

Uma teoria da linguagem que pretende ser exclusivamente imanente e deixa de lado as questões empíricas não se sustenta por si só. A linguagem como faculdade universal, capacidade pertencente a todos os indivíduos de construção de representações, símbolos, só é possível investigá-la através das línguas, isto é, dos dados linguísticos.

Como meio de conhecimento cujo objeto reside fora da própria linguagem e como único caminho para se chegar a esse conhecimento, somente é possível perceber a sua materialidade linguístico-discursiva pelos enunciados e, como tal, a atividade discursiva é sempre interpretativa.

Além do que a atividade linguística que se configura no processo de produção e de reconhecimento de textos emitidos pelos coenunciadores numa situação de interação, só consubstancia-se por meio de uma constante atividade de simbolização, de representação. Um ser ou entidade só passa a ter existência a partir do momento em que é nomeado pelo sujeito por um ato de linguagem.

Nessa perspectiva é que buscamos uma concepção de linguagem que esteja isenta de classificações, polarizações e tente explicar a partir de uma dada língua, inserida em uma determinada cultura, como se chegar à linguagem. Mais precisamente, buscamos investigar a organização de um sistema linguístico em uma dada língua, ou seja, um modelo de análise linguística que, como um espaço teórico híbrido (ao relacionar linguagem e mundo), dê conta de explicitar o funcionamento da linguagem como uma

---

<sup>1</sup> As traduções dos excertos de Culioli em francês e em inglês e de outros autores franceses, ainda não traduzidos para o português, foram realizadas pela autora.

atividade significativa em que estão em jogo, de um lado, os aspectos subjetivos de ordem mental e, de outro lado, os aspectos objetivos da ordem do real.

### 1.3 O ESPAÇO DE INSCRIÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM NAS TEORIAS LINGUÍSTICAS

Desde os estóicos (século I a. C.), os primeiros a elaborarem uma teoria coerente sobre a linguagem, passando por Port-Royal, o comparativismo indoeuropeu, o estruturalismo, o gerativismo, as teorias dos atos do discurso e a análise do discurso (as implicações dos conflitos, relações de poder, constituição de identidades...), etc, as investigações sobre a natureza da linguagem são recorrentes e clássicas no decorrer da história da linguística.

Assim, encontramos a inexistência de um itinerário que seja único e obrigatório no que tange à formação do pensamento linguístico. A linguagem e a língua têm sido concebidas sob diferentes ângulos que foram se consolidando a partir de determinadas posições teóricas.

A linguagem como expressão do pensamento parte da hipótese de que o ato de linguagem esgota em si mesmo como se fosse apenas suporte do pensamento, ao relacionar as categorias da língua com as categorias da realidade. A competência do ser que fala restringe-se a representar o mundo pelo explícito, a não dizer outra coisa a não ser o que ele diz. A realidade é imposta e o sujeito é apenas um tradutor, “visto como um *ego* que constrói uma representação mental e deseja que esta seja ‘captada’ pelo interlocutor da maneira como foi mentalizada” (KOCH, 2002, p. 14).

A herança desta tradição remonta à Gramática de Port-Royal, publicada em 1660, na França, por Antoine Arnaud e Claude Lancelot que se deixaram influenciar pelo racionalismo de Descartes. De inspiração filosófica, consideravam a estrutura da língua como um produto da razão e não se limitavam às descrições das línguas, em particular, visto que pensavam a linguagem como um reflexo de um sistema racional e lógico mais geral. Para Port-Royal, as ideias relacionavam-se aos objetos, ou seja, as palavras ou expressões apenas funcionavam como invólucro das ideias.

Nesse quadro teórico, Araújo (2004, p. 24), ao reportar-se a esta gramática, pontua que “as palavras são sons distintos e articulados que se transformam em signos, encarregados de traduzir o que se passa no pensamento, isto é, as operações lógicas, tais

como conceber, julgar, raciocinar”. A gramática funde-se com a lógica e tenta mostrar a lógica das ideias e dos juízos que subjaz ao signo. De algum modo, centra o seu foco no fato de ser a realidade representada por juízos nos quais o verbo *ser* possibilita a afirmação das proposições:

Há um lado material da fala, sonoro, e um lado espiritual, usado para significar o pensamento, que opera concebendo (compreensão intelectual), julgando (afirmação do ser das coisas) e raciocinando (juízos usados em deduções). Em todas essas operações, funcionam proposições compostas de sujeito e predicado, o sujeito é aquele que concebe e o concebido é o atributo. A ligação, o verbo ser, vem do juízo e do raciocínio. O juízo é a forma por excelência do pensamento. (ARAÚJO, 2004, p. 24).

O sujeito e o predicado pertencem, nesse contexto, à operação do espírito – mente - mais precisamente a de conceber, já que se reportam àquilo que concebemos (à formação de conceitos), tratando-se, dessa forma, de objetos de pensamentos. Com relação à ligação, o verbo *ser* - cujo principal uso é significar a afirmação – como em “A Terra é redonda”, diz respeito a uma operação de julgamento e tanto resulta de uma ação do espírito como do modo de pensarmos. Daí ser relevante considerar os objetos do pensamento e o modo do pensamento.

Ainda com relação aos autores Arnaud e Lancelot, ao realizarem uma análise lógica de caráter universalista, encontrada nas obras dos *modistae*<sup>2</sup> sobre esse verbo, concluíram que, além de realizar a função de julgar de forma mais simples, o verbo *ser*, também, pode ocorrer com outros verbos como *viajar*, por exemplo, seguido de um atributo tal qual se realiza em “é viajado” que corresponderia a “é viajante”.

A linguagem passa, então, a ser pensada em sua generalidade e relegada a um segundo plano. Toda a metafísica de representação teve reflexos nos dias atuais com a gramática gerativa de Chomsky que se inspirou no racionalismo e tentava construir uma gramática universal, ao pressupor um falante-ouvinte ideal e não locutores reais em situações concretas de uso da língua.

A segunda concepção, a linguagem como instrumento de comunicação, põe em jogo a necessidade básica da espécie humana de expressar pela fala as suas necessidades

---

<sup>2</sup> Grupo de gramáticos que, na Idade Média, tentavam construir uma teoria geral da linguagem na qual não coincidem as categorias da gramática com as categorias da lógica. Para esses gramáticos, a linguagem natural manifestava três tipos de modalidades (*modus*): o *modus essendi* (de ser), o *intelligendi* (de pensamento) e o *significandi* (de significar).

fundamentais de comunicação, rompendo, dessa forma, com os pressupostos metafísicos. Segundo Paveau e Sarfati<sup>3</sup>, retomando Whitney:

É quando a expressão cessa de ser limitada à emoção que é sua base natural, é quando ela volta-se aos usos intelectuais que começa a história da linguagem [...]. Lá onde falta *o desejo de comunicação*, não há nenhuma produção de linguagem. [...] a necessidade de comunicação sempre é a principal força determinante que faz com que o homem fale. (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 39).

A língua passa a ser entendida como um produto social que possibilita a comunicação – transmissão linear de informações - entre os membros de uma comunidade, excluindo o falante como interlocutor e isolando-o de seu contexto social. Ainda para o autor, há todo um alcance sob um ponto de vista utilitário, funcional que fundamenta a necessidade de comunicação:

É para que os conhecimentos nos sejam comunicados que nós aprendemos nossa língua, e é por meio da comunicação que nós aprendemo-la. É ainda por meio da comunicação que nós renovamos nossas ideias. *É a necessidade de conservar esse meio que coloca um freio na mudança dos dialetos*, e é ela que, conscientemente ou inconscientemente, cada um reconhece por regra. (WHITNEY apud PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 40).

O que importa é a relação entre emissor e receptor, ou ainda, codificador e decodificador para dar conta da comunicabilidade, sem nenhum juízo de valor, ao reconhecer a legitimidade de todas as variedades linguísticas em uso.

Sob essa concepção é que vai se desenvolver a língua enquanto um código virtual, um sistema abstrato, homogêneo, desvinculado do seu contexto de utilização tanto na fala (Saussure) quanto no desempenho (Chomsky), rompendo, assim, com a relação língua e realidade.

Entretanto, uma observação atenta dos fenômenos linguísticos deixa-nos entrever a complexidade desses fatos, sua diversidade, seu funcionamento e sua heterogeneidade. Tudo isso nos impede de aceitarmos uma concepção simplificada de comunicação, apenas como função primordial e marca distintiva da linguagem, ao desconsiderar o sujeito e as situações de uso concreto da língua.

---

<sup>3</sup> De acordo com Paveau e Sarfati (2006), as citações de Whitney são extraídas de NORMAND, C. et al. *Avant Saussure*, 1978.

Enquanto meio de interação, a linguagem assume uma forma de ação entre interlocutores, um lugar de interação humana que se consubstancia por uma atividade pela qual o homem se organiza e dá forma às suas experiências.

Diferentemente das outras concepções, a função da linguagem ultrapassa uma instância meramente representacional e não se restringe a uma espécie de ferramenta que os falantes utilizam apenas com fins comunicacionais. Ela coloca a língua no seu lugar. O processo de produção de significação é produzido pelos interlocutores em interação, ou seja, pela própria enunciação:

A interação é por excelência o lugar de uso da língua. Ela constitui um observatório essencial para o estudo da linguagem em suas condições ordinárias de produção e por sujeitos cultural e socialmente assumidos. O problema dos interlocutores não é simplesmente produzir frases bem formadas, mas antes construir enunciados adequados ao contexto e ajustados a seus interlocutores. (BERTHOUD, 2006, p.223-224).

Trata-se de uma atividade, um trabalho simbólico que instaura uma relação entre os interlocutores. A interação verbal distingue-se, desse modo, do diálogo na medida em que ela se insere no espaço de realização de uma atividade, isto é, ocorre a interação verbal, a partir do momento em que o homem coloca a língua em uso. Nesse sentido, o processo de significação é construído por um sujeito enunciador que revela por meio da atividade de linguagem a sua forma de apreensão do mundo a qual, por sua vez, se relaciona diretamente com as suas experiências individuais e coletivas. É no jogo de construção da significação que os sujeitos exercem sua atividade de enunciadorelocutores. A identidade só se constrói em uma relação direta com a alteridade.

Enquadram-se, nessa concepção, as teorias de tendências enunciativas, dentre outras, a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli a qual nos inscrevemos por ser um modelo de análise adequado aos nossos propósitos. Ao objetivar a linguagem como uma atividade de produção de significação, diferencia-se das outras teorias de cunho enunciativo por apresentar uma visão singular que relaciona sujeito, objeto linguístico e realidade. Segundo Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 28), a interação é “o lugar de uma atividade coletiva de produção de sentido”, dado que toda atividade humana é regulada pela linguagem. O valor de uma forma emerge da interação, elaborada de forma coordenada e simultânea pelos interlocutores.

De fato, a linguagem é uma ação humana, uma atividade constitutiva do conhecimento humano não só estruturada pelas circunstâncias e referências ao mundo, mas também estruturante desse conhecimento. Por isso mesmo é que:

Certamente a linguagem se utiliza como instrumento de comunicação, certamente comunicamos por ela aos outros nossas experiências, estabelecemos, por ela, com os outros, laços contratuais por que interagimos e nos compreendemos, influenciemos os outros com nossas opções relativas ao modo peculiar de ver e sentir o mundo, com decisões consequentes sobre o modo de atuar nele. Mas se queremos imaginar esse comportamento como uma “ação” livre e ativa e criadora, suscetível de pelo menos renovar-se ultrapassando as convenções e as heranças, processo em crise de quem é agente e não mero receptáculo da cultura, temos então que aprendê-la nessa relação instável de interioridade e exterioridade, de diálogo e solilóquio: antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção de pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos, ideias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências. (FRANCHI apud MORATO, 2004, p. 317).

Nessa linha de pensamento, as palavras, as unidades linguísticas, dependendo das interações nas quais se inserem, mudam de sentido, não se reportam, portanto, a uma lista finita de definições tal como se encontram dicionarizadas. É preciso compreendê-las, “em zonas privilegiadas do espaço semântico que permitem não somente caracterizar uma significação precisa do termo, mas também dar uma ideia por meio da rede que elas formam, do conjunto de suas acepções possíveis”, como aponta Victorri (1992, p. 187).

#### 1.4 LÉXICO E GRAMÁTICA

É de senso-comum que a gramática clássica tem sido alvo de críticas ao longo do tempo com relação à ineficácia de seus conceitos, inadequação de seus métodos e pelo fato de não relacionar a sua prática aos processos de produção e interpretação de textos.

Um estudo dinâmico da linguagem parte da possibilidade de inexistência de categorias gramaticais preestabelecidas, ao não considerar a manifestação de “classes” *a priori* em que predomina a sintaxe, enquanto um esquema de relações formais cujas unidades são previamente constituídas, ou seja, não se preocupa com as categorias gramaticais das línguas naturais e muito menos com as suas características

morfossintáticas. As unidades lexicais e as categorias gramaticais, nessa perspectiva, articulam-se e são construídas por meio da atividade da linguagem.

Quando enunciamos algo, não o fazemos por meio de palavras isoladas. O léxico e a gramática são os materiais disponíveis para que o locutor possa realizar um empreendimento comunicativo. Contudo, as categorias gramaticais não devem ser confundidas com as partes do discurso (substantivo, adjetivo, pronome, verbo, etc.). É no processo gerador das categorizações que se estabelece a significação.

Qualquer possibilidade de ocorrência da significação constrói-se no momento da enunciação em que as unidades ou arranjos como marcas léxico-gramaticais suscitam uma possibilidade de referenciação. Embora, para muitos, o termo “semântica” associe-se diretamente ao léxico, a significação ganha contornos diferentes ao deslocar-se do significado da unidade lexical para a significação do enunciado: a significação é construída e reconstruída no e pelo ato de enunciação. Uma teoria da gramática não pode desconhecer que a atividade do sujeito fundamenta-se no fato de que:

Em primeiro lugar, as línguas naturais não são sistemas tão sistemáticos como pensavam os estruturalistas: cada ato de fala é sempre um ato de opção sobre um feixe de possibilidades de expressão que o sujeito correlaciona às condições variáveis da produção do discurso. Em segundo lugar, as regras da linguagem não possuem, no geral, uma necessidade biológica ou lógica: sua regularidade tem um fundamento social e antropológico e a obediência a elas tem um fundamento funcional. (FRANCHI; NEGRÃO; MÜLLER, 2006, p. 49).

O importante é entender como o sujeito atua linguisticamente na construção da significação, dado que o conhecimento é resultado de um processo. As expressões significam aquilo que propriamente significam, daí ser a gramática “o estudo das condições linguísticas da significação” (FRANCHI; NEGRÃO; MÜLLER, 2006, p. 88) e o sentido ser entendido como um dado imediato e fundamental de nossas experiências cotidianas de linguagem. Ou mais precisamente, enquanto saber linguístico, as regras da gramática têm:

[...] um fundamento histórico, antropológico: constituem uma práxis social e nela se constituem. Por isso, possuem um grau de indeterminação que as torna dependentes de um sistema cultural de representação e do contexto real em que as expressões se enunciam. Por isso, também, elas não são uma bitola estreita, mas uma multiplicidade de caminhos, abertos à opção, e mesmo à revisão e à violação. (FRANCHI; NEGRÃO; MÜLLER, 2006, p. 99).

Tudo isso se levarmos em conta que é no próprio funcionamento da língua que interpretamos marcas linguísticas, desconstruímos os arranjos de marcas e reconstruímos relações no qual o texto passa a ser um arranjo léxico-gramatical. Tal atividade de desconstrução e de organização é que põe em jogo o sistema de representações, e a gramática passa a ser vista como a estruturação e simbolização de um conteúdo semântico. Nesse contexto é que buscamos uma gramática de produção/interpretação de textos que não se limita a um mero reconhecimento dos arranjos de linguagem, mas que se orienta em face da diversidade das línguas e da (in)determinação da linguagem.

### 1.5 A DIVERSIDADE DAS REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS

Uma das questões centrais para a linguística é a diversidade das línguas que abrange não só a variabilidade entre línguas, mas também intralíngua. Antes de tudo, é preciso considerar que as representações do mundo são construídas pela e através das línguas e que cada língua constrói suas representações específicas. Entretanto, nada que possa expressar, sob formas variadas, um sistema universal de conceitos no sentido chomskyano cuja proposta é a existência de princípios inatos, universais (regras fixas, independentes das línguas) e de um número finito de parâmetros suscetíveis de variar de língua para língua (programa minimalista).

A questão que colocamos é: como fazer a articulação entre a diversidade das línguas, realidade que se impõe como impossível desconsiderá-la, e a universalidade da faculdade de linguagem inerente à espécie humana? Em um plano estritamente linguístico, como se dá a relação entre as variações (especificidades das línguas) e as invariâncias que sustentam a unidade da faculdade de linguagem?

Em primeiro lugar, podemos retornar à tese do relativismo linguístico, conhecida por hipótese Sapir-Whorf que, embora tenha sido relegada por muito tempo, torna-se atual ao explicitar que cada língua conceitua os dados da experiência de forma diferente. Constrói, assim, uma visão diferente do mundo em função da diversidade de culturas. Contudo, as línguas apresentam como pano de fundo as invariâncias, sem as quais

seria impossível a atividade de linguagem. Uma passagem de Sapir<sup>4</sup>, extraída de Fuchs (1997, p. 11) e traduzida por Rezende (2006, p. 19), aponta que:

O mundo das formas linguísticas, no quadro de uma língua dada, constitui um sistema completo de referência, assim como um sistema de número constitui um sistema completo de referência quantitativa, ou como um conjunto de eixos geométricos constitui um sistema completo de referência para todos os pontos de um espaço dado. Esta analogia matemática não tem nada de extravagante, contrariamente ao que se poderia crer à primeira vista. A passagem de uma língua a outra é paralela, psicologicamente falando, à passagem de um sistema geométrico a outro. O mundo circundante ao qual se faz referência é o mesmo para duas línguas; o mundo de pontos é o mesmo nos dois quadros de referência, mas o método formal de abordagem do elemento de experiência a expressar, exatamente como o método de abordagem de um ponto dado no espaço, é tão diferente que a orientação sentida não pode ser a mesma de uma língua para outra, assim como de um quadro de referência para outro. Ajustamentos formais totalmente diferentes (ou, em todo caso, que diferem em uma proporção mensurável) devem ser operados, e essas diferenças têm, cada uma, os correlatos psicológicos.

Em face desse quadro é que são encontradas invariantes em um nível mais abstrato do processo de construção das categorias, mesmo considerando a variabilidade das representações linguísticas. Nesta perspectiva, a língua deve ser pensada de forma dinâmica, há determinadas sutilezas na língua, ora aproximando-se de estados mais estáveis e ora de estados mais instáveis. As formas e os sentidos nas línguas são objeto de constante ajustamento.

Apesar de a tradição tanto a nível lexical, quanto gramatical ter o costume de listar, por meio de uma série de empregos, a significação precisa das unidades, o essencial é saber como se produzem as relações de significação. O que observamos, com a nossa pesquisa, é que há um deslocamento do plano estritamente sintático, de sua materialidade, para um plano semântico-conceitual no qual a matéria semântica é evidenciada nas representações nocionais, por meio de unidades linguísticas que interagem umas com as outras em função da dinâmica dos sentidos.

---

<sup>4</sup> Obra original: SAPIR, E. The grammarian and his language. *American Mercury*, 1, 1924. p. 149-155. Reprisado em: SAPIR, E. *Selected writings of Edward Sapir in language, culture and personality*. Berkeley: University of California Press, 1949. p. 150-159.

## 1.6 A CONSTRUÇÃO DOS ENUNCIADOS: a não linearidade dos efeitos de sentido

Como propriedade fundamental da linguagem, podemos dizer que as unidades lexicais não são mais que representantes de representações (CULIOLI, 1990). Ao tratar-se de mecanismos específicos de construção de representações veiculadas pelas línguas, a variação dessas representações linguísticas comporta-se de forma diferente ao nível de unidades isoladas (lexemas e morfemas) e ao nível de enunciados, embora ponha em jogo determinados mecanismos que articulam esses dois níveis.

De fato, vimos que as unidades são extremamente diversificadas, variam de cultura para cultura e entre os indivíduos, o que implica modos diferentes de construção da referência. Isto, em razão de as línguas recortarem o mundo de forma variável por meio de seus léxicos e de suas categorias gramaticais. No entanto, tais diferenças entre as línguas, no que diz respeito à categorização lexical, não faz jus a nada que possa ser aleatório ou estritamente determinista. Nem as variações linguísticas não são assistemáticas. Nesse universo:

As relações por sua vez semânticas e formais entre as palavras constituem um tecido tanto mais complexo que forma e sentido não evoluem com a mesma velocidade. Assim, por exemplo, um obreiro de chumbo não é mais um artesão que restaura os canos de chumbo, a expansão da palavra (e então uma parte de seu sentido) evoluiu porque ela é tomada na história da sociedade que a utiliza. Portanto algumas relações linguísticas podem sobreviver à sua desmotivação: assim a relação metonímica que permite designar pelo termo *pena* aquele que escreve os discursos de um ministro, guarda seu poder referencial então mesmo que um escritor não se sirva mais de pena para escrever. Esta relação complexa e instável entre as palavras e seu semantismo, a história das formas e história dos conteúdos, deve incitar prudência quando se procura captar as representações cognitivas através das representações linguísticas. (ROBERT, 1997, p. 29).

Nesse sentido é que as línguas podem ser vistas como fenômenos culturais, motivadas não só por fatores estruturais, mas ainda por fatores extralinguísticos.

Por outro lado, as unidades virtuais são sempre postas em jogo em um enunciado que, por sua vez, produz um trabalho sobre essas unidades como resultante da atividade de linguagem. O enunciado como um todo apresenta propriedades estruturais bem específicas que fazem uma ligação entre a expansão semântica das palavras e a construção sequencial dos enunciados.

Não se trata, portanto, de inserir as unidades semânticas de cada língua em uma estrutura sintática vazia, comum a todas as línguas, mas de resgatar um processo contínuo de construção de sentido dos enunciados. Trata-se do que se caracteriza pela não-linearidade dos sentidos.

Os enunciados, assim, comportam determinações de diferentes níveis: o nível predicativo (construção de uma relação predicativa) e o nível da enunciação (o colocar em jogo uma relação predicativa com um sujeito enunciador e um tempo lugar da enunciação).

A comunicação de um conteúdo de pensamento, sob uma forma linguística, tem por finalidade eliminar a indeterminação de um espaço discursivo entre enunciador e coenunciador para construir um espaço referencial comum aos interlocutores.

Nesse sentido é que consideramos o enunciado como o lugar de construção de sentido por um processo dinâmico e, do mesmo modo, é com este propósito que fundamentamos a nossa pesquisa. Tal posicionamento, no entanto, será retomado no Capítulo III no qual aprofundaremos as bases teóricas.

Antes, porém, precisamos retornar às abordagens lógico-filosóficas cujo enfoque centraliza-se na linguagem como questão analítica ao relacionar o sujeito ao objeto, às entidades no mundo, a fim de reconstruirmos a história das condições linguísticas da significação, ou melhor, da construção dos valores referenciais.

## CAPÍTULO II

### A QUESTÃO DA REFERÊNCIA: alguns posicionamentos

Neste capítulo, apresentamos um estudo sobre a referência, tema constante na filosofia, na lógica e na linguística moderna que, abordado de acordo com a especificidade de cada disciplina, procura investigar como se dá a relação entre a linguagem e a exterioridade. Nessa perspectiva é que pretendemos, através de uma interlocução teórica, delinear um percurso histórico de como esse conceito vem se constituindo ao longo do tempo.

A partir da visão clássica da linguagem, aproximamo-nos dos autores que se filiam à filosofia da linguagem para discutir algumas abordagens lógico-filosóficas que versam sobre a formalização da referência e estabelecer um diálogo com as abordagens linguísticas, com vistas a evidenciar aquilo que for pertinente para fundamentar uma linguística enunciativa ou, mais precisamente, as suas implicações para a atividade de linguagem e o funcionamento das línguas em particular.

#### 2.1 INTERLOCUÇÕES LÓGICO-FILOSÓFICAS: Frege, Russel, Strawson, Austin e Searle

Este tema tem suscitado preocupações diferentes para os representantes da filosofia analítica da linguagem. A semântica formal teve como o seu mais eminente representante Gottlob Frege (1848-1925), matemático, lógico e, também, filósofo a quem coube um projeto de construção de uma linguagem rigorosa cuja essência incide na busca da verdade. Tentava decifrar, com exatidão e clareza, a forma lógica do pensamento, ou melhor, como a atividade de linguagem inerente ao homem relaciona-se com o mundo real.

Em seu artigo, *Sobre o sentido e a referência*,<sup>5</sup> Frege (1978) põe em pauta uma teoria do significado na qual investiga o “ser” com o intuito de definir algo sobre a sua essência. Ao estabelecer uma distinção entre nome, sentido e referência, reproduz, por

---

<sup>5</sup> Obra original publicada sob o título de *Über Sinn und Bedeutung* em *Zeitschrift für Philosophie und Philosophische Kritik*, NF, 100, 1892.

meio de uma expressão aritmética, uma linguagem simbólica que equivale a uma expressão lógica do pensamento.

O ponto de partida de Frege (1978) é demonstrar se há uma relação de identidade entre objetos ou nomes de objetos. Assumindo esta última posição, o seu projeto de construção funda-se nos juízos de inspiração kantiniana, ou seja, numa relação de igualdade representada por “ $a = a$ ” (juízos analíticos) e “ $a = b$ ” (juízos sintéticos) que se caracterizam como proposições que se diferem não só quanto ao pensamento, juízo (aqui entendido como a trajetória do pensamento para o valor de verdade), mas, ainda, quanto aos seus valores cognitivos. Considerando as sentenças:

- (a) A estrela da manhã é a estrela da manhã.
- (b) A estrela da manhã é a estrela da tarde.

Admite Frege que sentenças do primeiro tipo poderia ser o caso de uma identidade entre objetos expressa pela fórmula “ $a = a$ ”. Em termos de linguagem ordinária, corresponderia aos sintagmas “estrela da manhã” e “estrela da manhã” em que um objeto é sempre idêntico a si mesmo e verdadeiro em qualquer circunstância. Nesse caso, o predicado alia-se ao sujeito como algo já contido nesse conceito, sendo, portanto, tautológico *a priori*.

Caso a identidade ocorra entre nomes de objetos, logo expressa por “ $a = b$ ”, a e b constituem apenas uma nomenclatura diferente para coisas iguais, ou seja, são nomes diferentes de um mesmo objeto, possuindo, dessa forma, a mesma referência. Na teoria fregeana, uma diferença só poderia estabelecer-se, caso houvesse uma diferença no modo de apresentação do que é propriamente designado. Propõe, assim, um terceiro elemento que configuraria ao lado do nome e da referência.

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. (FREGE, 1978, p. 62).

Em outras palavras, a relação estabelecida entre o nome e a referência é mediada pelo sentido que é o seu próprio modo de apresentação. Em linguagem ordinária, significa dizer que “estrela da manhã” e “estrela da tarde” reportam-se ao mesmo objeto no mundo - o planeta Vênus - e possuem a mesma referência. No entanto, apresentam

sentidos distintos: no primeiro, trata-se de uma “estrela mais brilhante ao amanhecer” e, no segundo, de uma “estrela vespertina bem visível, a primeira a aparecer ao entardecer.”

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto. (FREGE, 1978, p. 65).

A partir de um sistema triádico, envolvendo os conceitos de sinal, sentido e referência, estabelece um liame de tal modo entre essas categorias que o sinal remete a um determinado sentido que, por sua vez, remete a uma determinada referência. Contudo, a uma referência não corresponde um único sinal, ou seja, a referência tem um sinal ou vários sinais que a expressam, embora nem sempre o sentido corresponda a uma referência e exemplifica com “o corpo celeste mais distante da Terra” que tem sentido, apesar de não possuir uma referência.

Nessa mesma linha de raciocínio, Frege (1978) aponta que, apesar de a linguagem representar seus objetos de referência por meio de suas expressões, temos que considerar que duas expressões sobre um único objeto não constituem uma definição ou explicação desse objeto, mas sua demonstração em que o importante não é só o fato de que são duas formas (“estrela da manhã” e “estrela da tarde”) para falar de um mesmo referente, mas ainda saber que propriedades estão a elas relacionadas. São esses sentidos ou pensamentos que sustentam as ciências, *a priori*. Os sentidos não pertencem à realidade, mas à organização lógica da linguagem. Assim, o sentido e a referência constituem aspectos distintos da significação, ou mais precisamente, a referência de um nome é a própria função do sentido do nome.

Além do sentido e da referência das expressões, palavras ou sinais – nomes próprios -, Frege investiga o sentido e a referência das sentenças. Nomeia o sentido de uma sentença de pensamento e o objeto de sua referência de valor de verdade, entendendo “por valor de verdade a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa” (FREGE, 1978, p. 69). O conhecimento, segundo o autor, só ocorre pela junção do pensamento (sentido) com o seu valor de verdade (referência).

Talvez por ser lógico e não linguista, ele não aprofundou os casos de sentido sem referência, apenas os aponta como casos de imperfeição das línguas naturais e nem tampouco justifica os dêiticos, em função de tais signos suscitarem a sua inserção em um

determinado contexto de situação na determinação de sua referência. Seu objetivo não era construir uma teoria sobre os nomes próprios ordinários, estava voltado para um projeto de construção de uma língua ideal, perfeita do ponto de vista lógico e sem ambiguidades - uma ideografia - que pudesse minimizar as irregularidades da linguagem ordinária.

Um dos principais interlocutores de Frege é o inglês Bertrand Russel (1872-1970) com quem comunga o fato de a linguagem lógica, por não conter imperfeições, seria o meio mais adequado para expressar a relação linguagem e realidade, já que ambos estavam preocupados com uma linguagem que informasse, mas que fosse destituída de irregularidades. Refuta, contudo, a relação triádica de Frege e reúne numa única categoria sentido (significado) e referência (denotação).

Para o autor, somente aos nomes cabe o privilégio de exercer uma função referencial individualizante. Com relação aos nomes próprios, a teoria russelliana reconhece que um nome só tem sentido se estiver numa relação direta e imediata com aquilo que designa. O significado é, de fato, o próprio objeto designado, denotado, com o qual se experiencia algo pelos sentidos. Nessa linha de raciocínio, desempenhar a função de um nome próprio implica ter um valor referencial definido.

Propõe uma análise em que a condição de existência é essencial para determinar a verdade ou falsidade de uma sentença, desvinculando-a de sua forma gramatical sujeito e predicado. Assim, Russel (1989), em seu artigo *De la dénotation*<sup>6</sup>, ao fazer uma releitura de Frege que admitia sentidos sem referência e sentenças significativas sem valor de verdade, faz uma distinção entre nomes próprios que designam objetos de forma particular no sentido lógico das palavras (isto, isso, aquilo), os quais se referem diretamente aos sentidos dados ou a outros objetos do conhecimento imediato e nomes próprios ordinários, no sentido usual de nomes próprios, que condensam uma descrição definida abreviada. As abreviações aconteceriam no caso do nome “Sócrates” que, para o autor, condensaria uma descrição como o “mestre de Platão”. Ainda, segundo Russell, tal descrição poderia ser reduzida a uma forma lógica bem específica de generalização existencial, como na análise lógica da célebre proposição:

---

<sup>6</sup> Artigo clássico original publicado por RUSSELL, Bertrand. *On denoting*. MInd, XIV. 1905, p. 479- 493, no qual apresenta, pela primeira vez, sua teoria das descrições definidas.

(c) “O atual rei de França é calvo”.

Parte do princípio de que há/existe um  $x$ , tal que  $x$  é o rei de França e  $x$  é calvo. Trata-se de uma formulação geral que satisfaz uma descrição, contudo não indica a quem tal  $x$  se reporta. Nesse caso, Russell (1989) pontua que as descrições são definidas em função das condições de verdade das formas lógicas, daí ser uma sentença com valor falso e não verdadeiro, dado que à França, não sendo uma monarquia, não se aplicaria a existência de um rei naquele território. Tal sentença é significativa e possui referência, apesar de tratar-se de uma sentença falsa. Dito de outra forma, embora não exista o objeto denotado, é possível lhe ser atribuído as propriedades <ser ou não ser calvo>. Desse modo, a sua proposição funda-se em um realismo que lhe possibilita crer na existência das coisas do mundo físico com suas respectivas propriedades.

As descrições não equivalem a um nome próprio, não são nomes autênticos, portanto, precisam ser decompostas em asserções existenciais para que possam ser identificados e relacionados os elementos da sentença aos elementos da realidade. O que leva a concluir que a descrição definida não é uma simples expressão denotativa, diferentemente do que pensava Frege para quem uma descrição definida, na posição de sujeito, consistia apenas na pressuposição de uma proposição que assevera a existência da entidade à qual se refere a descrição.

Ainda quanto aos verdadeiros nomes próprios, Russell (1978), em *Significado e verdade*, declara que se referem àqueles que, de fato, denotam um objeto pela capacidade que possuem de simbolizar, representar um particular. Como vimos, aproximam-se dessa categoria os demonstrativos *isto*, *isso*, *aquilo* que apontam diretamente para o que designam e, assim, asseguram a existência do que realmente pretendem denotar. A esses nomes, não caberia nenhum conteúdo descritivo. Faz menção, ainda, aos “particulares egocêntricos”, mais precisamente aos dêiticos – eu, aqui, agora, - que se caracterizam pela relação de dependência que se estabelece entre o usuário da palavra e o objeto que denota. E acrescenta que, muito ao contrário do que possamos pensar, não constitui um problema a instabilidade referencial de *isto*, pelo fato de *isto* somente poder ser aplicado de cada vez a um objeto.

Podemos, então, concluir que a teoria dos nomes próprios de Russell é uma teoria da condição de existência na qual as proposições apresentam denotação e significado. Como uma teoria da denotação, aplica-se aos nomes próprios que se reduzem

a abreviações de descrições definidas. Apesar do seu mérito, tais considerações não o eximem de algumas críticas, dentre as quais, a que se refere Cardoso (2003, p. 61) quando, ao destacar o fato de Russell ter confundido referência com significado, cede a voz a Strawson:

[...] o qual acusa Russell de não ter enxergado que o significado das sentenças é função da expressão linguística como tal, ao passo que seu valor de verdade (referência) é função do seu uso nesta ou naquela ocasião particular, o que equivale a dizer que são os usuários da língua (e não a língua através de suas expressões) que fazem referência. (CARDOSO, 2003, p. 61).

O trabalho de Strawson de 1950, *On referring*,<sup>7</sup> enquadra-se numa versão mais contemporânea da clássica teoria descritivista e insere-se em uma teoria da comunicação linguística, ao preocupar-se com o sistema da língua em uso.

Conforme relata Cardoso (2003), no caso da sentença “O atual rei de França é calvo”, houve um equívoco por parte de Russell ao postular que se trata de uma asserção com um valor de verdade (falso, nesse caso) e que tal asserção implica a existência de um rei de França. Segundo Peter Strawson (1919-2006), um enunciado desse tipo não é verdadeiro nem falso, dito por algum interlocutor, logo pensamos em um mal-entendido, dado que a França não é uma monarquia.

Faz uma severa crítica a Russell no que concerne aos nomes próprios e às descrições. Quanto aos nomes próprios, situam-se na classe das expressões em que seus usos referenciais não são regulamentados por convenções gerais, e sim por convenções específicas. No que diz respeito aos demonstrativos, como mudam a cada situação de uso, não sendo possível tomá-los como significado de uma expressão demonstrativa, trata-se exclusivamente de uma convenção linguística. Daí, reconhecer que existem algumas palavras que possuem predominantemente um papel referencial como os nomes próprios e os pronomes.

Na opinião do filósofo, é impossível dizer que as expressões, dentre as quais se incluem os nomes próprios, fazem referência a algo, do mesmo modo que é impossível dizer, assim como para Frege, que uma sentença é verdadeira ou falsa. Para o autor, referir é uma “característica de uma utilização de uma expressão” (STRAWSON, 1985, p. 266), no seu entender, algo que acontece no enunciado, quando se utiliza uma expressão. A

---

<sup>7</sup> Obra original: STRAWSON, P. F. *On referring: logico-linguistic papers*. Londres: Methuen, 1950.

referência, nesse sentido, não se concentra na língua, mas na própria ação dos seus usuários, deslocando a referência para o uso.

Propõe, assim, uma teoria da referência com base na distinção entre implicação lógica e pressuposição (aquilo que é assumido pelos interlocutores como verdadeiro), oração e enunciado.

Referir não é asseverar a existência e a unicidade de algo, não é dizer que se faz referência, como afirmava Russell. Ao referir-se a uma entidade, um falante *não afirma* que ela existe, mas *pressupõe* que ela existe. Por isso, fala dela. Já está de alguma forma pressuposto (não logicamente) que o objeto a que se faz referência deve existir. Assim, um enunciado como “O rei de França é calvo” pressupõe outro enunciado, “existe um rei da França”. A verdade do enunciado é condição necessária da verdade do primeiro enunciado (CARDOSO, 2003, p. 90).

Nessa perspectiva, o autor argumenta que o significado de um enunciado é função de uma expressão linguística, enquanto que o seu valor de verdade, isto é, a referência, é função exclusiva de seu uso em uma determinada situação particular. Daí, a razão pela qual só os enunciados possuem forma lógica e podem ter um valor de verdade, ou seja, são verdadeiros ou falsos e não as sentenças.

Na esteira da tradição lógico-filosófica, John Austin (1911-1960) tenta superar a ilusão descritiva de que as afirmações eram fundamentadas somente nos valores de verdade ou falsidade e serviam apenas para descrever, representar um estado de coisas. Mais que isso, dá relevância à verbalização na medida em que considera, necessariamente, que os tipos de fala efetivam-se apenas na atuação verbal. Assim, centraliza-se numa concepção de linguagem que, voltada para uma teoria da ação que se inscreve num jogo de atuação sociocomunicativa, envolve: o contexto, as convenções de uso e as intenções dos falantes.

Nessa concepção, proferir um enunciado não significa somente dizer algo, mas é fazer algo, agir sobre o real. Ou melhor, dizer que uma palavra tem um determinado sentido é saber em que condições específicas ela ocorre, sem as quais o ato não se efetiva, ainda que tenha sido proferido. Isso demonstra que a realização do ato depende de um conjunto de condições que são denominadas por Austin (1990) de condições de sucesso ou felicidade.

A princípio, levanta a hipótese de que são dois os tipos de enunciados nas línguas naturais: os constatativos que descrevem alguma coisa e têm um valor de verdade e os performativos que possibilitam a realização de um determinado tipo de ação, ou seja, do

ato que está sendo enunciado. Austin tenta sustentar a teoria da performatividade, entretanto, nas palavras de Paveau e Sarfati (2006, p. 220), “a interferência das condições de validação de um ato de enunciação (condições de verdade + condições de sucesso ou felicidade) mostra que não há uma fronteira clara entre esses dois constituintes do sentido”.

Em função disso e em nome de uma teoria da ação, Austin reformula a sua hipótese e integra a teoria da performatividade à teoria dos atos de fala como um de seus componentes. Propõe uma análise em que dizer alguma coisa equivale a executar três atos que estão intrinsecamente relacionados: (i) o ato locucionário que se realiza enunciando uma frase, o qual consiste em um ato de referência com determinado sentido; (ii) o ato ilocucionário que se realiza na linguagem, o qual mostra o que está sendo feito naquilo que se diz, ou seja, o próprio ato efetuado ao se dizer algo; (iii) o ato perlocucionário que se realiza pelo fato de dizer aquilo que é dito e, desse modo, não se realiza na linguagem, mas pela linguagem como efeito dos atos locucional e ilocucional, tais como influenciar o outro, persuadir alguém a fazer algo, causar constrangimento, embaraço a outrem, etc.

Um dos sucessores de Austin e seu discípulo é John Searle (1932 - ), um dos maiores filósofos da contemporaneidade, que tem como proposta de referência discutir o relacionamento entre o significado da frase e o seu potencial ilocutório, sob a perspectiva dos jogos de atuação comunicativa inscritos nos atos de fala. De certa forma, desenvolve a teoria dos atos de fala de Austin, ao investigar sob que condições os sujeitos interpretam os enunciados. No próprio dizer do autor:

... speaking a language is performing speech acts, acts such as making statements, giving commands, asking questions, making promises, and so on...theses acts are in general made possible by and are performed in accordance with certain rules for the use of linguistic elements.’’ (...) More precisely, the production or issuance of a sentence token under certain conditions is a speech act, and speech acts (...) are the basic or minimal units of linguistic communication. (SEARLE, 1969, p. 16).<sup>8</sup>

Tal posicionamento faz crer que a fala se efetiva mediante a realização de atos de fala que constituem as unidades fundamentais da comunicação verbal e que se manifestam por meio de formas de interação socialmente normalizadas. Segundo Schmitz (1978), Searle é pontual ao afirmar que o significado de uma frase (enunciada) determina

---

<sup>8</sup> Uma possível tradução seria: (...) falar uma língua é realizar atos de fala, atos tais como fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas e assim por diante... esses atos tornam-se, em geral, possíveis e são realizados em conformidade com as regras para o uso dos elementos linguísticos. (...) Mais precisamente, a produção ou emissão de uma sentença enunciada sob determinadas condições é um ato de fala e atos de fala (...) são o básico ou unidades mínimas da comunicação linguística.

os seus atos de fala realizáveis, o que implica que a realização de um ato de fala define-se pela realização potencial de desempenho comunicativo de um texto. Nessa concepção, a linguagem não é uma mera representação da realidade, mas uma forma de atuação sobre o real em que as regras para o uso das unidades linguísticas desenvolvem-se paralelamente às regras envolvidas na interação social.

Quanto à referência, formula sua própria teoria com relação aos nomes próprios, ao sustentar que o sentido do nome próprio constitui-se por um conjunto de descrições. Os nomes próprios não são usados para descrever, ou ainda, para especificar as características dos objetos, ao contrário estão vinculados às características dos objetos a que eles se referem em particular. Como postula o autor, “as descrições representam aspectos ou propriedades de um objeto” (SEARLE, 1969, p. 164). O falante, quando se refere a um determinado objeto, deve ter uma representação linguística desse objeto em algum ou em outro aspecto.

Condizente com Frege (1978), ao pontuar que qualquer termo particular deveria ter um modo de apresentação e conseqüentemente um sentido, apenas ressalva que o único problema foi que Frege considerou a descrição identificadora a ser substituída por um nome como sua definição. A referência de um nome é determinada não por sua descrição particular, contudo pelos agrupamentos ou famílias de descrições que ao nome associam os falantes, sendo, portanto, um designador indireto.

Como tese central, Searle coloca que a linguagem relaciona-se com o mundo, visto que os falantes assim a relacionam na efetivação dos atos linguísticos. A referência passa a ser entendida como o ato de um sujeito particularizar um objeto no mundo. Em outras palavras, para entender o sentido de um enunciado, é necessário considerar o contexto extralinguístico inscrito nos elementos circunstanciais: quem diz, como diz, quando diz, etc.

Searle afirma que o falante, ao comunicar uma frase, realiza ao mesmo tempo um ato proposicional e um ato ilocucional. Ao primeiro, corresponde a referência e a predicação, ou seja, o conteúdo a ser comunicado e, quanto ao segundo, corroborando com Austin, refere-se ao dizer, ao ato que se realiza na própria linguagem, o que implica que toda proposição se realiza pela execução de um ato proposicional e de um ato ilocucional. Conforme aponta Paveau e Sarfati (2006), Searle questiona a hipótese performativa e preocupa-se com uma concepção intencionalista da significação. Quanto à referência, declara que:

Não teremos uma teoria adequada da referência linguística enquanto não pudermos mostrar como tal teoria faz parte de uma teoria geral da intencionalidade, isto é, de uma teoria acerca do modo como a mente se relaciona com objetos do mundo em geral. (SEARLE apud NORMAND, 2009, p. 136).

Como um dos seus propósitos principais apresenta a distinção entre sentido da sentença e sentido do falante. O primeiro reporta-se ao significado da sentença por si só, o sentido literal, e o segundo àquilo que o falante diz quando enuncia uma expressão ou sentença. De fato, como para Searle o uso referencial assenta-se em um aspecto ou em outro, ou seja, está disponível *a priori*, o autor, portanto, não consegue livrar-se das amarras da filosofia analítica.

Assim, na primeira fase do domínio da filosofia analítica, houve um maior interesse pelas linguagens formais, cujo intuito era construir uma gramática universal que refletisse a estrutura lógico-semântica da linguagem, uma vez que as línguas naturais não se prestavam a esse tipo de linguagem como tentava comprovar o formalismo lógico de Frege e Russell. Nesse período, o que predominava era a visão de que a linguagem determina o mundo a partir das condições de verdade das sentenças.

Em um segundo momento, ocorreu um deslocamento da referência do sistema lógico-formal, ou seja, da estrutura da língua para a linguagem em uso. Enquadram-se, nesse contexto, Strawson que não consegue desvincular o uso do mundo real, já que a verdade e a falsidade ficariam sempre dependentes da realidade do pressuposto; Austin, para quem a referência fica circunscrita ao ato linguístico como um todo, ao considerar que o sentido de uma palavra vai depender do ato em que ela ocorre e Searle, filósofo e linguista que, em sua teoria, apresenta um deslocamento do discurso da Filosofia Analítica da Linguagem, na qual a linguagem designa o mundo, para o discurso da Filosofia Linguística, ao propor uma teoria da linguagem que integra os atos de fala, os quais se constituem de formas de comportamento socialmente normalizadas.

De forma geral, os filósofos contemplavam uma visão de língua ideal, transparente e não conseguiam desvincular-se da concepção clássica de referência que põe a verdade como um pressuposto inquestionável, apesar de os mais contemporâneos terem introduzido, no processo de referência, elementos como o contexto de enunciação e a intenção dos falantes.

## 2.2 INTERLOCUÇÕES ENTRE LINGUISTAS: alguns deslocamentos

É certo que a referência é um fato linguístico que atravessa a tradição lógico-filosófica e a linguística, assumindo posições teóricas diferenciadas ao longo da história da construção dessas ciências.

### 2.2.1 Ferdinand de Saussure: a reivindicação de um objeto autônomo

No domínio da linguística, remontamos a Ferdinand de Saussure (1857-1913) que, com a publicação do *Cours de Linguistique Générale* em 1916, faz um corte epistemológico e funda a linguística, reservando-lhe o estatuto de ciência. Saussure rompe com os paradigmas da lógica-formal e, assim, a linguística chega ao século XX, segundo Normand (2009, p. 9), sob “os pilares de uma teoria que supõe a dessubstancialização da língua e a recusa de uma explicação causal que preexista à própria língua”.

No que concerne à referencialidade, embora possamos questionar os procedimentos imputados a Saussure, dada a apresentação indireta de seus escritos,<sup>9</sup> a questão da referência é tratada por Saussure como pertencente ao domínio exterior da linguística, ao definir o signo linguístico como a união de um significante e um significado, sendo ambos de natureza psíquica:

O signo une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos. (SAUSSURE, 1972, p. 80).

Outro ponto esclarecedor é que Saussure (1972) isolava o seu objeto de estudo quando, baseado no princípio de imanência formulado nas palavras finais do Curso, aponta que “a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (CLG, p. 271)<sup>10</sup>. Sua descrição limitava-se apenas à parte interior -a língua - que se traduz em “um sistema independente da vontade e da inteligência do indivíduo” no qual “o sistema só conhece a sua própria ordem”. Para o autor, a língua “é a parte social da

---

<sup>9</sup> O *Cours de Linguistique Générale* foi originalmente organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger.

<sup>10</sup> Utilizamos a sigla CLG para nos referimos ao conjunto das reflexões inscritas no *Curso de Linguística Geral*.

linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la” (CLG, p. 22). Impõe-se à linguagem, como um todo “multiforme e heteróclita” (CLG, p. 17), a língua como “um produto social”, ou seja, “um conjunto de convenções necessárias, adotadas por um corpo social para permitir o exercício da linguagem” (CLG, p.17).

Ao eleger a língua como sistema de signos o seu objeto de estudo: “o ponto de vista é que cria o objeto” (CLG, p. 15), considera-a como aspecto privilegiado, essencial do fenômeno linguístico, embora reconheça a matéria como um dado empírico (fatos fisiológicos, psíquicos, psicológicos). Ao contrário da língua, a fala - aspecto complementar da linguagem -, sendo “múltipla e heterogênea”, manifesta-se por “um ato individual de vontade e inteligência” (CLG, p. 22) e como um ato subjetivo não se presta a um estudo sistemático. Graças, assim, à rejeição da fala e, por extensão da linguagem como um todo, que Saussure empreendeu o seu projeto científico que primava por um sistema interno de relações distintas - “um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (CLG, p. 18), - o qual funciona independente de uma relação com o objeto do mundo.

Saussure (1972) define a língua como um sistema de valores, fundamentado no princípio da diferenciação – “na língua só existem diferenças” (CLG, p. 139) – que se manifestam em um jogo de oposições no qual os termos se solidarizam uns aos outros e o valor de uma unidade resulta necessariamente de uma relação. Nos *Escritos de Linguística Geral*, Saussure (2002, p. 30) confirma a noção de valor, articulando-a a uma cadeia sinonímica, ao propor que:

Nós não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valor*, *sentido*, *significação*, *função* ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *ideia* como *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto, é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardinal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores*. (SAUSSURE, 2002, p. 30).

O projeto saussuriano, dessa forma, considera a língua como um sistema de valores puros, relacionais, diferenciais no qual o valor subordinado à significação de uma palavra não é dado de antemão, mas emana do próprio sistema:

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 1972, p. 136).

Tudo isso comprova que a língua é “uma forma e não uma substância” (CLG, p. 131), uma vez que “quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema” (CLG, p. 139). Tal posicionamento deixa-nos entrever que Saussure, ao marginalizar a substância do fenômeno linguístico, deixava de lado os referentes da língua, já que a condição de existência das unidades do sistema era dada tão-somente pela sua diferença. A teoria saussuriana preocupou-se, assim, com o sistema sincrônico, a ordem formal dos signos, desprezando os aspectos simbólicos da linguagem.

De fato, essa concepção de signo que se inscreve na união de um significante e um significado não inclui o referente. Saussure descartava a realidade das coisas e insistia que o signo “está dentro de nossa cabeça e sua natureza (material ou imaterial, pouco importa) é COMPLEXA”. Mais adiante reitera “todo signo é uma operação de ordem psicológica simples – é por isso que [ele] não causa impacto -, mas não se pode falar o tempo todo dessa operação em face das delimitações”. (SAUSSURE, 2002, p. 117).

Contudo, Saussure parece invalidar a sua tese sobre a exclusão do referente, quando faz menção a dois níveis da realidade: o linguístico que é interior ao signo (significado) e o extralinguístico que, sendo exterior, reporta-se ao referente. De certo modo, ainda que de forma indireta, o referente está presente como conceito, ou seja, como significado na sua relação com o significante que, inevitavelmente, aponta para o objeto, a sua referência.

### **2.2.2 Ogden e Richards: a questão do referente**

Na esteira de Saussure, Ogden e Richards (1972) descrevem o significado linguístico por meio das relações entre pensamento, palavras e coisas. A partir da concepção de símbolo (signo, significante para Saussure) que dirige e organiza, registra e comunica algo, estabelecem uma diferenciação entre pensamento ou referência

(significado para Saussure) – aquilo que é dirigido e organizado de um lado e registrado e comunicado do outro – e coisas, ao introduzirem a figura do referente (o objeto, a realidade extralinguística).

Dispõem os autores, nos vértices do clássico triângulo por eles elaborado, os três fatores envolvidos nesse processo cognitivo que passam a configurar numa relação triádica. Nesse gráfico, as relações existentes entre eles são representadas pelos lados e a base é diferente, daí ser indireta a relação entre palavras e coisas:



Figura 1 – Relação entre símbolo, referência e realidade

Fonte: Ogden e Richards (1972, p.32)

Para os autores, entre pensamento (referência) e símbolo há uma relação de simbolização em que são mantidas relações causais (ou seja, um significante vincula-se a um determinado significado na terminologia saussuriana); entre pensamento e referente ou entre significado e objeto extralinguístico há uma relação mais ou menos direta e entre símbolo e referente não há nenhuma relação pertinente, mas apenas presumida como afirmam:

Entre o símbolo e o referente não existe qualquer relação pertinente, a não ser uma indireta, que consiste em seu uso por alguém para representar o referente. Símbolo e referente, por outras palavras, não estão diretamente ligados (e quando, por razões gramaticais, subtendemos uma tal ligação, será meramente uma relação imputada, em contraste com uma real) mas apenas indiretamente, de um lado ao outro do triângulo. (OGDEN; RICHARDS, 1972, p. 33).

Nesse sentido, como o referente é individual, variável, o que continua sendo mais relevante é que a relação entre símbolo e referência seja correta, lógica e verdadeira. Pelo visto, parece desnecessária a inclusão do referente, na medida em que a relação signo-objeto tem como mediadora a mente subjetiva a que se ligam fatores psicológicos, antropológicos e culturais.

### 2.2.3 Émile Benveniste: o espaço para novos objetos

Com Benveniste (1902 - 1976) abre-se, na segunda metade do século XX, uma nova perspectiva que se projeta no deslocamento do objeto da linguística saussuriana – a língua como sistema. Benveniste centraliza seu enfoque não exclusivamente na forma, mas resgata o sentido por meio de uma metodologia de análise da forma e introduz o domínio do discurso, ao considerar que a língua, enquanto estrutura, possui uma forma, no entanto é no próprio funcionamento que a língua se transforma em discurso.

Ao mobilizar as noções de forma e sentido, dois artigos são essenciais para a compreensão desses aspectos: “*A forma e o sentido na linguagem*” (1989) e “*Os níveis de análise linguística*” (1995). Para Benveniste, a língua é um “sistema orgânico de signos linguísticos” (PLG I, 1995, p. 127)<sup>11</sup> cujas unidades delimitam-se a partir das relações que as unem e que, por sua vez, realizam-se pelas operações de segmentação (eixo sintagmático) e de substituição (eixo paradigmático).

Como a língua abrange diferentes níveis hierarquicamente constituídos (fonemas, palavras, frases), “o sentido é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico” (PLG I, p. 130). Propõe, desse modo, a noção de nível como essencial para uma análise da língua enquanto sistema de signos. Nesse contexto, “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (PLG I, p. 135), visto que a “linguagem é uma atividade significativa por excelência” (PLG II, 1989, p. 223). Não se trata, entretanto, de algo que se possa acrescentar à língua, é o seu próprio ser, ou seja, “o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar” (PLG II, p. 222).

---

<sup>11</sup> Para fazer referência ao conjunto da obra de Benveniste, utilizamos as siglas PLG I (1995) e PLG II (1989) para *Problemas de Linguística Geral I e II*, respectivamente.

O signo, constituído de um significante e um significado, é entendido como forma e sentido e pode ser considerado apenas como uma unidade semiótica, uma vez que é “a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (PLG II, p. 225). Contudo, trata-se de uma unidade não semântica no sentido proposto por Benveniste, daí ser no contraste semiótico/semântico que se sustenta a principal tese de suas proposições.

Ao dialogar com Saussure, Benveniste tenta ir um pouco mais além e estabelece que tudo que se relaciona com o semiótico pertence ao domínio do intralinguístico e passa a ser identificado no interior e no uso da língua:

Nós erigimos, desta forma, a noção de uso e de compreensão de língua como um princípio de discriminação, um critério. É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora de uso o signo não existe. Não há estágio intermediário; ou está na língua, ou está fora da língua, *tertium non datur*<sup>12</sup>. (BENVENISTE, 1989, p. 227).

Nesse modo de significar, os sentidos fecham-se em si mesmos, privilegiam apenas a descrição das formas em suas marcas distintivas, operando nos moldes saussurianos.

No modo de significação semântico, é a língua em uso que prevalece. A língua, ao mesmo tempo, como instrumento de descrição e raciocínio em que o que está em jogo não é mais o signo em si, mas a intenção daquele que comunica. Benveniste retoma a frase, considerando-a como uma “expressão semântica por excelência” e percebe que signos e frases têm descrições distintas e pertencem a universos diferentes. Enquanto o sentido de uma palavra, na acepção semântica, é o seu emprego, o sentido de uma frase é a ideia que ela expressa em sua totalidade. Há uma mudança radical na passagem do semiótico, que tem por unidade o signo e define-se como uma propriedade da língua, para o semântico - o colocar a língua em ação como resultante de uma atividade do locutor – cuja unidade semântica é a palavra.

O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase

---

<sup>12</sup> Expressão latina que equivale literalmente a “a terceira parte não é dada”. No caso, não há espaço para uma terceira hipótese, enfim a impossibilidade de um meio-termo.

implica referência à situação do discurso e à atitude do locutor. (BENVENISTE, 1989, p. 230).

Benveniste concentra-se na frase como função comunicativa da língua e insiste no fato de que o sentido da frase, definido pela ideia por ela expressa, ocorre formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras que estão no domínio do sintagma, da conexão e apontam para uma referência, uma situação de discurso.

Se o “sentido” da frase é a ideia que ela exprime, a “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar. Na maior parte dos casos, a situação é condição única, cujo conhecimento nada pode suprir. A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece. (BENVENISTE, 1989, p. 231).

Distingue, desse modo, um sistema semiótico que descreve a organização dos sons e um sistema semântico que prioriza a língua em uso na comunicação e, muito embora o que fundamenta tudo isso seja o poder significante da língua, articulam-se de alguma forma. O sentido do signo comporta o uso da língua, o valor, enquanto o sentido da palavra, sendo particular, sua aceção inscreve-se na contingência do discurso, o que comprova ser a frase invariavelmente do domínio do discurso. Benveniste, nesse sentido, admite a relação entre signo e realidade, visto que o pensamento sempre opera sobre representações, ao colocar a língua em funcionamento.

Em *O aparelho formal da enunciação*, um estudo de 1970, Benveniste ainda discute a questão da referência que passa a configurar como parte integrante da enunciação. Ao colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização, põe em jogo a semantização da língua:

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Para o autor, são estas condições iniciais que regem o mecanismo da referência no processo de enunciação. “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade” (PLG II, p. 83). “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (PLG II, p. 83). É o ato de produzir um enunciado e não um produto, o que implica o fato de ser

a referência a condição da enunciação. Mais precisamente, é por um ato de utilização/apropriação da língua por um sujeito falante que a língua refere-se ao mundo. É pela enunciação que a língua manifesta-se ao fazer referência a uma dada situação, pois “falar é sempre falar de” (PLG II, p.63).

A questão da referência inscreve-se no próprio caráter representativo da linguagem. Saussure estava muito mais interessado na construção de uma ciência autônoma do que na aplicação de uma língua, seu objeto de estudo, a uma análise do pensamento como faziam os lógicos. Resiste ao apelo das evidências empíricas. Ao propor que a relação entre um significante e um significado é arbitrária, traz à tona a realidade negada, já que Saussure não pensa na ideia, mas na representação do objeto real. Benveniste, entretanto, resgata a realidade, o signo semântico da tradição clássica quando ressalta que “entre o significante e o significado o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário” (PLG I, p.55), uma vez que o arbitrário só subsiste na relação língua e realidade.

Apesar de Benveniste deixar bem clara a oposição entre língua e discurso, há um deslocamento da referência da estrutura da língua para o seu funcionamento ou uso, aproximando-se dos filósofos como Strawson, Austin e Searle que contestavam Frege, para quem o sentido determina a referência. Benveniste tornou, assim, possível um diálogo entre os discursos da Linguística e da Filosofia da Linguagem.

Com ele, a referência, distinta da significação, passa a ser estudo do domínio da linguística, ou seja, é como linguista que ele retoma o problema lógico da referência, ampliando essa noção. Seu projeto não é colocar a língua em relação com as condições de verdade, mas inserir a noção da referência no conjunto da situação de enunciação. Não mais dissocia sentido e referência, mas encara a referência como uma particularidade que depende exclusivamente da presença de um sujeito no enunciado. Apóia, assim, sua descrição em uma linguística do discurso em que sentido e sistema, de um lado, e referência e discurso, do outro, entrelaçam-se numa situação de enunciação.

Entretanto, a teoria enunciativa de Benveniste, segundo Aurox (1992, p. 47), “reside no interior de uma concepção tradicionalmente representacionista da linguagem” e reduz a atividade de representação a um ato de locução, priorizando o discurso marcado pela subjetividade.

Contudo, é preciso dar conta da não-linearidade, da ambiguidade constitutiva dos enunciados por meio de um processo de formalização, não no sentido matemático ou

lógico, mas que considere todo o condicionamento das representações na relação entre objetos linguísticos e extralinguísticos e centre seu enfoque na atividade de linguagem e nas línguas.

Nessa perspectiva, nosso intuito é demonstrar, como aponta Culioli (1999a), que o essencial para o linguista não é o valor de verdade ou valor denotativo. Consiste, de fato, em tentar demonstrar, por meio de uma linguística de operações, caminhos que favoreçam a busca de sentidos possíveis e não efetivos em que a construção dos valores referenciais de um enunciado ocorre a partir de:

[...] um sistema de localização graças a qual os enunciadores poderão referir-se, estabelecer uma relação entre um enunciado (logo uma situação enunciativa) e um acontecimento (todo estado ou mudança de estado considerada pelos interlocutores, quer seja factual ou imaginada). (CULIOLI, 1999a, p. 62).

De fato, tanto os lógicos como alguns linguistas preocuparam-se apenas com os processos cognitivos e deixaram de lado, por não constituir seus reais interesses, o sistema de representação físico-cultural que, também, é parte integrante da semântica, o que discutiremos no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO III**

### **A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS:**

um empreendimento operatório

#### **3.1 UMA CONCEPÇÃO DINÂMICA DE LINGUAGEM**

A superação do reducionismo do conceito de linguagem no trato com as línguas naturais que se vale de categorias lexicais e gramaticais desvinculadas de um contexto enunciativo, impõe ao linguista uma descrição para além do domínio imediato do observável.

Nessa perspectiva, optamos como referencial teórico por um modelo operatório, elaborado pelo linguista francês Antoine Culioli (1924- ), cujas proposições inserem-se na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas – TOPE.

Em seu projeto ou programa de pesquisa, concebe que o objeto da linguística é “a atividade de linguagem apreendida através das línguas naturais (e através da diversidade de textos, orais e escritos)” (CULIOLI, 1990, p. 14). A linguagem, nessa perspectiva, passa a ser abordada como um trabalho, uma atividade de construção de representação mental, referenciação e regulação.

Ao observar a linguagem como um processo dinâmico, procura desvendar os mecanismos responsáveis por gerar a significação, uma vez que a linguagem remete, enquanto atividade inerente à espécie humana, a uma atividade de produção e de reconhecimento de formas na qual a unidade linguística é definida em função de seus usos.

Tal posicionamento, conseqüentemente, impõe-nos a aceitar a variação linguística como um processo natural em que o funcionamento das unidades linguísticas depende das interações que as identificam e são aprendidas em um contexto específico de enunciação, por meio de um jogo que se ancora numa situação enunciativa. Nesse sentido, as variantes linguísticas se inscrevem nas línguas como sistemas de representação decorrentes da atividade simbólica da linguagem.

Considerando a dinâmica dos fenômenos da linguagem na sua articulação com as línguas naturais, é possível ainda investigar as invariantes, ou seja, “os princípios

generalizáveis” e pertencentes a uma teoria da linguagem que, subjacentes às línguas, sustentam e regulam as atividades de linguagem.

Sob esse prisma é que, segundo Desclés (1992), a teoria culioliana abrange dois níveis de descrição: um nível dos observáveis linguísticos – no qual se manifesta a diversidade dos arranjos linguísticos – e um nível das invariantes da linguagem, este último não se reporta aos universais substanciais, mas à fonte de esquemas que engendram todas as possibilidades exprimíveis nas línguas. De fato, dado que todas as línguas naturais se organizam a partir de categorias gramaticais diversas e variadas, constatamos que o foco principal da teoria é compreender as invariantes da linguagem, investigar as eventuais regularidades que são as operações constitutivas da linguagem.

Por tratar-se de uma teoria enunciativa, não ocorre a disjunção entre unidades lexicais e elementos gramaticais. As unidades significativas, num formalismo de representação do significado, constroem-se na articulação do léxico e da gramática e envolvem, além dos aspectos semântico-discursivos, os enunciativos.

Esse entendimento contrapõe-se a uma visão normativista e descritivista que trabalha com categorias puras e estáveis e não considera a estabilidade e a deformabilidade como conceitos inerentes ao fenômeno linguístico. Nesse sentido é que, para Culioli (1990), impôs-se a necessidade de uma teoria da linguagem que se articula com uma teoria de análise da língua e que se preocupa em explicitar as representações de natureza metalinguística, ao buscar generalizações intra e interlínguas, sem, entretanto, desvincular a linguagem de outros domínios nos quais se inscreve naturalmente.

Há um sistema invariante em toda variação, um esquema de base que pode ser recuperado pelas operações sustentando as sutilezas do significado, ou seja, as variações propiciadas pelo empírico que se manifestam no nível formal. No dizer de Culioli (1990, p. 179), entendemos que:

Linguagem, que é uma atividade significativa de representação, torna-se somente acessível por meio de sequências de textos, ou seja, por meio de marcadores que são os traços de operações subjacentes. O objetivo não é construir uma gramática universal. Mas, reconstruir, por um processo teórico e formal, as noções primitivas, operações elementares, regras e esquemas que geram categorias gramaticais e padrões específicos de cada língua. Em suma, o objetivo é encontrar as invariantes que fundamentam e regulam a atividade de linguagem em toda a sua riqueza e complexidade.

Nesse contexto é que o seu modelo formal enunciativo, ao permitir uma visão teórica do funcionamento da linguagem, oferece uma teoria da gênese da linguagem.

### 3.2 A LINGUAGEM COMO CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÃO MENTAL, REFERENCIAÇÃO E REGULAÇÃO

Uma das características da linguística culioliana é realizar uma análise explícita das operações constitutivas dos enunciados, ou melhor, construir uma gramática operatória, ao tentar, de certa forma, construir um sistema de representação formal, não no sentido de um modelo matemático, mas que apresente um funcionamento regular e dê conta das relações e da produção/compreensão das formas inscritas em uma língua natural.

Tal empreendimento põe em discussão alguns conceitos básicos que sustentam a atividade de linguagem. Dentre eles, a construção desse complexo sistema de representação que pressupõe a existência de três ordens de operações apontadas por Culioli (1999a): operações de representação mental, de referenciação e de regulação.

A atividade simbólica, como atividade de representação mental ou de construção de uma realidade exterior (psíquica ou físico-cultural), está estritamente relacionada à cognição e à afetividade, sendo de grande relevância para o processo de construção da significação, ao fazer a relação homem e mundo, homem e homem (consigo mesmo e com o outro). Diz respeito à nossa atividade no mundo físico ou nossas elaborações culturais. De fato, não há cognição sem representação e vice-versa. Consequentemente, a atividade simbólica não se realiza a não ser por meio de operações.

A operação de regulação como atividade de linguagem torna-se central no programa culioliano, na medida em que possibilita um ajuste intersubjetivo e permite que a estabilidade e a deformalidade dos enunciados sejam entendidas numa perspectiva dinâmica, o que justifica o fato de a linguagem ser duplamente estável e instável.

A deformalidade, nesse quadro teórico, deve ser considerada como a possibilidade de variação das estruturas em um jogo interpretativo que põe em foco as invariantes. O sistema vai se regulando, estabilizando-se no ato da enunciação e os sujeitos, conscientemente ou inconscientemente condicionados por fatores psicossociais, refletem sobre sua própria atividade de linguagem, validando ou não os enunciados. Nesse contexto, a linguagem é indeterminada e ambígua. Assim, os sentidos são construídos no

momento da interação verbal e as significações determinadas, ao mesmo tempo em que abre espaço para novas significações.

A operação de referenciação consiste na construção de um espaço de referência no qual as representações dos estados de coisas devem ser localizadas para que possam expressar os valores referenciais. Entretanto, o sistema de referência não é dado todo pronto, ele é construído por um sujeito em relação a outro com quem compartilha a sua representação.

É necessário construir um sistema de referência estável e ajustável que permita ao outro reconstruir, a partir de enunciados, o sistema de referência e a operação complexa de referenciação, graças à qual o texto será interpretado e munido de valores referenciais. (CULIOLI, 1999a, p. 167).

Trata-se de um jogo intersubjetivo em que devemos ainda considerar o parâmetro espaço-temporal no qual o enunciador e o coenunciador se reportam a objetos linguísticos localizáveis:

Com poucas exceções, o pré-requisito para a referência é a construção de um complexo sistema de coordenadas intersubjetivas, de um espaço referencial e de objetos linguísticos localizáveis (mais precisamente, localizável em relação ao centro organizador de um domínio nocional, tanto quanto em relação aos parâmetros subjetivo e espaço-temporal do espaço referencial). (CULIOLI, 1990, p. 180).

No dizer do autor, convenhamos que se trate de uma relação construída entre um enunciado e um acontecimento, ao propor que:

Não existe correspondência termo a termo entre os enunciados e a realidade extralinguística, há uma construção de referenciação. O primeiro enunciador produz um determinado arranjo (estrutura) com a intenção de significar e esta estrutura é por um lado estável (transindividual) o que permite ao outro enunciador construir um sistema coordenado, graças ao qual ele vai construir os valores referenciais do enunciado em questão. (CULIOLI, 1976, p. 33).

A referência coloca, assim, em jogo, a relação entre os elementos do domínio do linguístico e do extralinguístico, definindo-se este último em relação ao funcionamento da linguagem. Por tratar-se de uma teoria das operações, é necessário um olhar mais acurado sobre o conceito de noção, por ser nesse nível que ocorrem as redes de associações semânticas cujas propriedades vão se estabelecendo pela experiência.

### 3.3 O DIMENSIONAMENTO DO CONCEITO DE NOÇÃO

A noção é um dos conceitos-chave para a atividade de construção de significação na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas e, como propriedade básica da atividade simbólica, diz respeito à forma como o sujeito apreende o mundo.

As noções são sistemas de representações complexos de propriedades físico-culturais, isto é, de propriedades de objetos resultantes de manipulações necessariamente tomadas no interior das culturas e, deste ponto de vista, falar de noção é falar de problemas que são de jurisdição de disciplinas que não podem se limitar unicamente à linguística. (CULIOLI, 1990, p. 50).

Instaura-se a noção num momento anterior ao estabelecimento das propriedades, é pré-construída, sem materialidade. São representações inacessíveis, não correspondendo à categorização em nomes e verbos e nem diretamente aos itens lexicais.

A materialidade se dá através da atividade enunciativa de produção e de compreensão dos enunciados. Nesse processo de representação mental, ocorre um ajuste intersubjetivo – enunciador e coenunciador – que supõe, por si só, a estabilidade e a deformalidade como fenômenos inerentes à linguagem.

Apesar de reconhecermos a complexidade deste conceito, entendemos a noção como um constructo teórico, ou seja, uma representação de ordem do (meta)linguístico, ao relacionar um estado de conhecimento (de ordem cognitiva) à atividade de elaboração da experiência de cada indivíduo (de ordem empírica, físico-cultural) que é do domínio da etnologia, da antropologia cultural. A linguagem acompanha o desenvolvimento do indivíduo desde o seu nascimento, constituindo-se de forma ontogênica até a fase adulta.

Ao observar, desse modo, os objetos no mundo, o sujeito atribui-lhes propriedades que, mediadas por fatores físico-culturais, organizam-se em noções, constituindo um domínio de propriedades formais que se opõem umas em relação às outras. Assim, as propriedades remetem a uma realidade externa que varia de cultura para cultura, não sendo, portanto, universais. Na verdade, as relações que ocorrem entre o linguístico e o extralinguístico pertencem a lugares híbridos. Uma noção se define:

[...] na medida em que ela permite a criação de um domínio de sentido, de referência, e ao mesmo tempo ela só será operatória na atividade linguística se ela legitimar relações predicativas, que visam constituir esse domínio. (VIGNAUX, 1995, p. 575-576).

A noção passa a ser definida, nesse sentido, como algo produtivo, virtual, daí ser definida em intenção e não em quantidade, por ser impossível ser contemplada em toda a sua extensão. A passagem de um estado de representação mental a uma atividade de referenciação consiste em “dar uma forma” à noção pretendida, a qual se contrapõe a outras. Cada noção se insere em uma rede de noções associadas por uma atividade discursiva e em um espaço abstrato estruturado por meio de operações topológicas.

A representação mental, dessa forma, não acontece de modo isolado, mas a partir de um conjunto de propriedades físico-culturais passíveis de ocorrer que se projeta, a princípio, de forma indistinta, aberta a possibilidades significativas, até que sejam estabelecidas as propriedades que vão constituir uma determinada noção em um contexto específico ou um domínio nocional. De fato, as noções são construídas pelo sujeito no momento da enunciação e vão se delineando em um espaço referencial.

É por meio das ocorrências, ou seja, dos acontecimentos enunciativos que as noções são apreendidas e estabelecidas. Ancorada numa teoria dos observáveis, o sujeito relaciona propriedades (P) entre si e nega outras tantas (P’) na construção dos objetos linguísticos, ou seja, nas representações.

Considerando a categoria nocional /estar/, observamos que compõe o seu domínio nocional algumas propriedades semânticas como <estar /não estar >, além de outras propriedades constitutivas como as noções gramaticais de aspectualidade, modalidade e quantitativo/qualitativo que se diferenciam umas em relação às outras, dependendo do contexto enunciativo no qual se inserem.

Como sugere Franckel (2009, p. 56):

A ancoragem contextual ou situacional de um enunciado é sempre da ordem do dado e da ordem do construído e se faz valer, por sua vez, de uma singularidade e de uma regularidade. Dado e construído, singular e regular funcionam de tal forma indissociável nos enunciados que nós os produzimos ou os interpretamos nas nossas atividades languageiras naturais.

Esse posicionamento aponta para a referenciação, para a relação homem e mundo e para a identificação do que é do domínio do linguístico e do extralinguístico, compondo um cenário dinâmico que perpassa do “diálogo intra-sujeito e intersujeito ao diálogo intralíngua e interlíngua”. (REZENDE, 2009, p. 14).

É nesse sentido que Culioli (1999b) entende a linguagem como uma atividade significante e coloca, assim, o sujeito como aquele que é capaz de se constituir na origem do discurso.

### 3.4 A LÉXIS

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli preocupa-se, assim, em descrever e explicar a atividade da linguagem que se torna acessível à observação pela manifestação dos textos em línguas naturais.

Como atividade significante de construção e reconstrução de significação, a léxis é um dos conceitos mais profícuos de sua teoria que não só condiciona o desenvolvimento do seu quadro teórico, mas a torna singular.

Para o autor, não se trata a léxis do resultado de uma instanciação que consistiria simplesmente na substituição das variáveis do esquema da léxis por termos categorizados em predicados e objetos nominais, ao contrário, supõe termos em relação que definem o formato de uma proposição em que temos:

[...] por um lado, uma relação primitiva especificada por um predicado e, por outro lado, um esquema, chamado esquema da léxis e observado  $\langle \xi_0, \xi_1, \pi, \rangle$  onde  $\xi_0$  e  $\xi_1$  são variáveis para argumentos e  $\pi$  é uma variável para operadores de predicação. Da relação primitiva e do esquema, podemos construir o predicado e os argumentos, distinguindo um primeiro argumento (ordem 0) e um segundo argumento (ordem 1). Nesse sentido, uma léxis é o resultado da instanciação de um esquema pelos termos os quais têm sido, eles próprios, construídos de noções. (CULIOLI, 1990, p. 78).

A léxis representada por  $(\lambda)$  implica numa tripla relação de lugares vazios nos quais se instanciam um relator e os argumentos. Sem marcas assertivas, é considerado o ponto zero da construção de um enunciado:

$\lambda \langle \xi_0 \ \xi_1 \ \pi \rangle$

$\xi_0 \ \xi_1$  (são os argumentos)

$\pi$  (é o relator, operador de predicação)

A léxis, enquanto forma de uma sequência linear e ordenada de posições abstratas representadas por símbolos, é instanciada pelo emprego do operador *epsilon* na

sequência inicial. O  $\pi$  é instanciado por uma noção de predicado e  $\xi_0$  e  $\xi_1$  pelas noções de argumento que se apresentam ordenadamente. Essas operações de instanciação são as operações de localização que servem de orientação à relação predicativa e selecionam um termo de partida – termo localizador – em relação ao qual o complementar da relação será localizado. Sempre binária, a relação de localização é indispensável para que uma unidade adquira uma forma e um valor. Assim, a léxis de:

(1) Maria está feliz.

É do tipo < Maria estar feliz > que instancia argumentos de noções de tipo nominal (Maria, feliz) e a noção de predicado (estar). Há, portanto, dois argumentos em que  $\xi_0$  (Maria) constitui a fonte, a origem e  $\xi_1$  (feliz) o objetivo, o alvo. Nesse sentido, a léxis constitui-se da instanciação de um esquema no qual seus próprios termos constroem-se a partir de noções. Logo, sendo a léxis abstrata, não temos acesso a esse esquema, visto que se refere a uma representação subjacente, à organização constitutiva de um enunciado, sendo pré-enunciativa.

Ainda podemos acrescentar que:

Uma léxis está certamente próxima do conceito de conteúdo proposicional (“Gedanke” para Frege) ou do “dictum” da tradição medieval ou ainda do “lekton” estóico, mas deles se difere pelas três seguintes características: ela não é assertada, nem não assertada, ela é pré-assertada, isto é não ainda assertada, mas devendo ser necessariamente situada em um espaço “enunciativo”; (2) ela é comparável a uma noção e dela possui, em todo caso, as propriedades topológicas essenciais, a saber, que se apresenta aberta; (3) é estruturada formalmente e, desse modo, é uma forma geradora de outras formas derivadas às quais se associará, por meio de operações posteriores, uma família de enunciados. (DESCLÉS, 1995, p. 64, grifo nosso).

Como uma forma estruturada e analisável, a léxis se constitui a partir de relações primitivas e não podemos considerá-la um enunciado por não estar ainda situada em um espaço enunciativo definido por uma rede de valores referenciais, embora resulte da conjunção de uma forma e de um conteúdo. É, portanto, comparável a uma noção e possui as mesmas propriedades topológicas. Configura-se, assim, o pré-construído, o dizível, como um conteúdo de pensamento a ser validado.

### 3.5 AS RELAÇÕES PRIMITIVA, PREDICATIVA E ENUNCIATIVA

Com vistas a situar a língua na perspectiva de uma gramática de produção de significação e não apenas como um simples reconhecimento de formas da linguagem é que Culioli não se limita a uma linguística de estados e propõe uma linguística de operações na qual, a partir da observação, é possível reconstituir as operações constitutivas elementares dos enunciados, assim identificadas, por meio das relações primitiva, predicativa e enunciativa.

A relação primitiva é considerada o nível mais profundo. Segundo Fischer (1999), são as relações primitivas que estabelecem as condições de possibilidades de funcionamento regular da significação e, conseqüentemente, da linguagem. Do ponto de vista metodológico, é possível, a partir da observação da estrutura de superfície (das frases), chegar a esse esquema primitivo – a léxis – do qual, reciprocamente, podemos retornar à superfície para derivar eventualmente, por um processo de parafraseagem, uma família parafrástica ou de enunciados - como no exemplo esquematizado por:

< Maria comer chocolate >

Maria não comeu chocolate.

Maria comeu mais chocolate.

Maria comeu pouco chocolate.

Maria já comeu chocolate.

[...]

Há sempre uma orientação primitiva que se desloca no sentido de **x** ser o termo-origem, **R** ser o relator ( $\pi$ ) e **y** ser o termo-objetivo. Essa relação depende, ainda, das propriedades semânticas inerentes a cada termo, o que justifica sua inscrição no esquema original. De fato, é este esquema inicial que possibilita “a relação entre os esquemas de funcionamento sintático e os efeitos semânticos ligados a estes funcionamentos” (VIGNAUX, 1995, p. 571).

A relação predicativa consiste na ordenação dos termos selecionados na léxis. É nesse nível que tem origem a construção da representação. Trata-se de uma relação lógica ou sintática e permite que o enunciador, dependendo da orientação que deseja dar à enunciação, defina em torno de qual termo se organizará o enunciado, estabelecendo,

assim, o ponto de referência da predicação. O termo de partida é, também, o tema e constrói-se a partir dele a predicação. O tema pode ser assim desenvolvido pelas noções de argumento ( $\xi_0$ ,  $\xi_1$ ) ou pela noção de predicado ( $\pi$ ).

Esse movimento da relação predicativa – estrutura abstrata que se constitui pelas noções lexicalizadas e categorizadas - é necessário para o estabelecimento da relação enunciativa, pois se constitui num potencial enunciativo, ao valer-se de uma variedade de enunciados possíveis. Entretanto, não se encontra de modo algum assertada ou validada. Em outras palavras, são as noções que legitimam as relações predicativas, ao possibilitarem a criação de um domínio de sentido de referência.

No nível enunciativo é que a relação predicativa é assumida pelo sujeito enunciador e a asserção ganha estatuto de enunciado. Constatamos, segundo Culioli (1976, p. 93), alguns parâmetros que definem a situação de enunciação e formam um pacote de relações: de um lado, entre o sujeito do enunciado S e o sujeito enunciador E - a relação enunciado/enunciação - e, do outro, as relações entre o momento ao qual se refere o enunciado T e o momento da enunciação S. Assim, todo enunciado é orientado com relação à situação de enunciação.

A relação enunciativa, como ocorre no discurso, é o momento em que os coenunciadores montam e desmontam as representações:

As operações enunciativas são dificilmente dissociáveis das operações predicativas. É porque há enunciadores que existem enunciados. Os enunciados não possuem significação fora da atividade dos enunciadores e são estes que constroem os valores referenciais do enunciado. (CULIOLI, 1976, p. 91).

A relação enunciativa, dessa forma, marca a predicação em relação à situação de enunciação (o eu – aqui – agora) com enfoque nas categorias de modalidade, aspecto, dêiticos, diátese, colocando em jogo o diálogo através dessas relações. Nesse processo, as partes hierarquizam-se e, contextualmente, é que a validação da referência é construída. Tudo isso, a partir do ponto de vista daquele que enuncia em relação ao pensamento daquele que supõe ser o seu interlocutor, ou seja, levando-se em conta as relações de alteridade, sem desconsiderar, nessa relação intersubjetiva, as significações anteriores ou as projeções do discurso.

Como é possível entrever, além das noções semânticas predicáveis que se configuram em argumentos e predicados, temos que considerar, ainda, a cena enunciativa –

os sujeitos enunciadore, tempo e espaço da enunciação – e as operações de identificação (identidade como autoconhecimento) e diferenciação (alteridade como conhecimento do outro) nas situações enunciativas. É todo esse aparato enunciativo que vai delimitar as noções semânticas.

Na perspectiva culioliana, tal fato impõe-nos a considerar que enunciar é “construir um espaço, orientar, determinar, estabelecer uma rede de valores referenciais, enfim um sistema de delimitação/localização – um sistema de *repérage*<sup>13</sup>” (CULIOLI, 1999b, p. 44), uma operação fundamental na construção da significação. Há sempre uma relação de complementariedade em que um termo é localizado em relação a outro termo primitivo.

### 3.6 A ARTICULAÇÃO ENTRE NOÇÕES E OCORRÊNCIAS

A linguagem tem uma base cognitiva filtrada pelas culturas, memória cognitiva, físico-cultural e pelas condições de enunciação, uma vez que é no conceito de noção – inerente às unidades lexicais e gramaticais – que se fundamenta a enunciação. Ou melhor, é na articulação das relações predicativas e enunciativas que se organizam os domínios nocionais - conjunto de propriedades passíveis de constituir-se em uma noção que possibilita observar como as representações organizam-se e movimentam-se em uma dada cultura. Assim, o domínio nocional configura-se com um centro organizador que determina as possibilidades da noção enunciada.

Considerando que algumas noções possuem a propriedade de ser contáveis ou enumeráveis e que uma noção como livro ou gato é constituída a partir de operações:

[...] partir-se-á de uma noção que se pode representá-la como um predicado insecável / ( ) ser livro/ , / ( ) ser gato/. (...) A partir da noção, construir-se-á um domínio nocional que tem, entre outras, as seguintes propriedades: 1) todo domínio é munido de uma classe de ocorrências que torna quantificável a noção (*tal ou tal ocorrência de( ) ser gato*); 2) do ponto de vista qualitativo, todo domínio se compõe de um interior, com um centro organizador, de uma fronteira, de um exterior: o interior nos dá as ocorrências por sua vez individuais, e identificáveis umas com as outras, porque todas possuem uma mesma propriedade: *tal ou tal ou tal livro, tal ou tal ou tal gato*, de qualquer modo, trata-se de um *livro* ou de um *gato*. O centro organizador aparece claramente na operação de

---

<sup>13</sup> Sistema de *repérage*: Culioli a designa por *opération de repérage* (ou operação de localização abstrata). Trata-se de uma operação básica para a construção do domínio nocional que se fundamenta na relação binária entre um termo localizador (y) e um termo localizado (x).

autoidentificação ou no tipo: *um gato é um gato, um gato é sempre um gato; um verdadeiro livro* (não uma brochura) *um livro livro* (isto é, um livro que é verdadeiramente um livro). O exterior nos fornece, segundo os casos, o vazio, a ausência, o impossível, a alteridade radical. (CULIOLI, 1999b, p. 54).

Isso significa que, sobre um domínio, podemos realizar uma operação de quantificação - operação básica que se relaciona a uma predicação de existência – em que ocorre a passagem do nada à existência de alguma coisa: “há um livro, há um gato”. A partir do momento em que a entidade passa a existir, ela se marca em relação às outras que não existem, daí o sujeito enunciador, por meio de uma operação de validação, poder constituir uma propriedade diferencial; “aquilo que é de” e “aquilo que não é de”.

Quando a noção materializa-se em uma atividade de linguagem que permite a passagem de uma representação mental para um sistema de referência, temos a ocorrência. Desse modo, uma ocorrência reporta-se a um acontecimento enunciativo que determina os limites de espaço e tempo, especificados pela propriedade P. Contudo, uma ocorrência nunca ocorre isoladamente, remonta a um conjunto de ocorrências estruturadas que se estabilizam por mobilizar uma determinada noção. Assim, constroem um domínio nocional delimitado, topologicamente, por uma fronteira, um interior e um exterior, os quais permitem determinar, em relação a um centro organizador, o que pertence a esse domínio ou que não lhe é pertinente e o que se mantém na fronteira que pode ser considerado uma zona de transição ou reduzir-se a um limiar.

Por outro lado, sabemos que não existe representação de qualquer ordem que não mobilize um polo de referência, o que nos leva a concluir que não existe uma referência pré-concebida. É no espaço enunciativo que se constroem os valores referenciais, pois as unidades linguísticas não se reportam ao real, referem-se, notadamente, às noções que são “apreendidas e estabelecidas por meio das ocorrências, isto é, dos acontecimentos enunciativos” (CULIOLI, 1990, p. 69), ou seja, emergem como ocorrências por meio de realizações particulares e em um determinado contexto específico.

A manifestação da linguagem implica a presença de um sujeito enunciador e do seu interlocutor em situação, num jogo que imprime suas próprias marcas no enunciado. De outro modo, um enunciado distingue-se dos outros não pelo seu material léxico-morfológico, contudo, enquanto enunciado, difere dos outros pelas operações enunciativas que põe em jogo. Nessa perspectiva é que as operações são representadas na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas por um cálculo cujas regras são precisas.

Logo, dizer ou enunciar aproxima-se de uma gramática de produção e interpretação em que é preciso construir sempre seguindo uma determinada forma, ainda que se corra o risco de obter uma pluralidade de interpretações. No processo de produção da linguagem, encontramos sempre um jogo de formas e um jogo de significações que se articulam. Assim:

[...] toda noção (quer se trate de uma noção lexical, gramatical ou de uma relação predicativa) é apreendida por meio das ocorrências (acontecimentos) desta noção, isto é, através das representações ligadas às situações enunciativas, reais ou imaginárias. Constrói-se assim um conjunto de ocorrências que são identificadas por um tipo, centro organizador do domínio nocional, em relação ao qual o sujeito estabelece esta indistinção das ocorrências. Assim, por aproximação, toda ocorrência é identificável com toda outra ocorrência, o que assegura esta equivalência mínima sem a qual não poderia haver produção/reconhecimento de formas. (CULIOLI, 1990, p. 95).

A identificação, como operação primitiva, revela-se pela estabilidade das representações, enquanto a diferenciação manifesta-se num determinado domínio nocional, a partir da alteridade construída. É necessário assegurar, então, como a noção coloca-se como algo produtivo, virtual e, por isso mesmo, não corresponde a uma unidade lexical fixa, a estabilidade das representações que se inscrevem nas variações.

### 3.7 DA ESTABILIDADE À DEFORMALIDADE DAS UNIDADES LINGUÍSTICAS

Ao observar o funcionamento dos fenômenos linguísticos, deparamo-nos com a complexidade dos fatos, a sua diversidade, o que nos obriga a rejeitar uma concepção simplificada de comunicação apenas como transmissão de informação. Na atividade de linguagem, ao manipular os conhecimentos via designações, construímos as determinações referenciais que regulam e ajustam a comunicação entre locutores e entre enunciados, o que implica dizer que somente falar não é o suficiente para se estar em consonância com o outro.

Sem estabilidade, não haveria ajustamento, regularidade. A estabilidade e a plasticidade configuram-se, assim, como propriedades inerentes à atividade de linguagem, dado que as unidades linguísticas estão, necessariamente, situadas, estabilizadas umas em relação às outras.

Consiste a estabilidade no fato de que as expressões são consideradas como representações não-deformadas de noções complexas, ligadas a questões de “boas formas”<sup>14</sup>, as quais devem ser produzidas e interpretadas pelos enunciadores por meio de um jogo de representações. Assim, as ocorrências ou deformatividade de uma noção somente podem ser apreendidas e representadas pela produção dos enunciados.

Desse modo, as questões pertinentes à estabilidade e não-deformatividade são de natureza cognitiva e não linguística. Do ponto de vista enunciativo, é a localização em relação ao sistema referencial – sujeito, espaço e tempo – que possibilita que tais expressões ocorram em construções tempo-aspectuais distintas.

Ainda insistindo sobre o conceito de estabilidade e deformatividade, estamos de acordo com o postulado de que:

Os fenômenos lingüísticos formam sistemas dinâmicos que são regulares, mas com uma margem de variação devido a fatores de uma grande diversidade: refere-se a fenômenos que são por sua vez estáveis e plásticos. Tentemos precisar o que é o conceito de deformatividade. Seja uma configuração, situada em espaço específico (sistema de delimitação/localização, parâmetro; jogo de forças intersujeitos); chamaremos transformação toda operação que transforma uma configuração em outra. A deformatividade é uma transformação que modifica uma configuração de sorte que determinadas propriedades permanecem invariantes sob transformação enquanto que outras vão variar. (CULIOLI, 1990, p. 129).

São essas operações que irão fornecer as informações necessárias para explicar o funcionamento cognitivo da atividade linguageira manifesta nos enunciados e nos textos em diversas línguas. E o fato de ser possível uma única operação estar presente em vários enunciados com mais de uma interpretação comprova a invariância linguística, isto é, são as operações suporte de invariância linguística.

Contudo, o equilíbrio entre esses dois conceitos é dado pela relação que se instaura entre uma atividade de natureza epilinguística – saber linguístico não consciente do sujeito falante que remete ao formulável, o não representável (racionalidade do sujeito falante) e uma atividade de natureza metalinguística – saber linguístico consciente e representável que remete ao formulado (racionalidade do linguista), conforme Paillard (2006). Esses dois conceitos não se opõem. O último sustenta-se do primeiro – o formulável, o empírico – tomado no modelo culioliano como objeto de estudo.

---

<sup>14</sup> “Boas formas” aqui consideradas como formas abstratas construídas a partir de uma forma empírica.

Nessa mesma linha de raciocínio é que Aurox (1992) demarca que, embora estejamos sempre no nível de representação da linguagem, ou seja, no nível metalinguístico, conteúdo do pensamento e linguagem não se separam. Assim é que a passagem do empírico, (in)formulável ao formulado se dá por intermédio de glosas – reflexões inconscientes que, como atividade epilinguística de partida, ancoram-se em um sistema de representação interno.

Ao romper com a concepção representacionista que prevaleceu, por longo tempo, na história das ciências e na filosofia da linguagem, Culioli encara a atividade linguageira como um resultado de uma série de operações, as quais o linguista tenta reconstruí-las por meio de traços que constituem os agenciamentos de marcadores nos textos. Qualquer forma inserida em um enunciado não é, portanto, uma representação de uma operação ou um signo, contrapondo-se a Saussure (1972) que só reconhece a pertinência das diferenças de formas, mas um traço ou marcador de operações. *A priori*, sinaliza, em termos culiolianos:

Que todo esforço do linguista consistirá em construir um sistema de representações metalinguísticas manipulável que permita estabelecer uma correspondência entre as configurações (agenciamentos de marcadores no texto oral ou escrito) e as operações. Assim, graças a deformações controladas, espera-se construir um conjunto de operações formais, a fim de apreender por meio da diversidade das línguas e dos fenômenos discursivos, este conjunto de operações fundamentais generalizáveis que fundamentam a atividade enunciativa (de produção de um lado, de compreensão do outro). (CULIOLI, 1990, p. 139)<sup>15</sup>.

A enunciação, nessa perspectiva, é marcada por um percurso traçado por operações em que o sujeito enunciador faz ajustamentos, regulações. A estabilidade funda-se, desse modo, em uma invariância processual que sustenta uma regularidade na produção e reconhecimento de formas e leva em conta a plasticidade, ou seja, a variabilidade que, sendo de certa forma estável, justifica a comunicação. Enfim, tudo isso com vistas a significar, construir sentidos no discurso.

Considerando que o modelo culioliano visa a uma gramática de produção de significação, por um viés operatório, cujo significado das formas emerge de interações marcadas pelo contexto de esquerda e direita e que as possibilidades de interpretação de um enunciado e das unidades que o compõem não podem ser apreendidas a não ser em pleno funcionamento, interessa-nos, particularmente, evidenciar as noções que conferem às

---

<sup>15</sup> Confira Culioli (1990, p. 139, T.1: nota de rodapé n. 7).

unidades lexicais uma representação semântica, na relação enunciativa, em termos de deformalidade. Para conceituá-la, recorreremos a Culioli que a associa ao conceito de forma esquemática:

O conceito de deformalidade requer que trabalhem sobre formas. Mas se trata aqui de formas abstratas que nós construímos a partir de uma forma empírica (e de suas propriedades distribucionais). Eu chamarei tal forma abstrata forma esquemática (eu sou forçado a acrescentar um qualificativo a fim de evitar qualquer mal-entendido). (CULIOLI, 1990, p. 129, grifo do autor).

Em outras palavras, a forma abstrata - forma esquemática - consiste em uma representação metalinguística que está associada, por construção, a uma forma empírica. Reiterando tal conceito, o autor assinala ainda que:

Para que haja deformalidade, é preciso, portanto, que esta se relacione com uma forma esquemática (de tal modo que possa haver, ao mesmo tempo, modificação e invariância), que se tenham os fatores de deformação e que se tenha uma margem de movimento, um espaço de ajustamento munido de propriedades topológicas. (CULIOLI, 1990, p. 130).

O que quer dizer que o sentido de um enunciado não é jamais fechado. Aponta sempre para uma atividade de regulação, ajustamento ou, mais precisamente, para uma atividade de reformulação/deformação mais ou menos controlada em que a modificação e a invariância não podem deixar de ser consideradas, senão através de um jogo de ponderações variáveis. Assim é que entendemos que a variação das unidades pode ser atribuída a princípios regulares, o que justifica o estudo da invariância como uma forma de pensar a organização da variação de um termo.

Sob esse prisma, a estabilidade e a deformabilidade pressupõem, necessariamente, a forma esquemática, ao por em jogo parâmetros semânticos abstratos que a tornam suscetível a múltiplas especificações. Vincula-se ao modo de interação regulado pelo contexto e não está associada a nenhum sentido particular que, como entidade autônoma, seja inerente a uma unidade ou enunciado.

Ducard resume as proposições de Culioli, ao sinalizar que:

Os termos de um enunciado são marcadores de operações e de representações que são redutíveis a formas abstratas, esquemáticas, providas de propriedades. A forma esquemática de um marcador permite apreender aquilo que organiza o desdobramento de seus valores constitutivos segundo uma “deformação coerente”, para retomar uma expressão que Merleau-Ponty, citando Malraux, aplica à criação linguística dos escritores. (DUCARD, 2009, p.68).

Tal posicionamento ativa a observação e o raciocínio. Ao sugerir novas pistas, conduz a intuição fenomenológica a uma dimensão formal. Nesse processo, a linguagem como atividade de modelização, de elaboração de esquemas mentais, traça o caminho para chegarmos ao conjunto das diferentes realizações possíveis de emprego de determinada unidade na qual se configuram a invariância da forma e sua deformabilidade. Ainda, conforme o autor:

Trata-se então de partir de unidades descontínuas para reencontrar, através de uma representação abstrata, a continuidade subjacente à sua gênese e, ao contrário, captar como a forma esquemática estruturada se diferencia em valores distintos, por seleção e estabilização de possíveis. (DUCARD, 2009, p. 68).

É nesse sentido que assumimos o conceito de forma esquemática, aqui entendido a partir do binômio: invariância de forma / deformabilidade. Como uma forma abstrata em movimento, dinâmica, que não se deixa estabilizar no sentido pleno da palavra e, embora se apresente como uma forma construída, ela está em constante construção, ao mobilizar um jogo no qual a significação de um marcador depende das unidades que se configuram à direita e à esquerda em cada contexto de enunciação. Aproxima-se, desse modo, do conceito de noção ilustrado a seguir:

[...] apresenta-se sempre como uma possibilidade semântica que se estabiliza a partir das relações entre as marcas linguísticas que concorrem em um enunciado. A delimitação da noção é o seu domínio nocional, que não se restringe a um conjunto de traços preestabelecidos ou predeterminados. Isso não significa, no entanto, que não haja uma certa estabilidade nocional, e essa estabilidade (nem tão fechada nem tão aberta) é traçada pela história de uma noção. Uma noção constrói a sua história nos universos discursivos em que ocorre. (ONOFRE, 2009, p. 89).

O programa culioliano, nessa perspectiva, impõe-se como um espaço de extrema originalidade de formas e de línguas, ao possibilitar uma tensão irreduzível entre o formulado e o formulável, o que, de certa forma “permite simular pelo raciocínio o que resta, em si, inacessível, sempre entrevisto através do material textual, por sua vez, obstáculo para sua aparente solidez” (PAILLARD, 2006, p. 177).

Nessa linha de pensamento, a tese de Culioli segue um processo inverso, do empírico ao formal, em que o informulável se define em função da presença do formulável, evidenciando um diálogo entre o possível e o impossível. Essa tensão, apoiando-se no fato de que cada forma nas diferentes línguas é irreduzivelmente singular, dá-se entre a atividade de linguagem – o formulável – e as descrições das línguas – o formulado. A sua teoria abrange, dessa forma, três níveis de representação: o nível I, da linguagem - dos processos cognitivos e das operações ao qual o linguista não tem acesso; o nível II, das línguas – por meio das quais podemos observar os agenciamentos dos marcadores e o nível III, metalinguístico - que objetiva representar as operações do nível I, a partir dos traços inscritos nos marcadores do nível II.

Por outro lado, podemos dizer que a deformalidade advém de uma interação dinâmica entre as dimensões qualitativas e quantitativas e constitui o fundamento da interpretação, um continuum significativo ao evocar, além dos efeitos semânticos realizados, aqueles que não foram atualizados ou os que nem o poderiam ser.

Trata-se de um potencial significativo que se configura em um movimento, em uma mútua interdependência entre as unidades lexicais e o contexto enunciativo, posto que as formas linguísticas em coocorrência determinam o sentido dos enunciados. No entanto, apesar da singularidade dos contextos, eles mobilizam propriedades comuns que se estabilizam e se inscrevem em uma constante semântica.

De fato, há uma relação entre significação linguística e construção de valores referenciais, ou seja, o sentido se constrói no e pelo enunciado. Nessa perspectiva, corroboramos com Zavaglia (2002, p. 71) ao admitir que:

Os fatores de deformação, a margem de movimento e o espaço de ajustamento podem ser construídos a partir do aparato formal descrito anteriormente com relação ao sistema de referência (com todas as relações linguísticas) e às operações de quantificação e qualificação. Para realizar um trabalho sobre as formas textuais, não é necessário ser exaustivo; o mais importante para Culioli é demonstrar a possibilidade, através de uma tal formalização, de se esquematizarem a configuração invariante dos fenômenos linguísticos e a plasticidade cambiante dos

fenômenos linguísticos, aparentemente díspares, na direção da generalização.

Desse modo é que uma forma linguística, ao desvelar-se no jogo de uma combinatória, ou seja, nas redes de interações constitutivas de sentido dos enunciados que a definem semanticamente, faz uma ruptura com a perspectiva conteudista, com a possibilidade de existência de universais prévios ao seu contexto de ocorrência.

É no jogo fixo entre representantes e representações que se inscreve a invariância que assegura a estabilidade de produção/reconhecimento de formas, quer sejam sonoras ou gráficas. Nessas condições, a identidade de um termo não existe em si. Segundo Franckel e Paillard (1997), a variação, sendo constitutiva da identidade, a invariância apoia-se nos princípios de regulação da variação.

### 3.8 O ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DOS VALORES REFERENCIAIS: o discreto, o denso e o compacto

É certo que as análises linguísticas insistem em caracterizar o verbo pela sua estrutura argumental e limitam-se, assim, a dissociar o léxico da gramática, com sérios reflexos na autonomia da sintaxe. Tal posicionamento leva Culioli (1999a, p. 163) a conceber a semântica como uma hipersintaxe ao propor que “não existe categoria gramatical sem componente lexical, do mesmo modo, que não existe léxico que não comporte propriedades formais de ordem gramatical. Enfim, toda gramática é gramática lexical”.

Efetivamente, sabemos, desde longo tempo, que é através de seus léxicos e de suas categorias gramaticais que as línguas recortam o mundo, como vimos no Capítulo I. O modo de construção das referências varia de cultura para cultura<sup>16</sup>, ou seja, são variáveis de língua para língua e, dentro da própria língua, as representações veiculadas pelas unidades da linguagem.

É por meio de relações que se estabelecem entre noções e entidades que construímos o sistema de representação específico – a língua – cujas formas com suas

---

<sup>16</sup> Vide hipótese Sapir-Whorf em FUCHS, Catherine. Diversité des représentation linguistique: quels enjeux pour la cognition ? In: FUCHS, C.; ROBERT, S. *Diversité des langues et représentation cognitives*. Paris: Ophrys, 1997.

especificidades somente são acessíveis através da materialidade formal do enunciado – lugar de construção dos valores referenciais.

Entretanto, na construção de uma representação qualquer provida de uma referência, ainda que seja de uma referência virtual, sempre iremos trabalhar com a relação quantificação e qualificação – marcadores de operações – por meio dos quais construímos uma ocorrência, situando-a em um espaço-tempo enunciativo e demonstrando como as relações entre entidades e noções estruturam-se. Há, de fato, um entrelaçamento entre qualitativo (validação) e quantitativo (existência), como é possível comprovar no seguinte excerto:

Construir a existência consiste então em fazer passar uma ocorrência do **nada a alguma coisa** no espaço de localização. Assim, tem-se transformado uma ocorrência possível (por ex. *Tu tens um romance para me emprestar?*), o que já é um modo de existência, em uma ocorrência existente (*Eu tenho um romance policial*). Mas a existência de uma ocorrência < romance policial > torna-se, ela própria, uma forma de qualificar, uma vez que eu vou poder dizer: *Tu não tens nada de outro tipo como romance?* ou então *É sempre isto*. Assim, vai-se trabalhar sobre a (in)existência, sobre a validação, mas também sobre a diferença entre *romance* em geral e *romance policial*. Não temos consciência das camadas sobrepostas que construímos graças a esta imbricação entre **quantificação** e **qualificação**: assim, quando digo *É sempre isto*, na interação verbal esboçada acima, implica que eu não teria desejado *outra coisa como romance*, mas o fato de que eu possa dispor de um romance (existência pura e simples **no domínio** das ocorrências imagináveis), graças a **este** romance, é suficiente, porque afinal de contas, **um romance é um romance**,<sup>17</sup> quando se quer ler qualquer coisa. (CULIOLI, 1999c, p. 5).

Não há oposição, para Culioli, entre QNT (quantificação) e QLT (qualificação). Tais operações de determinação associam-se e QNT passa a corresponder a um modo de apreensão de QLT na construção de uma classe de ocorrências, este último encerrando uma qualidade na qual a existência é pré-construída. Isso acontece em função da configuração QNT atribuir um formato às entidades que evocam, considerando-as como indivíduo, enquanto a configuração QLT apenas serve de suporte à noção instanciada, conferindo-lhe uma propriedade.

Assim é que “esses dois valores têm a ver com a preponderância ora das operações de designação (quantitativo preponderante), ora das operações de predicação (qualitativo preponderante)” segundo Rezende (2000, p.115), uma vez que a categorização

---

<sup>17</sup> Os grifos constantes, no excerto, são do autor referenciado.

dos itens lexicais não se apresenta de forma fixa e definitiva. A construção dos valores referenciais dá-se por meio de um cálculo, de um jogo enunciativo que envolve as unidades linguísticas do campo nominal e verbal.

São essas reflexões que vão permitir-nos compreender o processo de referenciação que, em constante construção na relação enunciador/coenunciador, como já relatado, não se define por fatores estáveis, mas por parâmetros instáveis, o que justifica a preocupação em demonstrarmos como as estabilizações acontecem.

Nesse sentido é que Culioli (1999c) propõe, rompendo com os cânones, uma recategorização dos itens lexicais em discreto, denso e compacto, fundamentada no modo como as unidades linguísticas articulam-se umas com as outras. Delineia-se, assim, uma tipologia lexical em que as propriedades do discreto, do denso e do compacto são, segundo Vogüe (1989), aplicáveis aos nomes e extensivos aos processos, considerando que uma noção é indistintamente verbal ou nominal.

Todo processo de distinção deriva, de operações mais abstratas, a saber, “a prioridade da operação de predicação ou função proposicional em relação ao que dela resulta, (função designativa ou referencial)”, (REZENDE, 2010, p. 1). Isto implica dizer que a construção da referência ocorre a partir do processo de significação e que a atividade discursiva é indiscutivelmente reflexiva, interpretativa na qual a ambiguidade marca-se como um traço de positividade.

Assim, é no espaço do funcionamento discreto, denso e compacto que evidenciamos a transcategorialidade delimitada pelas operações qualitativa e quantitativa, além de outras, dentre as quais, a modalidade, o tempo, o aspecto e a diátese que subjazem às relações predicativas no processo de construção de uma ocorrência.

Pautado no princípio de equilibração, podemos ressaltar que tais propriedades não são fixas, definitivas e, por isso mesmo, podem suscitar recategorizações no plano enunciativo. O modelo de análise de Culioli, desse modo, procura investigar o processo de categorização e não as categorias. Apesar de reconhecermos que uma noção pode reportar-se tanto aos nomes quanto aos verbos, os quais não se dissociam no jogo enunciativo, como ponto de partida, passamos a discutir as unidades do campo nominal e, a seguir, do campo verbal, para efeito de melhor entendimento das propriedades de cada um desses funcionamentos.

De acordo com Groussier e Rivière (1996), o comportamento dos processos verbais em discreto, denso e compacto marca uma classe de ocorrência, visto que há, por

definição, ocorrências distintas desta noção. Por sua vez, as noções são instanciadas de tal forma que suas ocorrências possam ser individualizadas, enumeráveis, preponderando, nesse caso, a quantificação. Exemplificando, podemos recorrer à unidade lexical *leão* que se deixa enumerar *um leão*, *cinco leões*, ao atender a um formato-padrão propiciado pela propriedade de ser uma entidade, ou seja, pelas propriedades físico-culturais. “*Leão*” inclui-se, desse modo, na classe dos leões, sendo sua ocorrência especificada, enquanto entidade, pela propriedade *ser leão*.

No funcionamento denso, há um determinado equilíbrio entre quantificação e qualificação. Trata-se de um *continuum* quantificável que é suscetível de determinação quantitativa por ser divisível em quantidade, conforme Groussier e Rivière (1996) e dado que não podemos defini-la independente desta operação. É o caso de *suco de laranja*. Na sequência *Nós bebemos suco de laranja*, a quantidade de *suco* a ser bebida não é determinada, a não ser que relativamente ao bebível. Entretanto, este processo pode ser quantificável, quando recorremos a uma medida extrínseca, havendo, nesse caso, uma discretização do processo de densificação, ou seja, uma transcategorialidade como é evidenciada nos exemplos: *um copo de suco de laranja*, *uma jarra de suco de laranja*, *um pouco de suco de laranja*.

Quanto ao funcionamento compacto, requer um suporte ao qual atribuímos uma qualidade. Não apresenta uma extensão quantitativa e nem tampouco uma ancoragem espaço-temporal. Consideremos os exemplos: *ferocidade*, *fúria*, *feroz*. É fato que a inexistência da entidade *ferocidade* não nos possibilita uma mensuralidade, no entanto podemos ter um domínio no qual esta noção aplica-se, a exemplo dos animais de natureza feroz: *leão*, *cão*, *pitbull*. No momento em que especificamos tal termo como no sintagma nominal *a ferocidade* do *leão*, atribuindo-lhe um suporte particular, ocorre a validação ou a estabilização do termo, o que, de fato, equivaleria a *O leão é feroz*. Apesar de os termos não se projetarem num espaço-tempo, podem remeter a expressões de quantificação como acontece em *Um pouco de ferocidade*, o que vem mais uma vez corroborar o inter-relacionamento entre as dimensões quantitativas e qualitativas.

Por outro lado, as propriedades primitivas que se associam a determinadas noções estão presentes, também, nos processos, desencadeando ocorrências de formatação discreta, densa ou compacta, pois, dependendo da situação na qual se inserem, tais noções adquirem propriedades distintas na enunciação e são, do mesmo modo, identificadas quantitativa e qualitativamente. É o que observamos a partir das predicções a seguir:

- (1) O trem passou duas vezes hoje.
- (2) O tempo passou um pouco rápido.
- (3) Aquele homem não passa de um impostor.

No funcionamento discreto, exemplo (1), a predicação configura um estado resultativo, cuja ocorrência pode ser particularizada e enumerável, ao comportar um esquema de individualização. Assim, a noção a qual remete tal unidade define-se como uma forma que se configura num formato extrínseco que a estrutura e a estabiliza. Notadamente, houve uma finalização do processo, "O trem passou", ocorreu "um passar", o que tinha a "ser passado", ou seja, a passagem de um trem, instanciando quantitativamente a noção.

No caso de (2), temos uma entidade como suporte de "passar", "O tempo." Como uma duração mensurável de sucessões, possibilita uma instanciamento qualitativa na qual "passou" passa a ser interpretado como "ser passado" e lhe é atribuído uma qualidade, "rápido", acrescida, ainda, de uma dimensão quantitativa "um pouco" no nível enunciativo como marca de uma manifestação aspecto-temporal. Trata-se, portanto, de uma construção referencial em que ocorre o funcionamento denso, por comportar as dimensões qualitativas e quantitativas ao mesmo tempo.

Um exemplo como (3) marca a atribuição a "Aquele homem" da propriedade "ser impostor". Não se submetendo a nenhum contrato particular, nem em relação a uma formatação interna, nem externa, a predicação apenas remete à noção que a convoca: "impostor" como suporte que constitui o indivíduo "Aquele homem", embora a propriedade "ser indivíduo" seja independente da propriedade "ser impostor". Além disso, não apresenta nenhuma ancoragem espaço-temporal, sendo incompatível com a singularidade de um dado instante, daí ser indivisível, "insecável", não havendo possibilidade de construir instâncias quantitativas. Nesse caso, evidenciamos uma construção referencial compacta por apresentar uma particularidade em relação às propriedades que a definem.

Observamos, assim, que, nas análises linguísticas, não podemos considerar uma relação termo a termo, já que uma noção adquire diferentes propriedades, dependendo do contexto enunciativo no qual ela se insere. Há todo um processo operatório capaz de gerar valores e significados distintos para uma mesma unidade.

Para Rezende (2000), a produtividade de uma noção sustenta-se pelas funções de designação e a proposicional que correspondem, respectivamente, aos nomes e aos verbos. Assim, percebemos que tais funções operam nos enunciados, evidenciando uma perfeita harmonia entre as marcas aspecto-modais de base predicativa e as marcas de determinação de base nominal, embora não haja, segundo a autora, uma vocação dos termos para serem nomes (+ estáveis) ou verbos (- estáveis), dado que:

[...] a linguagem é cega para essa distinção (nome e verbo) bem como para outras distinções, classificações, categorizações, pois ela é o próprio processo de categorização. Essa visão inocente, esse ponto origem ou ponto zero das categorias é importante para quem quer trabalhar com o conceito de linguagem enquanto forma estruturante (REZENDE, 2008, p. 136).

Nesse sentido, o que importa são os processos de significação, a forma estruturante, sem as convencionais categorizações em predicado nominal e em predicado verbal que não dão conta dos valores referenciais das unidades linguísticas, ou seja, do papel da unidade e de seu contexto na variação de sentidos que podem lhes estar associados.

As unidades linguísticas, em um processo dinâmico e contínuo, deixam-se mobilizar pelo contexto enunciativo, desvelando o seu potencial significativo. Um verbo em si deve ser identificado não, exclusivamente, pela sua combinatória sintática particular, nem tampouco por uma estrutura argumental, mas pelo conjunto de construções que lhe é inerente. A cada marcador linguístico subjaz uma forma esquemática particularizável que define suas noções básicas, isto é, as invariâncias, além de possibilitar a construção de novas ocorrências.

Constatamos, então, que, longe de tratar-se de um processo de construção de categorias gramaticais universais, há todo um processo de construção das categorias em que os ajustamentos enunciativos são necessários (FUCHS; ROBERT, 1997). Os marcadores apresentam-se ora de forma mais estáveis, ora menos estáveis, o que remete a uma característica essencial da semântica das línguas naturais – a deformalidade –, razão pela qual se justifica a busca das invariantes que se manifestam nas estabilizações e que subjazem às variações de sentido. De fato, é na relação sujeito, espaço e tempo que se instaura a significação.

Essas reflexões é que possibilitam uma análise coerente da singularidade das línguas com relação à universalidade da linguagem, uma vez que, naturalmente, há uma

relação necessária entre a atividade cognitiva do sujeito e a diversidade das línguas e, conseqüentemente, a diversidade dos fenômenos linguísticos.

Diante de tais considerações, este é o nosso posicionamento: tentar aproximar-nos de um modelo lógico formal, no nível metalinguístico<sup>18</sup>, conforme Culioli (1999a), que seja capaz de descrever e representar os fenômenos observados com relação ao modo de inserção dos marcadores *ser* e *estar* nas configurações textuais, ou seja, em contextos explícitos, o que passamos a realizar a seguir.

---

<sup>18</sup> O nível metalinguístico refere-se à atividade do linguista ao descrever, representar e simular os fenômenos observados de ordem languageira e linguística (CULIOLI, 1999a, p. 53).

## **PARTE 2**

---

*As construções com os marcadores ser e estar*

## CAPÍTULO IV

### OS VERBOS *SER* E *ESTAR*: a tradição repensada

Discutimos, neste capítulo, alguns aspectos que servirão de instrumentos, no que concerne à descrição conferida pelas gramáticas tradicionais clássicas e de autores mais modernos e pelos compêndios de linguística, para fundamentar as análises das propriedades léxico-gramaticais dos marcadores *ser* e *estar*.

#### 4.1 VERBOS *SER* E *ESTAR*: breve trajetória

Para melhor compreensão do comportamento linguístico dos referidos verbos, consideramos pertinente levantar alguns traços por eles apresentados em sua origem, para que possamos instaurar um diálogo entre o étimo das duas formas e os usos que assumem atualmente.

O verbo *estar* vem do étimo latino *stare* (*sto, as, stēti, statum, are*), “estar em pé”, “em posição vertical”, “firme”, enquanto o *ser* tem uma relação semântica com o verbo latino *sedēre* “estar sentado”, “assentar” que se fundiu com a forma latina *esse* “ser” - ambos utilizados nessas acepções até o final do século XIV. Esse fato pode ser explicitado na medida em que:

[...] o traço [+ transitório] é o próprio, desde a sua origem, a *estar*, enquanto em *ser* confluem o [+ transitório] de *sedēre* e o [+permanente] de *esse*. Não é sem razão histórica, portanto, que, definida a oposição *ser/estar* no português, foi *estar* o verbo escolhido para expressar a transitoriedade. (MATTOS E SILVA 2002, p. 110; 2006, p. 152).

Ainda sob o ponto de vista etimológico, para Castilho (2010), enquanto *estar* se origina de uma única forma *stare*, atribuindo a seu sujeito uma noção de localização física espacial, mais especificamente “estar de pé”, o verbo *ser* possui uma etimologia complexa, já que três radicais latinos convergiram para a sua conjugação:

- (i) *Esse*, em sua forma latino-vulgar *essere*, donde as formas do presente do indicativo (*sou, somos, sois, são, é, és*) e do imperfeito do indicativo (*era*). O verbo *esse* latino reunia mais de um radical, como se pode ver comparando as formas anteriores.
- (ii) *Sedēre*, donde as formas do presente do subjuntivo (*seja*), do futuro do presente e do pretérito (*serei, seria*), do imperativo formal (*sê, sede*), do gerúndio (*sendo*), do particípio (*sido*) e do infinitivo (*ser*).
- (iii) *Ire*, donde as formas do pretérito perfeito do indicativo (*fui, foste, foi, fomos, fostes, foram*), do mais-que-perfeito do indicativo (*fora*), do imperfeito do subjuntivo (*fosse*) e do futuro do subjuntivo (*for*). (CASTILHO, 2010, p. 399).

Segundo Benveniste (1995), é sobre *essēre*, como forma vulgar analógica de *esse* clássico, que se fundamentam as línguas românicas com exceção do romeno e que, nesse sentido, já era utilizada no próprio latim, em contextos mais amplos do que ocorria nas demais línguas indo-europeias. Entretanto, no galego-português e no espanhol, houve a mudança da 3ª para a 2ª conjugação, resultando na forma *essere*. Além do que, a síncope do -d- intervocálico da forma *sedēre* “estar sentado” fez com que houvesse uma aproximação entre *ser* e *seer*, contribuindo ainda mais para que eles se confundissem semanticamente.

Em seu estudo sobre a oposição *ser/estar* em estruturas atributivas, Mattos e Silva (2002) pontua que, durante todo o período arcaico - espaço compreendido entre os séculos XIII e XIV -, houve uma variação de *ser/estar* nas estruturas que expressam a transitoriedade. Tal variação foi registrada no primeiro texto de “scripta inovadora” (MARTINS, 1999 apud MATTOS E SILVA, 2002) em português, o Testamento de Afonso II de 1214 (COSTA, 1979 apud MATOS E SILVA, 2002, p. 105), como nas sequências:

- (1) *Eu rei Don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo (1.1) [= ‘estando’].*
- (2) *... e todas aquelas cousas que Deus mi deu em poder sten em paz e em folgãcia (1.2) [= ‘estejam’].*

Entretanto, aproximadamente entre os séculos XIV e XV, os verbos *ser* e *estar* deixam de ser usados como verbos plenos. Segundo Mattos e Silva (2002), o traço semântico de transitoriedade de *ser* passa a ser considerado, como testemunham os documentos do português até meados do século XVI, apenas como um “resíduo arcaizante” que lhe foi conferido diacronicamente. Assume, então, o traço semântico de

permanência que lhe é inerente desde a sua origem até os dias atuais nas estruturas atributivas, quer sejam descritivas ou locativas.

Atualmente, parece não haver um consenso entre gramáticos de diferentes épocas, ao apresentarem o verbo *ser* como relacionado a qualidades essenciais e permanentes e *estar* a qualidades acidentais e transitórias, como passamos a descrever.

## 4.2 A TRADIÇÃO GRAMATICAL

### 4.2.1 Said Ali (1966)

Em sua gramática, o autor faz menção ao verbo como elemento fundamental para expressar a predicação. Entretanto, relata que são frequentes os casos em que o adjetivo ou substantivo são usados para indicar o estado ou condição do sujeito – anexo predicativo – durante a ação verbal.

Em construções deste gênero singularizam alguns verbos, como *ficar, parecer, tornar-se, ser, estar, ou ainda, andar, vir e ir* usados em lugar de *estar*, por não se atribuir a tais verbos a significação concreta que a princípio tiveram ou ainda têm em outras construções. [...] O sentido existencial de *ser*, cujos vestígios ainda se conservam em frases como *era uma vez um rei* (cf. o latim *adhuc sumus e omnium qui sunt, qui fuerunt, qui futuri sunt* Cícero) e em outros dizeres, obliterou-se completamente, e de longa data, nas combinações com adjetivo ou substantivo. Mais evidente é o esquecimento da noção concreta do verbo *estar*, o qual necessita de arrimar-se à locução *em pé* para que se lhe perceba a acepção própria do latim *stare*, e é usado, além disso, em *estar sentado, estar deitado* sem que se repare na catacrese de semelhantes construções. (SAID ALI, 1966, p. 157), (Grifo nosso).

A esses verbos cujas acepções diluem-se em função de virem acompanhados por “outro termo originário anexo, ao qual transferem, ou com o qual dividem o ofício de predicado da oração” (SAID ALI, 1966, p. 158), denomina-os de verbos de função relacional ou relacionais, diferenciando-os dos verbos de função nocional ou nocionais, os quais não sofrem influência do anexo predicativo.

Destaca, ainda que se em “F. está ou ficou doente”, este último termo é que fornece a informação sobre o sujeito, “o verbo, por sua vez, degradado a servir de expressão subsidiária, é um vocábulo de significação extinta (ser e estar)” (SAID ALI, 1966, p. 158), transferindo a sua função para o anexo que assume a predicação. Quanto aos

seus usos junto a substantivos e adjetivos, somente persistem em razão da tradição gramatical e em função de seus elementos flexionais. Faz referência, ainda, ao participípio que expressa um estado resultante de um estado anterior (“A cadeira está quebrada”) e que, como assume a predicção, o verbo passa a ter uma função relacional.

#### 4.2.2 Gladstone Chaves de Melo (1978)

Em sua *Gramática Fundamental de Língua Portuguesa*, quando faz referência à sintaxe analítica, discorre sobre o predicado nominal cujo posicionamento aproxima-se de Said Ali (1966), ao assinalar que a significação do predicado recai sobre um nome (substantivo ou adjetivo) que se refere ao sujeito. Para justificar sua colocação, afirma que, ao dizer “Bernardo é...”, várias hipóteses contraditórias podem ser levantadas por um interlocutor: bom/mau, alto/baixo, branco/preto, etc... Nesse caso, o espírito vai oscilando, de forma intuitiva, sem formular nenhum juízo prévio. Acrescenta que somente depois de enunciado “Bernardo é bom” é que se delinea na mente o predicado, razão pela qual considera o nome como nome predicativo.

Daí se está vendo o equívoco dos que dizem que o *predicativo* é *complemento* do verbo “*ser*”, ou dos que ensinam que o verbo “*ser*” pede predicativo. A função do verbo no predicado nominal é semelhante à das conjunções, é uma função conectiva, ele é um liame que vincula o predicado ao sujeito, estabelece o nexos entre ambos. Agora é um liame *sui-generis*, complexo, porque, além de ligar, tem aspectos, tem dois acidentes, duas variantes, duas categorias que são próprias do verbo: pessoa e tempo. Assim, “Tu *és* forte”, “Ele *está* desgostoso”, “Nós *ficaremos* contentes”, “João *ficou* furioso”, “Eu *fui* soldado” (nos exemplos, variamos o tempo e a pessoa gramatical). (MELO, 1978, p. 124).

Assim, para o autor, os verbos ser, estar, parecer, ficar, permanecer, continuar, tornar-se, andar etc. funcionam como liames verbais ou verbos de ligação. Dentre esses, ressalva o *ser* como “o verbo de ligação por excelência” (MELO, 1978, p. 86), a partir do qual todos são variantes, modalidades, aspectos tal como exemplifica em:

- (1) O menino *está* doente (*estar* é “ser por algum tempo”).
- (2) Joaquim *parece* nervoso (*parecer* é “ser no conceito, no juízo, na impressão de alguém”).
- (3) João *ficou* [ou *tornou-se*] sério (*ficar* e *tornar-se* significam “passar a ser”, indicam mudança de estado).

- (4) Eles permaneciam silenciosos (*permanecer* indica duração de um estado).
- (5) Tomás anda doente (*andar* sugere prolongamento de um estado, incluindo um passado recente e sugerindo um futuro próximo).
- (6) Jorge continua furioso (*continuar* é um “ficar” prolongado, manter-se num segundo estado). (MELO, 1978, p.124).

#### 4.2.3 Celso Ferreira da Cunha (1979) / Celso Ferreira da Cunha e Luís F. Lindley Cintra (2001)

Os autores ressaltam que os verbos de ligação ou copulativos, entre os quais se inserem *ser* e *estar*, estabelecem a união entre dois termos ou expressões de caráter nominal. Segundo eles, (CUNHA, 1979, p. 145), (CUNHA; CINTRA, 2001, p.133), nada acrescentam ao sujeito, “funcionam apenas como um elo entre este e o seu predicativo”. Expressam, desse modo:

- a) estado permanente:  
 “Hilário era o herdeiro da quinta.”  
 (C. de Oliveira, CD, 90.)
- b) estado transitório:  
 “O velho esteve entre a vida e a morte durante uma semana.”  
 (Castro Soromenho, TM, 236.).  
 [...] (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 132).

Chamam a atenção para o contexto em que esses verbos ocorrem: ora empregados como verbos copulativos, ora como significativos, a fim de poder atribuir-lhes um real valor, o que pode ser evidenciado no exemplo:

- “Estavas triste.”
- “Estavas em casa.”
- “Andei muito preocupado.”
- “Andei muito hoje.”
- [...] (CUNHA; CINTRA, 2001, p.132).

#### 4.2.4 Napoleão Mendes de Almeida (1980)

Almeida (1980) faz algumas considerações sobre o verbo *ser*, ressaltando, em primeiro lugar, o seu emprego de forma erudita com a significação de existir (“Deus é.” = “Deus existe.”) e o de forma impessoal, ou seja, sem sujeito, em expressões relacionadas

ao tempo (“Era ao cair do dia”), além de referenciá-lo em outras construções e acepções assumidas por esse verbo. E acrescenta:

Quando empregado como verbo de ligação (§ 302), o verbo *ser* é como que vazio de sentido; é disso prova o fato de algumas línguas quase não o usarem com essa função meramente *copulativa*, isto é, de unir um adjetivo a um substantivo, dizendo apenas “Pedro bom,” em vez de “Pedro é bom”. (ALMEIDA, 1980, p. 239).

Quanto ao verbo *estar*, assinala o seu emprego como verbo de ligação, entretanto estabelece a seguinte diferenciação:

*Estar* (lat. *stare* = estar de pé) sempre implica ideia de *transitoriedade*, de *existência momentânea*, de *acidental estado*, ao passo que *ser* (lat *sedere* = estar sentado) traz ideia de *permanência*, de *existência continuada*, de *estado permanente* ou *inerente*. Como verbo de ligação, o verbo *ser* é quase vazio de sentido, sendo por isso chamado *verbo abstrato*; é como se não existisse na oração; dizer: “O céu é azul” e “O céu azul” é quase dizer a mesma coisa. (ALMEIDA, 1980, p. 239-240).

Complementa a sua diferença de significação com exemplos do tipo:

“Este homem é doente” (permanência).  
“Este homem está doente” (transitoriedade).  
“Ser úmida uma casa” (permanência).  
“Estar úmida uma casa” (transitoriedade).  
[...] (ALMEIDA, 1980, p.240)

#### 4.2.5 Rocha Lima (1980)

Focaliza o verbo *ser* quando apresenta o predicado nominal e o relaciona ao predicativo:

O predicado nominal tem por núcleo um nome (substantivo, adjetivo ou pronome).  
Consideremos as seguintes frases:

“Pedro é doente.”  
“Pedro está doente.”  
“Pedro anda doente.”  
[...]

Em todas, a declaração feita relativamente ao sujeito *Pedro* contém-se no adjetivo *doente*.  
Esse adjetivo é, na realidade, o predicado; mas, pelos seus caracteres de forma e posição, recebe particularmente o nome predicativo, ou, apenas –

predicativo. Os verbos que aí figuram (ser, estar, andar, permanecer, continuar, ficar, parecer) são elementos indicativos dos diversos aspectos sob os quais se considera a condição de doente em relação a *Pedro*. Chamam-se *verbos de ligação*. (LIMA, 1980, p. 207-208).

No que concerne aos verbos e seus complementos, o autor ressalta, com relação à função predicativa, que:

Nos predicados nominais do tipo – *o livro é excelente* – não há complemento, porque a função predicativa não é exercida pelo verbo, e sim pelo próprio nome *excelente*. O verbo aí serve apenas de relacionar o predicado com o sujeito, exprimindo os vários *aspectos* sob os quais se considera essa relação: Pedro é doente (aspecto *permanente*); Pedro está doente (aspecto transitório), etc. Chamam-se de ligação estes verbos. (LIMA, 1980, p. 309).

O autor não traz maiores esclarecimentos a respeito desses termos.

#### 4.2.6 Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch (2001)

Tais gramáticos consideram que os verbos classificam-se, quanto ao significado genérico dos lexemas verbais, em verbos de ação/atividade, de processo e de estado. Esses últimos são, assim, descritos:

Os verbos de estado são os verbos com que se configura verbalmente a duração de um ser, a permanência de um estado, sem que, com isso, se implique a completa imutabilidade, como pode ver-se por verbos como *permanecer, continuar, estar, viver, etc.*

Os verbos copulativos e afins são frequentemente colocados entre os verbos de estado, que, como é evidente, têm valores diferenciados. Assim, *ser*, como indicativo de “estado” indica ‘estado natural’, *estar* e *achar-se* indicam ‘estado adquirido’, *viver, continuar*, ‘estado permanente’, *ficar, virar (ele virou comunista), tornar-se, converter-se*, ‘mudança de estado’ *parecer*, ‘dúvida de estado’, etc. (VILELA; KOCH, 2001, p. 67).

Mais adiante, apresentam outra classificação em que inserem os verbos plenos em oposição aos verbos auxiliares:

O gramatical e o lexical diferenciam-se ainda no que tradicionalmente se exprime por verbo “pleno” e por verbo “auxiliar”. **O verbo pleno** é o verbo cujo conteúdo se dirige diretamente para a configuração da processualidade existente no mundo extralinguístico e que gramaticalmente pode funcionar como predicado da frase sem qualquer apoio ou suporte. **O verbo auxiliar** é o verbo em que o peso gramatical é

preponderante, ou porque o verbo se deslexicalizou e reforçou o seu peso gramatical (gramaticalizando-se) e necessita de um verbo pleno para poder funcionar como predicado ou porque o núcleo predicativo é constituído por um nome (ter consideração por), por um adjetivo (ser inteligente). Neste caso, trata-se de verbos cuja função é só a de serem “auxiliares”, ou de verbos que podem funcionar como verbos plenos e como verbos auxiliares. (VILELA; KOCH, 2001, p. 72, grifo do autor).

Incluem os autores, nesse caso, o verbo *ser* que pode funcionar tanto como pleno (“Ele é de Lisboa”) ou como verbo auxiliar (“Ele é muito amado de todos”). Associam, ainda, a noção de aspecto aos verbos copulativos, ressaltando que todos esses verbos contribuem, direta ou indiretamente, para exprimir a aspectualidade, como exemplificam:

*ser*: é o verbo “perfectivo” desta série. A perfectividade está implicada no seu significado;

*estar*: coloca o evento numa fração de tempo, recorta a temporalidade, atribuindo-lhe um período de vigência, visualizando o “estado”. Isto quanto ao seu significado. Mas com infinitivo ou gerúndio ganha outros valores: *estou para partir* (iminência), *estou partindo* (cursividade), *estou a partir cacos* (cursividade, num dado momento). (VILELA; KOCH, 2001, p. 74).

[...]

#### 4.2.7 José Carlos de Azeredo (2002)

Azeredo (2002), também, faz uma observação sobre o conceito de aspecto e insiste que, apesar das gramáticas escolares não o mencionarem, é sempre ao aspecto verbal que os gramáticos recorrem, quando tentam explicar a diferença de significado entre *O céu é azul* e *O céu está azul*. Assim:

Normalmente, entendemos que, em *O céu é azul*, *azul* é uma qualidade permanente do céu; já em *O céu está azul*, *azul* é uma qualidade adquirida e temporária, resultante de alguma mudança. As duas formas estão no presente, e a oposição **permanente** x **temporário** é considerada uma distinção aspectual. (AZEREDO, 2002, p. 131, grifo do autor).

Recorrendo ao conceito de valência como um princípio explicativo das diferentes estruturas da oração e conseqüentemente do predicado, coloca que não são apenas os verbos que exigem o tipo de sujeito com o qual podem ocorrer. Outras classes de palavras que integram o predicado fazem esse controle, como evidencia em:

Se, no entanto, o predicado é formado de um verbo como *ser* ou *estar*, a seleção do sujeito não é controlada por estes verbos – já que admitem qualquer tipo de sujeito – mas por outro constituinte, que pode ser um adjetivo ou um particípio (*O sapo é útil ao ecossistema*, *As frutas são/estão maduras*, *Os animais foram/estão domesticados*), um sintagma nominal (*Meu tio é arquiteto*) ou um sintagma adjetival derivado (*Os móveis são de madeira maciça*, *Os operários estão de férias*). Nestes exemplos a função de predicador compete aos constituintes sublinhados, pois são eles, e não os verbos, que guardam com o sujeito a necessária relação de compatibilidade. (AZEREDO, 2002, p. 175, grifo do autor).

Segundo o autor, quando a seleção do sujeito é controlada por um predicador não-verbal, o predicado é nominal, mesmo que o sujeito seja zero (“São dez horas”), daí a impropriedade do rótulo “de ligação”. Ainda em sua exposição, afirma que:

*Os verbos que fazem exigência quanto à espécie de sujeito da respectiva oração se chamam verbos predicadores; por sua vez, os verbos que não fazem essa exigência e obrigatoriamente introduzem predicadores verbais (infinitivo, gerúndio e particípio) e não-verbais (SN, sadj., sadv., sprep.) se chamam instrumentais.* (AZEREDO, 2002, p. 176).

Acrescenta, outrossim, que os verbos instrumentais, assim como os auxiliares, não estabelecem nenhuma restrição quanto à classe e ao conteúdo do sujeito e contribuem para a expressão da modalidade e do aspecto.

#### **4.2.8 Antônio Suarez Abreu (2003)**

Identifica, o autor, os adjetivos como predicadores que como tais recebem a denominação de predicativo. Salienta, ainda, que como adjetivos predicadores possuem uma rede argumental que se resume a um único argumento que, na maioria dos casos, trata-se de um objeto afetado ou um experienciador (*A terra é redonda./ A menina era triste.*).

Com relação às construções com o verbo *ser*, pontua que:

[...] é um verbo sem estrutura argumental, cuja função básica é a de veicular o tempo da oração, ligando o predicativo ao seu sujeito. Por esse motivo, recebe o nome de VERBO DE LIGAÇÃO. Podemos dizer, pois, que o predicativo é um qualificador marcado por uma temporalidade fixada no verbo de ligação. (ABREU, 2003, p. 94).

Enfatiza que o verbo *ser* pode ocorrer, também, em construções em que o verbo não aparece para demarcar o tempo finito, como, por exemplo, na expressão “*de madrugada*” que não constitui uma oração em função da ausência do tempo. Contudo, ao adicionarmos o verbo *ser* “*Era de madrugada*”, a oração assume a condição de oração sem sujeito, ou seja, impessoal e o verbo passa a ser apenas uma âncora temporal.

#### 4.2.9 Evanildo Bechara (2004)

Em sua gramática, o autor considera o verbo como uma unidade de significado categorial e inicia seus estudos sobre o verbo, a partir da distinção entre verbos nocionais e relacionais:

A tradicional distinção de duas subclasses em verbos *nocionais* e verbos *relacionais*, que está na base da distinção de *predicado verbal* e *predicado nominal*, tem sido posta em questionamento por notáveis linguistas modernos. Esta distinção é válida sob certo aspecto semântico, mas não no que se refere à sintaxe; o núcleo da oração é sempre o verbo, ainda que se trate de um verbo de significado léxico muito amplo e vago (costuma-se dizer “vazio”, o que justifica a denominação tradicional de “cópula” – marca gramatical de identidade – e a classificação “relacional” de Said Ali). O verbo *ser* e o reduzido grupo de verbos que integram a constituição do chamado predicado nominal em nada diferem dos outros verbos: todos possuem “os morfemas de pessoas e número que com o sujeito gramatical dão fundamento à oração” [AL.1, 1994, 302]. Diz com muita justeza Benveniste que uma oração de verbo *ser* “é uma oração verbal, paralela a todas as orações verbais.” [EBv. 1, 169] (BECHARA, 2004, p. 209).

Em outra passagem, questiona se vale a pena fazer a distinção entre predicado verbal e predicado nominal, quando aborda a estrutura do enunciado ou do período:

Tal esvaziamento do signo léxico representado por esses verbos, esvaziamento que se supre com o auxílio de um nome (substantivo ou adjetivo), e a particularidade de concordar o predicativo em gênero e número com o sujeito levaram a uma distinção entre predicado *verbal* (*Pedro canta*) e predicado *nominal* (*Pedro é cantor, Maria é professora*), o que implicava retirar de tais verbos o *status* de verbo, - pois sua missão gramatical se restringiria a “ligar” (daí nomes de *copulativos*, *de ligação* ou *relacionais* que se lhes atribuíam) o predicativo ao sujeito. A realidade comunicada residiria no nome predicativo e o verbo seria apenas o marcador de tempo, modo e aspecto da oração. Ora, do ponto de vista funcional e formal, tais verbos apresentam todas as condições necessárias à classe dos verbos, incluindo-se aí os morfemas de gênero, número, pessoa, tempo e modo; daí acompanharmos neste livro linguistas e

gramáticos que defendem a não-distinção entre predicado verbal e predicado nominal, incluindo também a desnecessidade de distinguir o predicado verbo-nominal [EBv. 1, cap. 13 e 16]. Toda relação predicativa que se estabelece na oração tem por núcleo um verbo. (BECHARA, 2004, p. 426).

Além disso, o autor considera inapropriada a designação de *predicado nominal*, dada pela tradição gramatical, se nem sempre o termo que assume a função de predicativo é um nome (substantivo ou adjetivo), uma vez que outras classes de palavras (pronomes, numerais e advérbios) podem vir a exercer tal função.

#### **4.2.10 Ataliba Teixeira de Castilho (2010)**

Em sua pesquisa sobre a sintaxe do verbo, Castilho (2010) destaca a gramaticalização desses verbos que passou por um processo de migração, cujo percurso evoluiu de um verbo pleno para verbo funcional e deste para verbo auxiliar, conceituando que:

*Verbos plenos* são os que funcionam com núcleos sentenciais, selecionando argumentos e atribuindo-lhes papéis temáticos.

*Verbos funcionais* são os que transferem esse papel aos constituintes à sua direita, geralmente sintagmas nominais, sintagmas verbais, sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais, reduzindo-se a portadores de marcas morfológicas e especializando-se na constituição de sentenças apresentacionais, atributivas e equativas.

*Verbos auxiliares* são os que desempenham papel assemelhado ao dos verbos funcionais, com a diferença que à sua direita ocorrem verbos plenos em forma nominal, aos quais os auxiliares atribuem categorias de pessoa e número, especializando-se como indicadores de aspecto, tempo, voz e modo. (CASTILHO, 2010, p. 397).

Assinala os verbos *ser* e *estar* como verbos de alta frequência em seus usos, quer como verbos funcionais, quer como auxiliares. O autor apresenta, ainda, algumas considerações sobre o *ser* e o *estar* em comparação com outras línguas românicas que conservam o uso de *ser* locativo e rejeitam o uso de *estar*. Segundo ele, o português mantém construções atributivas do tipo (Meu filho é alto/ Meu filho está alto.) em que o primeiro parece atribuir ao sujeito propriedade permanente e o segundo propriedade provisória, assim como construções locativas do tipo (O bar é na esquina /O bar está na esquina) que tem exigido maiores explicações.

Para a grande maioria dos gramáticos tradicionais, a dicotomia permanente / transitório caracteriza-se como uma marca de diferenciação para o emprego de *ser* e *estar*. Entretanto, sabemos que, em função da complexidade da abordagem desses estudos gramaticais, é quase impossível atribuir a esses verbos uma noção autônoma e definida por não se traduzirem em uma ação ou processo.

Alguns defendem a função conectiva dos verbos de ligação que, vazios de conteúdo significativo, não acrescentam informação nenhuma sobre o sujeito. A função, nesse caso, de atribuir um estado ou qualidade ao sujeito não reside no verbo, mas cabe ao núcleo significativo do predicado nominal, ou seja, ao predicativo que pode ser representado tanto por um nome (substantivo ou adjetivo), ou ainda, por um pronome, um numeral, advérbio ou oração substantiva predicativa. Por que, então, predicado nominal? Outros se posicionam a favor da autonomia de tais verbos por possuírem todas as condições necessárias à categoria verbal: morfemas de número, pessoa, gênero, modo e tempo.

Apesar de as gramáticas mais recentes aludirem às categorias de tempo, modo e aspecto, ainda assim, reconhecemos que é preciso aprofundar esses estudos. Somado a tudo isso, a diversidade de classificações e rótulos que endossam tais abordagens não explicita algumas dificuldades que envolvem questão do tipo “Meu filho *está* alto” (CASTILHO, 2010, p. 398) que, como veremos em nossas análises, não se estabiliza somente em uma situação de provisoriedade, mas também de permanência, ao apontar para uma situação que se perdura, definitiva e para a qual atribuímos propriedades transitórias: “Meu filho *está* alto!”

### 4.3 A VISÃO LINGUÍSTICA

Convém destacar que o critério utilizado para a seleção do material analisado não se deu entre gramáticos e linguistas, mas entre gramáticas (dentre elas, as mais recentes que já contêm uma visão linguística) e linguistas, em função do próprio título indicado nas obras em análise, o que justifica o fato de alguns desses linguistas já terem sido contemplados no item anterior.

### 4.3.1 José Rebouças Macambira (1974)

Ao abordar o tema predicação verbal, refere-se ao verbo de ligação como aquele que é “significativamente esvaziado por meio do qual se acrescenta alguma coisa ao sujeito” (MACAMBIRA, 1974, p. 147). A seu ver, tal tipo de verbo funciona apenas como “mera linha de comunicação”, ao ligar duas ideias.

No que tange precisamente ao verbo *ser*, conclui que, pelo fato de ter um valor mínimo no aspecto da significação, idiomas como o russo nem mais o empregam no presente do indicativo. Considera-o, ainda, como um verbo de ligação por excelência, puro e, conseqüentemente, o mais esvaziado, daí ele conter os seus congêneres, nomeadamente impuros, os quais implicam um adjunto adverbial, como passa a descrevê-los:

#### *Essenciais:*

- a) estar .....ser passageiramente: *Estamos contentes;*
- b) ficar.....ser durativamente: *Fiquei alegre;*
- c) parecer.....ser aparentemente: *Pareço mais forte;*
- d) permanecer.....ser permanentemente: *Permaneço firme;*
- e) continuar ..... ser seguidamente: *Continuas indiferente.*

#### *Acidentais:*

- a) andar.....ser presentemente: *Andas atarefado;*
- b) virar.....ser repentinamente: *Virou maluco;*
- c) viver .....ser habitualmente: *Vives tão sozinha;*
- d) cair .....ser inesperadamente: *Ele caiu doente;*
- e) bancar..... ser pomposamente: *Não banque o tolo;*
- f) servir de ..... ser ingenuamente: *Não sirva de palhaço;*
- g) passar por .....ser indebitamente: *Passava por sábio;*
- h) fingir-se de .....ser falsamente: *Fingia-se de professor.*

(MACAMBIRA, 1974, p.148)

Nesse contexto, prescindem de um conteúdo significativo e marcam – categorias de tempo, modo e aspecto - que se traduzem na forma aproximada de um adjunto adverbial.

Em outro capítulo, quando discorre sobre o predicativo do sujeito, remete ao presente do verbo *ser* para afirmar que “por não ter significação atributiva, pode ser expresso matematicamente pelo sinal mais ( + ), se o predicativo apenas acrescenta; ou pelo sinal de igualdade ( = ) , se acrescenta identificando: (Deus é justo: Deus + justo / Deus é a justiça: Deus = justiça ), bem como ser completamente omitido, caso em que a

entoação serve de substituto: A vida um sonho, a morte a realidade”.(MACAMBIRA, 1974,p.204).

#### 4.3.2 John Lyons (1979)

Para o autor, o verbo *ser* funciona em inglês e em outras línguas como “um elemento gramatical, desprovido de sentido, que serve apenas como ‘suporte’ dos marcadores de tempo, modo e aspecto na estrutura superficial das frases” (LYONS, 1979, p. 408), ou seja, carrega a marca de uma distinção sintática. Assinala que muitas línguas não possuem o verbo *ser*, ou seja, o complemento predicativo adjetivo ou substantivo liga-se ao sujeito sem a cópula, enquanto outras utilizam vários elementos de ligação que não correspondem necessariamente ao verbo *ser*.

Refere-se à função copulativa, mesmo nas línguas indo-europeias, como um fato secundário e ilustra com o russo contemporâneo no qual *Marija Krasivaja* traduz-se por “Maria é bonita”. Revela, ainda, que, no latim e no grego, era facultativa a presença do verbo nesse tipo de frase, exceto nos casos de o verbo encontrar-se no passado ou em outro modo que não fosse o indicativo.

Este fato mostra que a função principal do verbo *ser* copulativo, em russo, grego e latim, é servir como *locus* na estrutura superficial para marcar o tempo, o modo e o aspecto. Observe de passagem que *locus* não é um termo técnico consagrado. É usado para referir-se ao elemento da estrutura superficial que leva a marca evidente de alguma distinção sintática. Em outras palavras, *ser* não é em si um constituinte da estrutura profunda, mas um verbo “postiço”, semanticamente, vazio, gerado por regras gramaticais do russo, do grego e do latim, para especificação de certas distinções indicadas em geral pelo verbo, quando não há outro elemento verbal para apresentar essas distinções. As frases não-marcadas temporal, modal e aspectualmente, como *Mary is beautiful*, não necessitam desse suporte postiço. (LYONS, 1979, p. 338).

Segundo o autor, essas considerações a respeito da cópula no russo, no grego e no latim são extensivas ao inglês, ao português e outras línguas que possuem o verbo *ser* nas frases não-marcadas (instrumentos gramaticais) e marcadas para o tempo, modo e aspecto.

Reconhece, além da função existencial, a identificadora ou equativa, a atributiva, a locativa e a possessiva. Quanto ao uso predicativo, descreve que:

Entre os usos “predicativos” do verbo *to be*, os lógicos costumam distinguir: a) a identificação de uma entidade com outra ( $a = b$ ): por exemplo: *That man is John / Aquele homem é João*; b) a pertença a uma classe ( $b \in C$ ): por exemplo: *John is a Catholic / João é católico*, ou seja, “João é um membro da classe de pessoas caracterizadas como católicas”; c) inclusão numa classe ( $C \subset D$ : *Catholics are Christians / Os católicos são cristãos*, ou seja, “os membros do grupo de pessoas caracterizadas como católicos estão incluídos entre os membros da classe de pessoas caracterizadas como cristãos” (LYONS, 1979, p. 409).

Contudo, discorda dos lógicos, ao entender que a distinção entre “a pertença a uma classe” e “inclusão numa classe” não tem nenhuma implicação sintática em muitas línguas.

Ao fazer uma distinção entre frases existenciais e predicativas ou copulativas, salienta que, em inglês, o uso do verbo *ser* como existencial é mais comum com complementos locativos e temporais (*There are lions in Africa / “Há leões na África”*; *There is a book on the table / “Há um livro sobre a mesa”*). Há uma semelhança estrutural entre as frases existenciais e locativas (ou temporais), já que é possível usar *exist / existem* na primeira, o que não ocorre na segunda.

Além disso, do ponto de vista da análise semântica, as frases existenciais podem ser consideradas implicitamente locativas (ou temporais). Para ser devidamente interpretada, a afirmação de que alguma coisa “existe” ou “existiu” requer complementação com uma expressão locativa, ou temporal (LYONS, 1979, p. 410).

Soma a essas observações o fato de as frases existenciais apresentarem um sujeito indefinido - o que aponta, numa análise sintática de sua estrutura profunda, que possam ser consideradas como locativas indefinidas - e de ter sido na sua origem um advérbio locativo, mais precisamente, um dêitico. Do mesmo modo, há um paralelismo entre as construções existenciais e possessivas como em: *The book is John's / “O livro é de João”*; *John has a book / “João tem um livro”*. Embora sejam diferentes os blocos na estrutura superficial, o primeiro é marcado pelo genitivo ou possessivo (*John's*); o segundo está relacionado, transformacionalmente, ao sintagma *John's book / “livro de João”*, ou seja, “o livro que é de João”, “que João tem”. Nesse sentido é que o autor, a partir da distinção entre sujeito definido e sujeito indefinido, comprova a relação entre as frases existenciais, locativas e possessivas em inglês, em português e em outras línguas.

### 4.3.3 Émile Benveniste (1995)

Benveniste (1995), em um primeiro momento, faz uma exposição detalhada, numa perspectiva diacrônica, sobre a frase nominal – fenômeno linguístico de ordem sintática muito comum no indo-europeu e em várias outras famílias de línguas (semítica, sumeriana, egípcia, caucasiana, dravídica, ameríndia, etc.) e menos comum nas línguas indo-europeias ocidentais de hoje. Tal fato consiste em um predicado, sem verbo nem cópula, para casos em que poderia configurar o presente do indicativo do verbo *ser* na terceira pessoa do singular.

Em seu estudo, situa o verbo *ser*, colocando-o como semelhante a qualquer outro verbo, ao afirmar que:

Ele o é, não somente por conter todas as marcas morfológicas da sua classe e por preencher a mesma função sintática, mas também porque deve ter tido um sentido lexical definido, antes de cair – ao termo de um longo desenvolvimento histórico - na ordem da cópula. Já não é possível atingir diretamente esse sentido, mas o fato de que *\*bhū* “estender, crescer” forneceu uma parte de *es-* permite entrevê-lo. Em todo caso, mesmo interpretando-o como “existir, ter consciência real” (cf. o sentido de “verdade” ligado aos adjetivos, ant. isl. *sannr*, lat. *sons*, sânscr. *satya-*), o definimos suficientemente pela sua função de intransitivo susceptível de ser empregado quer absolutamente, quer acompanhado de um adjetivo aposto; de sorte que *esti* absoluto ou *esti* + adj. funciona como um grande número de verbos intransitivos nessa dupla posição (como: *sembler*, “parecer”, *paraître*, “evidenciar-se”, *croître*, “crescer”, *se tenir* “conservar-se”, *gésir*, “jazer”, *jaillir*, “jorrar”, *tomber*, “cair”, etc.). O lat. *est mundus* [= “o mundo existe”] se superpõe a *stat mundus* [= “o mundo está de pé”], *fit mundus* [ “faz-se o mundo”]. (BENVENISTE, 1995, p.173).

O autor apresenta uma diferenciação entre uma asserção nominal - que propõe o absoluto e situa o enunciado fora de qualquer localização temporal ou modal e distante da subjetividade do locutor e uma asserção de “ser” – que descreve uma situação e insere no enunciado todas as determinações verbais. Ressalta que “são duas expressões distintas, que se juntam em certas línguas, mas não em toda parte e não necessariamente. Uma frase de verbo ‘ser’ é uma frase verbal, paralela a todas as frases verbais” (BENVENISTE, 1995, p. 169). Além do que, dependendo da língua a ser considerada que pode ou não possuir o verbo *ser*, a situação da frase nominal varia e, conseqüentemente, pode ser representada por uma expressão possível ou uma expressão necessária. Entretanto, nas línguas modernas, há um apagamento de tal distinção e em função disso:

A frase nominal é abolida em proveito da frase verbal, introduz-se, às vezes, no próprio seio do verbo *ser* uma diferenciação. É o caso do espanhol com a clássica distinção *ser* e *estar*. Não é fortuito, sem dúvida, que o fato de que a distinção entre *ser*, ser de essência, e *estar*, ser de existência ou de circunstância, coincide em ampla medida com a que indicamos entre a frase nominal e a frase verbal para um estado linguístico mais antigo. (BENVENISTE, 1995, p.182).<sup>19</sup>

Paralelamente, no capítulo sobre *Ser e Ter nas funções linguísticas*, Benveniste (1995) pontua, ainda, com relação à distinção entre um enunciado de frase nominal e um enunciado de verbo *ser*, que:

Na base da análise, tanto histórica quanto descritiva, é preciso propor dois termos distintos, que se confundem quando se fala de “ser”; um é a “cópula”, marca gramatical de identidade; o outro, um verbo de exercício pleno. Os *dois coexistiram* e podem sempre coexistir, sendo completamente diferentes. Em muitas línguas, porém, fusionaram-se. O problema de “ser” reduz-se, assim, a um processo não de sucessão cronológica, mas de coexistência dialética entre dois termos, duas funções, duas construções. (BENVENISTE, 1995, p. 204).

Daí porque, para o autor, é necessário saber quando se trata de uma noção gramatical ou noção lexical, distinção que, por não ter sido feita, gerou toda essa confusão:

Há, de fato, uma noção lexical cuja expressão verbal é tão autêntica, tão antiga quanto qualquer outra, e que pode ter o seu pleno exercício sem jamais usurpar a função da “cópula”. É necessário, apenas devolver-lhe a sua realidade e a sua autonomia. No indo-europeu, esse lexema é representado por \**es-* que será melhor evitar traduzir por “ser” para não perpetuar a confusão da qual tentamos sair. O seu sentido é “ter existência, ser em realidade”, e essa “existência”, essa “realidade” se definem como o que é autêntico, é consistente, verdadeiro. (BENVENISTE, 1995, p. 205).

Quanto à ocorrência de cópula em um enunciado como marca gramatical de identidade entre dois termos nominais, o autor assinala que

---

<sup>19</sup> Este parece, também, ser o caso do português em que praticamente desapareceu a frase nominal que perde o seu próprio valor como verdade geral (a não-variabilidade), à medida que se lhe introduz uma forma verbal.

[...] Aqui a expressão mais geral não comporta nenhum verbo. É a ‘frase nominal’, tal como é representada hoje, por exemplo, em russo ou húngaro, em que um morfema-zero, a pausa, assegura a junção entre os dois termos e lhes afirma a identidade, seja qual for pelo prisma da lógica a modalidade dessa identidade: equação formal (“Roma é a capital da Itália”), inclusão de classe (“O cão é um mamífero”), participação num conjunto (“Pierre é francês”), etc. (BENVENISTE, 1995, p. 206).

Ainda segundo o autor, não há uma relação necessária entre a noção verbal “existir” e a função de cópula. A sua grande inquietação é por que a existência de um verbo *ser* dando expressão verbal e consistência lexical a uma relação lógica em um enunciado assertivo. Não se trata de uma fatalidade linguística a utilização de “ser” para predicar a identidade de dois termos, entretanto:

Em inúmeras línguas, em diversas épocas da história, a função juntiva, geralmente assegurada por uma pausa entre os termos, como em russo, tendeu a realizar-se num signo positivo, num morfema. Não houve, porém, solução única e necessária. Empregavam-se vários processos: a criação ou adaptação de uma forma verbal é apenas um dos processos. (BENVENISTE, 1995, p. 206).

Dentre eles: a juntura (semítico); um pronome (turco); uma forma verbal diferente como *esse* que assume o papel de cópula, no latim tardio, quando a noção de existência se traduz por *existire*, *extare* e, ainda, pela generalização de *es-* nas funções de cópula e de verbo de existência, sendo a diferenciação totalmente abolida. É o caso de línguas como o francês no qual não há delimitação entre *être*, “ser” e *existir*, “existir” (*cela est*, “isso existe”; *cela est bom*, “isso é bom”). Nesse caso, *ser* que era apenas uma relação gramatical, assume um estatuto lexical e passa a enunciar tanto a existência quanto afirmar a identidade.

#### **4.3.4 Maria Helena Moura Neves (2006)**

Para a autora, há determinados verbos que não constituem por si predicados. O núcleo, a matriz, não é suficiente para acionar uma estrutura argumental na construção de orações, não sendo, desse modo, um *rhêma*<sup>20</sup>. Trata-se de um grupo bem heterogêneo em que:

---

<sup>20</sup> Do grego, *rhêma*, *atos*, refere-se à parte da frase que diz algo de novo sobre o tema, o comentário.

Dois dos grupos – os **verbos de ligação** e os **verbos-suporte** – entram na construção de predicções em condições particulares, as quais os retiram do estatuto de centro da matriz predicativa. Dois outros subgrupos - os **verbos auxiliares** e os **modalizadores** - se caracterizam por constituírem operadores sobre outro verbo com o qual se constroem, que é o verbo determinador da estrutura argumental (o verbo ‘principal’ de ‘sentido pleno’). (NEVES, 2006, p. 59).

Centra seu foco nos verbos de ligação ou cópula que só se predicam com sintagmas nominais - elementos da categoria (pro)nominal (substantivo, adjetivo ou pronome), daí a sua designação de predicado nominal. Acrescenta, ainda, que são esses elementos os responsáveis pela seleção dos argumentos. Sobre esse fato, relata:

Tais adjetivos ou (pro)nomes, entretanto, mesmo sendo o centro lógico-semântico do predicado, só em conjunto com o verbo constroem predicção. Mais do que isso, o verbo, além de não ser vazio semanticamente – o que, por princípio, é inaceitável – continua o responsável pela expressão de todo o feixe de categorias gramaticais de que essa classe lexical é suporte (tempo, modo, pessoa, número). (NEVES, 2006, p. 60).

A autora ressalva os verbos *ser* e *estar* como os mais usuais e estudados dentre os verbos estativos, os que mais expressam a função copulativa (não-dinâmica), com destaque para o *ser*:

[...] o de mais amplo espectro nessa função simplesmente ‘copulativa’ é *ser*: com ele, o predicativo tanto pode expressar um gênero em que o sujeito (um indivíduo ou uma espécie) se inclui, como, pelo contrário, um indivíduo ou uma espécie que se inclui no gênero que o sujeito representa, ou pode, ainda, trazer um gênero / espécie / indivíduo que se identifica, respectivamente, com o gênero / espécie / indivíduo representado no sujeito. Pode, ainda, trazer uma quantificação, trazer um simples atributo (qualidade, condição, situação, característica), etc. De todo modo, sempre se faz uma atribuição, ao fazer-se uma predicção (no caso, nominal). (NEVES, 2006, p. 60).

Ao abordar o tema, a pesquisadora faz referência, ainda, aos demais verbos de ligação que são, também, estativos, os quais não constituem objeto do nosso interesse.

#### **4.3.5 Juanito Ornelas de Avelar (2009)**

O autor, ancorado na versão minimalista de Chomsky (1995) da Teoria de Princípios e Parâmetros e nos pressupostos teóricos da Morfologia Distribuída de Halle e

Marantz (1993)<sup>21</sup>, faz uma análise dos verbos *ter*, *ser* e *estar* no português brasileiro, concentrando o seu foco nas construções copulativas, possessivas e existenciais. Defende que construções com tais verbos resultam de operações morfossintáticas que incidem sobre uma base estrutural comum e, por isso mesmo, impõem um tratamento unificado do feixe de traços formais que lhes são pertinentes. Nesse sentido é que propõe um paralelismo temático entre as expressões de cópula, posse e existência que passam a integrar um mesmo paradigma na organização da linguagem.

Avelar (2009) ainda acrescenta que é evidente no português brasileiro a identidade entre esses tipos de sentenças e propõe para as construções com *ser* e *estar* uma base existencial em que:

A estrutura existencial é a base de geração para as construções copulativas e possessivas em português brasileiro. Para a relação entre existenciais e copulativas, em particular, apresenta a hipótese de que *ter*, *ser* e *estar* são três versões morfológicas para um mesmo conjunto de traços abstratos com propriedades seletivas semelhantes às que observamos com alguns verbos monoargumentais, no que diz respeito a restrições de definitude. *Ser* e *estar* seriam realizados em vez de *ter* toda vez que o complemento do verbo existencial fosse alocado para a posição de sujeito. (AVELAR, 2009, p. 67).

Exemplifica com:

- (1) [predP [ muitos líderes da Europa] [ a favor da política de Bush] ]
  - (2) a. Tem muitos líderes da Europa a favor da política de Bush.
    - b. A Europa tem muitos líderes a favor da política de Bush.
    - c. Muitos líderes da Europa são a favor da política de Bush.
    - d. Muitos líderes da Europa estão a favor da política de Bush.
- (AVELAR, 2009, p.14).

Nessas condições, tenta demonstrar como a ocorrência do sujeito do predP em (1) que resulta em (2c) - (2d) relaciona-se à ocorrência de *ser* e *estar* e, ainda, como a ocorrência de “a Europa” em (2b), na posição de sujeito, vincula-se ao verbo que incorpora uma relação possessiva. Discute, também, a razão pela qual a aparente manutenção da estrutura de (1) em (2a) redundaria em uma interpretação existencial e na realização de um verbo semelhante ao possessivo no português (AVELAR, 2009, p. 14).

---

<sup>21</sup> Obras referenciadas pelo autor: CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995 e HALLE, Moris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, Jay. *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993.

As copulativas com *ser* e *estar* são, desse modo, derivadas a partir da existencial. Quanto ao verbo *ser*, declara ainda que:

O que tem sido senso comum em diversas linhas de análise é que as copulativas equativas e atributivas dispõem de um caráter predicativo primitivo. Verbos como *be* e *être* quando em leitura equativa são tradicionalmente tratados como formas semanticamente vazias, cuja função é suportar propriedades exclusivamente temporais e aspectuais, ou índices de número e pessoa. O presente estudo não compartilha desse tratamento clássico oferecido à cópula: *ser* não vai consistir num primitivo e deve ser analisado como resultante de operações aplicadas sobre o verbo existencial. (AVELAR, 2009, p. 43).

Para o autor, apesar de a diferenciação que mais sobressai nas construções com *ser* e *estar* incidir na oposição entre atributo permanente e atributo transitório pela qual a *ser* é atribuído propriedades intrínsecas, imanentes, ou seja, com um efeito mais permansivo, enquanto a *estar*, como suporte de uma atribuição adquirida, associa-se às condições mais passageiras, tal polarização funda-se muito mais em condições operadas pela sintaxe e com traços morfológicos específicos do que em critérios semânticos:

As diferenças entre uma e outra podem ser melhor caracterizadas se concebidas em termos de ausência ou presença de categorias funcionais específicas na derivação. Polarizações do tipo permanente-transitório vão se estabelecer então dentro de determinadas condições computacionais, sem atuar por si só como um requerimento semântico para a escolha de *ser* ou *estar*. (AVELAR, 2009, p. 188).

Enfim, como o próprio autor resume em sua obra, a sua proposta para o português brasileiro consiste no fato de que:

São os traços associados ao verbo existencial os mais primitivos, no sentido de que são sobre eles que as operações morfossintáticas para a realização do copulativo e do possessivo vão se aplicar. No componente morfológico, esses traços acessam a entrada vocabular com informações para a realização de *ter*. A conexão de traços diversos aos do verbo existencial vai permitir o acesso à entrada vocabular de *ser*, *estar* e à versão possessiva de *ter*. (AVELAR, 2009, p. 245).

E, assim, assinala que independe o caráter primitivo do verbo existencial de que a sua forma seja ou não semelhante à da cópula. O que determina tal “caracterização é o fato de serem os seus traços, condensados em *v*, os que vão se conectar a uma projeção predicativa na computação sintática”. (AVELAR, 2009, p. 250).

#### 4.3.6 Mário Alberto Perini (2008)

Ao tratar do predicativo, Perini (2008), em sua obra *Estudo de gramática descritiva; as valências verbais*, a partir do exemplo “Meu avô era italiano”, limita o predicativo do sujeito a um sintagma (SN ou sintagma adjetivo) com um papel temático. Define, assim, a construção:

##### **Construção estativa**

Definição

XV                      SAdj – SAdv

Localizando        Qualidade<sup>22</sup>

Ressalta o autor que o que importa não é mencionar a função do complemento, mas delimitar sua classe, sua função e seu papel temático – “algo a discutir; mas em todos os casos se trata de uma característica atribuída ao sujeito” (PERINI, 2008, p.156). Esse mesmo procedimento é válido para o predicativo do sujeito com verbos que não sejam de ligação como “A diretora apareceu furiosa”. Para efeito de expressão, analisa o constituinte “furiosa” como um sintagma adjetivo que pode se realizar como um nominal ou uma preposição + SN e com o papel temático de qualidade, o que é suficiente para a expressão de diátese.

A polarização *ser* e *estar*, como vimos, envolve uma complexidade de aspectos. A abordagem feita pelos gramáticos e linguistas leva-nos a repensar a sua semanticidade. Percebemos que há uma gama de critérios, os mais diferenciados possíveis, que são levados em consideração, quando se trata do emprego desses marcadores. Ademais, tais distinções são insuficientes na medida em que alguns aspectos que norteiam as abordagens linguísticas abusam de critérios morfossintáticos e semânticos que, como procedimentos estanques, pouco elucidam a natureza dos marcadores *ser* e *estar* que não se explicam por um inventário de classificações.

Constatamos, desse modo, que o embate travado entre os linguistas concentra-se sobre a cópula como função secundária ou primária e o conseqüente esvaziamento ou

---

<sup>22</sup> Algo analisado pelo autor “como um predicado ou uma relação semântica entre um sintagma da oração e o verbo, e portanto funciona, para os atuais objetivos, como um papel temático” (PERINI, 2008, p. 156).

não do *ser*. Nesse sentido, serviria apenas como marcador de tempo, pessoa e aspecto e, portanto, uma noção gramatical para uns e lexical ou, ao mesmo tempo, lexical e gramatical para outros. Centralizam o foco, ainda, sobre as existenciais e tentam relacionar os tipos de construções copulativas à sua origem, por meio de critérios morfológicos condicionados pela sintaxe, que não dão conta de explicitar o funcionamento desses marcadores, na medida em que os limites por eles apresentados não são tão nítidos e numerosos são os contraexemplos.

Depreendemos, nessa perspectiva, que o ato de construção de enunciados ancora-se numa situação de enunciação que deixa transparecer uma articulação entre significação e contextualização. De fato, a teoria culioliana preocupa-se com as condições de enunciabilidade, ou seja, com os mecanismos construtores de valores referenciais, a partir de uma ancoragem situacional. Percebemos que há uma articulação entre as formas (lexicais e gramaticais: fonológicas, morfológicas e sintáticas) e o sentido no interior do sistema da língua no qual se inscrevem os mecanismos enunciativos.

Tal situação induz-nos a tentar compreender o funcionamento desses marcadores por um viés operatório que incida sobre a gênese do problema, a sua natureza. Razão pela qual, precisamos aproximar-nos de uma invariável que justifique a multiplicidade de usos e possibilite uma formalização dinâmica da atividade de linguagem, de tal modo que as unidades lexicais e categoriais, observadas as condições de enunciabilidade em um contexto explícito, construam-se no próprio funcionamento das línguas naturais. É o que nos propomos a realizar no próximo capítulo.

## CAPÍTULO V

### A ARTICULAÇÃO ENTRE UNIDADES LEXICAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO: o espaço semântico-enunciativo dos marcadores *ser* e *estar*

Este capítulo propõe-se a desenvolver uma análise das operações constitutivas dos enunciados em que se inserem os marcadores *ser* e *estar*, com vistas a desvendar o seu funcionamento numa situação de enunciação, ou seja, as noções que se manifestam por princípios variáveis de generalização e são por estes regulados, de forma dinâmica, em situações precisas de interação.

De fato, a construção do sentido se define por uma relação entre léxico, sintaxe e discurso em que as unidades mantêm-se reguladas pelo funcionamento verbal em interação com as demais unidades linguísticas do contexto.

Contudo, convém inicialmente destacar que qualquer que seja uma ocorrência de *ser* ou *estar*, funda-se no princípio de que haverá sempre uma instanciação singular, única de uma noção P sem, entretanto, deixar de ser mais uma ocorrência entre outras composições variáveis. A interpretação dessas unidades lexicais, em um contexto, ultrapassa as meras aparências ao (re)criar significados, dado que a referencialidade só se efetiva em uso.

#### 5.1 ALGUNS TRAÇOS MODAIS E ASPECTO-TEMPORAIS DOS MARCADORES *SER* E *ESTAR*

##### 5.1.1 Traços modais: algumas considerações

Iniciamos a nossa análise, por questões metodológicas, traçando algumas reflexões sobre a modalidade e a aspectualidade, categorias que têm uma importância significativa na construção dos valores referenciais e que ganham um estatuto central na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli, na medida em que um enunciado demarca a sua localização em um sistema referencial e que nele se projetam

o sujeito, o espaço e o tempo. Em função de todo esse processo é que corroboramos com Fuchs (1985, p.118), ao pontuar que “tudo está subordinado à enunciação, o que quer dizer que todas as unidades e todas as relações que intervêm no enunciado tendem a ser analisadas, numa visão unificada, à luz dos parâmetros enunciativos”.

A relação entre a atividade de linguagem e as línguas se dá por meio do enunciado que, como uma unidade representativa de uma realidade construída, localiza a relação predicativa em uma situação de enunciação. Culioli (1999a) considera o enunciado como um agenciamento de marcadores<sup>23</sup> e, na enunciação, entram em jogo as noções que, como algo virtual e coletivo, segundo Bresson (apud CULIOLI, 1990), não podem ser dadas em todas as suas acepções. Podemos considerar a noção como um gerador de unidades lexicais, daí a noção não corresponder a uma unidade em particular, embora defina uma classe de operações em relações.

### 5.1.2 A atividade modalizante de um sujeito enunciador

Considerando que qualquer entidade para que exista na língua deve passar necessariamente por um processo de elaboração de uma representação/simbolização por um sujeito e que tais representações materializam-se pelos arranjos de marcas textuais orais e escritos, é que o enunciador, ao assumir uma relação predicativa, atribui um valor modal ao enunciado. Nessa perspectiva, podemos inferir que é pela modalização que o sujeito imprime suas marcas no enunciado, ao estabelecer uma relação significante entre sujeitos sobre um determinado estado de coisas.

Diferentemente do que acontece na Filosofia Analítica da Linguagem que, como evidenciamos, sem nenhuma alusão à figura do enunciador, preocupa-se com a estrutura formal das modalidades proposicionais que se demarcam em função dos valores de verdade de um pensamento, a modalização, no plano da manifestação linguística, insere o sujeito numa situação de enunciação, **So**. É na relação entre enunciador e coenunciador que se estabelece a intersubjetividade.

Razão pela qual o que aqui consideramos não é a verdade da proposição em si, mas a enunciação que põe em jogo as relações entre a atividade de um sujeito enunciador e

---

<sup>23</sup> Para Culioli (1999a, p. 162), o termo *agenciamento* não faz referência a qualquer forma, mas às regras de boa formação, ao passo que o termo *marcador* remete à indicação perceptível de operações mentais as quais possibilitam a passagem do nível I, linguagem (noções, operações) em que não temos senão os rastros, ao nível II, línguas (agenciamento de marcadores), ou seja, lugar em que se agenciam os rastros sob a forma de enunciados.

a matéria linguística, ou melhor, a léxis – como lugar possível de cristalização dessa atividade. Pensamento e linguagem não se realizam a não ser por meio de uma operação de referenciação. É todo esse contexto que define um marcador, como podemos comprovar em:

(01) Maria é/está bonita.

(02) Maria não era bonita, mas está bonita.

(03) Maria que é bonita, não estava tão bonita?

(04) Maria é bonita, mas não estava bonita, eu acho, no dia do seu casamento.

(05) Provavelmente, pelo quem são seus pais, Maria era bonita quando criança.

O que significa que, na construção de representação metalinguística da predicação, as operações de modalização incidem sobre a léxis (< Maria ser bonita >, < Maria estar bonita >) de modo a produzir um objeto linguístico que possa ser validado, referenciável, ou seja, os valores atributivos no caso de Maria. A modalização configura-se, desse modo, como uma léxis predicativa na qual o enunciador indica em que medida ele atribui o grau e as condições de validade a essa léxis, conferindo-lhe um valor referencial (GROUSSIER; RIVIÈRE, 1996).

Trata-se, portanto, de uma operação por meio da qual se realiza a modalidade como categoria gramatical. Para Culioli (1976), há quatro tipos de construção de modalidade que apresentam diferentes julgamentos sobre um enunciado:

- modalidade 1: a asserção, a interrogação e a injunção. A asserção consiste em por uma forma linguística (afirmativa ou negativa) como validável, ou seja, colocar aquilo que está sendo predicado pelo sujeito enunciador como fato ou não (exemplos (01) e (02)). Sendo o domínio nocional construído a partir da relação predicativa, temos que considerar as triplas de elementos – os dois argumentos e um relator - e levar em conta os valores correspondentes a P (validação da relação) ou a um interior I (aquilo que possui verdadeiramente as propriedades) em oposição a P' (não-validação) ou a um exterior E (aquilo que é totalmente outro, que não é o caso de):

< Maria ser/ não ser bonita >.

< Maria estar/ não estar bonita >.

Os enunciados são situados, ainda, com relação a uma variável espaço-temporal e a uma variável subjetiva e intersubjetiva. Assim:

**<a π b > € Sit (T/S)**

Com relação à interrogação, marca-se pela opção que tem o coenunciador de validar ou não a representação linguística por uma assertiva afirmativa ou negativa (exemplo (03)). Já a injunção ocorre quando há algo que é compatível com uma ordem, uma súplica ou sugestão. Nesse caso, temos uma relação que não é uma asserção, nem uma interrogação. Do mesmo modo, nem falsa, nem verdadeira, mas que pode se tornar falsa ou verdadeira como uma consequência eventual da injunção, ou seja, expressa um valor que não é nem p nem p', mas que pode eventualmente tornar-se p ou p' como em "Seja prudente/ Ela tornou-se prudente/ Ela é prudente".

- modalidade 2: relaciona-se aos acontecimentos, temos a presença de modalizadores que se inserem na classe do necessário, do possível, do provável e do eventual como em (05), em seus diferentes graus, comprovando as palavras de Maingueneau (1990, p.180), ao dizer que, do ponto de vista estritamente linguístico, a modalidade define-se como "a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e o seu enunciado". Trata-se, por outro lado, de uma modalidade epistêmica, por estar relacionada com a necessidade e a possibilidade, além de revelar a intensidade com que o enunciador acredita na veracidade de uma proposição como em:

(06) É provável que o rapaz seja aprovado.

(07) É bem possível que o rapaz consiga aprovação no vestibular.

A propósito do acontecimento, não podemos dizer se ele é verdadeiro ou falso, mas que ele é provável, que ele poderá vir a se realizar.

- modalidade 3: volta-se para uma dimensão apreciativa na qual o modalizador *ser/estar* prende-se a uma base nominal em posição predicativa, ao demarcar a posição do sujeito enunciador frente àquilo que ele assume, a sua assunção. Trata-se de uma avaliação

de ordem favorável ou desfavorável como nos enunciados e sempre se relaciona, de acordo com Culioli (1976), com a factividade<sup>24</sup>:

(08) É estranho que ele não tenha conseguido aprovação no vestibular.

(09) Seria bom se ele tivesse sido aprovado no vestibular.

É importante observar que as modalidades 1 e 2 aproximam-se, segundo Fischer (1999), de um julgamento universal (é necessário que) e, ainda que seja um julgamento localizado, sustentam-se em procedimentos que apelam para a co-referenciação, dado que é colocado como se fosse recebido do mesmo modo por qualquer outro coenunciador, enquanto, na modalidade 3, constrói-se a referenciação pela validação por um eu de um referencial exterior.

- modalidade 4: de natureza intersubjetiva, apresenta-se como a modalidade mais expressiva para demarcar a relação entre sujeitos, pondo em jogo *Ego et Alter* - o eu e o outro -, um dos pontos-chave da teoria culioliana. Como gênero de interpelação, o sujeito age sobre si mesmo, expressando-se por um querer e conduzindo o outro para aquilo que deseja:

(10) Não estamos autorizados a falar sobre esse assunto.

(11) Sejamos breve.

Segundo Culioli (1976), trata-se de uma modalidade deôntica (relacionada com obrigações e permissões) que se caracteriza pela passagem de um “dever” a um “querer”, por uma sequência de operações em derivação. Insere-se, também, nesse grupo, a injunção que se manifesta por uma súplica, uma sugestão, em situação de enunciação, como em “Se nós estivermos aqui às oito horas, poderemos iniciar os trabalhos”. Para o início dos trabalhos, “devo”, “é preciso” chegar no horário determinado, o que implica defrontarmos com o “querer”.

A modalidade não deve ser considerada linearmente como observamos, além do que temos de considerar os fatores estilísticos que se distinguem das modulações retóricas, como os traços prosódicos, etc. Do mesmo modo, corroboramos com Fischer e

---

<sup>24</sup> Segundo Kiparsky e Kiparsky (1970), a pressuposição tem consequências importantes na complementação dos verbos. Para eles, existem na língua um sistema de asserção e um sistema de pressuposição. A factividade se relaciona ao fato de o enunciador nas proposições apenas pressupor os complementos como verdadeiros ou reais.

Verón (1999, p. 186), ao considerarem que “as operações de modalização atuarão sobre a léxis produzindo um objeto linguístico atestável”.<sup>25</sup>

Retomando o exemplo (06), *É provável que o rapaz seja aprovado*, em que o sujeito enunciador manifesta a sua crença – modalidade epistêmica -, temos um enunciado no qual é possível perceber os atos enunciativos que permeiam as significações, já que na construção da relação predicativa e, preponderantemente, na enunciativa, faz-se necessária a asserção, isto é, a marca da assunção responsável pela predicação – o enunciador situado em um tempo e em um espaço determinados. Assim, observamos duas léxis que se ancoram numa situação enunciativa:

< **ser provável** >    < **ser aprovado** >

Em que:

< (    ) <b>ser provável</b> >			< ( <b>rapaz</b> ) <b>ser aprovado</b> >		
<b>x</b>	<b>R</b>	<b>y</b>	<b>x</b>	<b>R</b>	<b>y</b>
	<b>A</b>			<b>B</b>	

Na relação primitiva, o enunciado é gerado a partir desse esquema em que o termo x em B, “rapaz”, é localizado em função da propriedade que se atribui a ele, “aprovado”, y, o localizador. Além do que o enunciador deixa suas marcas no enunciado, apresentando-o como provável, possível, ao expressar o grau de probabilidade ou chance de realização do referido enunciado, validando-o.

No subconjunto A, a posição ocupada pelo argumento x à esquerda não foi preenchida. Observamos que “provável” e “aprovado” são propriedades que remetem a “rapaz”, determinando-o qualitativamente. O primeiro reporta-se, de forma particular, à “aprovação do rapaz”.

< ( <b>aprovação do rapaz</b> ) <b>ser provável</b> >			< ( <b>rapaz</b> ) <b>ser aprovado</b> >		
<b>x</b>	<b>R</b>	<b>y</b>	<b>x</b>	<b>R</b>	<b>y</b>
	<b>A</b>			<b>B</b>	

---

<sup>25</sup> O termo refere-se a algo que possa ser submetido à prova, demonstrável, ser testado.

A partir do princípio de que sintaxe e semântica não se dissociam, assim como função e posição, é que são assegurados os efeitos semânticos implícitos nesses funcionamentos. Nesse sentido, toda relação predicativa, ao ordenar os termos selecionados na léxis, é orientada, ou seja, comporta um termo de partida – seu localizador constitutivo, no caso “rapaz”, sobre o qual a relação é construída.

Sob esse prisma, insistimos que:

Há um rapaz.

Há alguém que acha < ser provável > < rapaz ser aprovado >.

Observamos que há, de fato, uma imbricação, ou intricação em termos culiolianos, de duas relações predicativas que não podem ser consideradas apenas como uma estrutura hierarquizada na qual a completiva é simplesmente um sujeito de <ser provável >, mas como feixe de relações que se referem às representações predicativas concatenadas e que podem ser representadas por um esquema do tipo:

$$\langle \langle (x) R y \rangle \ni \langle x R y \rangle \rangle$$

Como verificamos, < x R y > não apresenta coordenadas enunciativas autônomas e  $\ni$  indica que < x R y > é localizado em relação a < ( x ) R y > . Outras relações binárias acontecem, ainda, no interior de cada relação predicativa: relações primitivas entre argumentos entre si e entre os argumentos e o relator como em < ( x ) R y > - relação predicativa encaixante (É provável) e em < x R y > - relação predicativa encaixada (...que o rapaz seja aprovado).

Evidenciamos, dessa forma, que se estabelece uma primeira relação de *repérage* entre as duas relações predicativas: a encaixada que, por não possuir autonomia, deve ser localizada em relação a um conjunto de coordenadas enunciativas já construídas que é a encaixante. Para Deschamps (2006), esse processo de encaixamento de um enunciado em outro estabelece uma relação de concomitância entre as duas relações predicativas.

Naturalmente, vimos que podemos construir um acontecimento como existente com a possibilidade de um segundo acontecimento poder vir a ser construído em decorrência do primeiro, por intermédio do qual o enunciador seleciona os meios de fazer validar o seu dizer.

Essas considerações põem em questionamento as propriedades classificatórias e a etiquetagem. Cabe ao linguista dar conta das sequências enunciativas e não se prender às particularidades como o complementizador *que* e o emprego do subjuntivo, uma vez que o valor gramatical atribuído a uma determinada expressão linguística não é estável.

Na busca de invariantes, ressaltamos que alguns parâmetros se repetem como a presença de um enunciador e de um coenunciador - o eu e o outro - e, ainda, de um conteúdo suposto que se inscreve, no âmbito da modalização, na ordem do provável, do possível, além de pôr em evidência duas relações predicativas interligadas por um complemento proposicional.

Um enunciado, segundo Culioli, é sempre localizado em relação a uma situação de enunciação (**So**) e a um tempo de enunciação (**To**). Nesse sentido, todo e qualquer enunciado manifesta um valor modal, ao estabelecer, segundo Fischer (1999), relações entre a atividade de um sujeito enunciador e a matéria linguística.

É no interior de um sistema de referência que um termo *x* é localizado em relação a um termo *y*. Se considerarmos uma ocorrência como “Os portões estão fechados” fora de uma situação enunciativa, o que temos é uma interpretação estativa. A operação de *repérage* é que empresta um valor referencial – determinação de uma propriedade – a esse termo que não existia antes, o que demonstra que o valor referencial de uma unidade é construído no próprio sistema, possibilitando a transcategorialidade.

A discussão deve, então, mover-se em torno da articulação da atividade de linguagem com as línguas que se instanciam num jogo léxico-gramatical e visam à produção e ao reconhecimento das formas que se configuram nos enunciados e permeiam as significações.

### **5.1.3 Noções de aspectualização**

Na construção/reconstrução de um sistema de referência, a questão aspectual é central na medida em que o sujeito enunciador modula, no tempo e no espaço, o seu próprio ponto de vista no processo enunciativo.

São as relações aspectuais um modo de determinação da predicação que, além de revelar, dentre outras, algumas questões sobre a transitividade<sup>26</sup>, de certa forma, elucidam as propriedades particulares de determinadas unidades linguísticas em funcionamento. Ou melhor, justificam os valores referenciais assumidos localmente pelos marcadores *ser* e *estar* em função das relações que vão se estabelecer na presença desses fenômenos aspectuais que, em geral, são escamoteados.

De fato, tempo e espaço são categorias aspectuais, uma vez que o aspecto se relaciona ao tempo interno – à natureza interna de uma situação, à sua construção temporal, ou seja, à duração e aos limites do processo – e o tempo, seu derivado, ao tempo externo à situação, ao momento de sua ocorrência (CULIOLI, 1999b), mais precisamente, ao momento da fala – anterioridade, simultaneidade e posteridade – como uma relação de localização, de ordem na linha do tempo.

É ancorado numa situação espaço-temporal que os sentidos aspectuais são produzidos. Apesar de o aspecto ser considerado tradicionalmente apenas como uma categoria verbal relacionada ao desenvolvimento da situação, ao demarcar a sua duração, é preciso considerar a linguagem como um ato individual de enunciação que se constrói não só pelas situações por meio das quais se realiza, mas pelos instrumentos a que recorre na sua realização, como é possível observar em:

(12) Eu estou sempre com o secretário.

Em uma ocorrência em que o sujeito da enunciação se projeta na fala pelo *dictum*: “Eu estou sempre com o secretário”, apesar de fazer uso do presente, não significa que o enunciador esteja se encontrando com a referida pessoa, “o secretário”, no momento da enunciação. É o que designamos por presente atemporal.

Com relação ao aspecto, o traço [+ durativo] configura-se, nesse contexto, como um procedimento iterativo, uma continuidade indefinida, uma habitualidade. Esse modo de proceder implica a não-marcação do aspecto de duratividade (não apresenta duração contínua limitada) com relação ao tempo, em virtude da presença do operador

---

<sup>26</sup> A propriedade transitiva, segundo Rezende (2003), resulta da relação entre os termos da léxis. Se estabelecermos uma relação entre  $x/r$  e  $r/y$ , fica claro que há uma relação de causalidade entre  $x/y$ . Trata-se, portanto, de um conceito abstrato no qual a transitividade pode ser tomada por causalidade. A operação de localização caracteriza-se por uma propriedade transitiva.

temporal “sempre” como marcador de uma circunstancialidade e com o qual conjuga a duratividade do presente atemporal.

Glosando, podemos obter, por um processo de parafraseagem, as ocorrências:

(13) Eu encontro sempre com o secretário.

(14) Eu estou encontrando com o secretário todos os dias.

Em primeiro lugar, há uma proximidade semântica entre os enunciados (12), (13) e (14). No caso de (14), temos uma construção com o presente perifrástico (estar + gerúndio) que, por ser mais específico, podemos considerá-lo como um recorte no espaço temporal de (13). Entretanto, “Estou encontrando” é colocado em jogo pelo sujeito da enunciação como um presente em curso no qual o fato verbal é referido num fragmento de tempo e, embora exclua o momento da fala tal como acontece em (12), necessariamente, a duratividade da construção perifrástica ancora-se na marcação temporal, “todos os dias”, que permite a localização espaço-temporal do enunciado. Observamos, desse modo, que, nos enunciados (12) e (14), as formas verbais “estou” e “estou encontrando” reportam-se a uma referência indeterminada que, pela iteração, torna-se um hábito.

Tais reflexões levam-nos uma vez mais a ponderar sobre as questões aspectuais que extrapolam as simples noções de duratividade, pontualidade e resultatividade, como constatamos mais uma vez em:

(15) O rapaz é aprovado, quando quer.

(16) O rapaz é aprovado em todo concurso que presta.

(17) O rapaz está aprovado no vestibular. É universitário agora.

Em (15), há uma noção aspectual que se caracteriza ao mesmo tempo por ser contínua e pontual e como um evento enunciativo que não aponta para um acabamento (provavelmente “o rapaz” já deve ter sido aprovado em algum concurso, daí a afirmação do enunciador), logo implica uma situação que poderá vir novamente a ocorrer, basta que o sujeito do enunciado assim deseje. Pode até tender para um acabamento, caso seja considerado cada processo isolado. Já em (16), a situação é apresentada como contínua e não-acabada, enquanto em (17) é pontual, além do que houve a alteração do domínio nocional que se evidencia no jogo entre *ser/estar*.

Os marcadores aspectuais não podem ser considerados como etiquetas fixas, mas como traços de operações que são definidores na construção/ reconstrução de um domínio de referência. Temos que considerar que, enquanto categoria nocional, a temporalidade não se manifesta exclusivamente pelos lexemas verbais, mas ainda por outros meios de expressão. De fato, como uma categoria dinâmica não pode ser isolada das outras, daí ser possível a transcategorialidade.

Percebemos, assim, que a aspectualidade projeta-se para processos visados ou fortuitos, produzindo efeitos, valores semânticos localmente adquiridos, uma vez que as marcas de modalidade e aspecto da base predicativa incidem no processo de direcionamento e construção dos valores referenciais.

Assim, no aspecto-modal, os espaços são construídos por meio de um percurso enunciativo em que a trajetória é sempre incerta. As noções inscritas nas representações, apesar de os obstáculos, podem vir ou não a alcançar “um estatuto de representação que *existe* ou que *não existe*”<sup>27</sup> (REZENDE, 2002, p. 121). A autora postula ainda que “o caminho modal e aspectual configura como um sulco pelo qual conseguimos transformar uma representação impossível em possível e vice-versa. É tal caminho também que leva à estabilização ou desestabilização da representação”. (REZENDE, 2007, p.03).

## 5.2 ESTABILIDADE E INSTABILIDADE ENUNCIATIVAS DOS MARCADORES *SER* E *ESTAR*

Em linhas gerais, podemos dizer que, fazendo objeção aos valores cristalizados no sistema linguístico, a teoria enunciativa, postulada por Culioli (1990, 1999a, 1999b) não prima por uma formalização no sentido matemático ou lógico, como observamos no Capítulo II. Funda-se na validação ou não de um enunciado por um sujeito enunciator, isto é, no princípio de noção linguística, ao apresentar-se como um conjunto de possibilidades que se reportam a fatores de ordem psíquico-físico-culturais. É por meio de operações de predicação que as noções emergem como ocorrências em contextos específicos e ganham contornos particulares, uma vez que a atividade de linguagem realiza-se por um processo de construção de referenciação.

Isso induz-nos a repensar a visão taxionômica da linguagem e mobilizar saberes os quais se voltem para um modelo de análise linguística que priorize os

---

<sup>27</sup> Os destaques em itálico constam do texto original.

mecanismos enunciativos próprios de um sistema que se apresenta, em toda a sua complexidade, ora de forma estável, ora permeado de propriedades maleáveis e interativas.

Há uma aparente estabilidade, uma sobrecarga semântica que se desfaz, a partir do momento em que propomos um tratamento operatório ao enunciado e voltamos a nossa atenção para as propriedades operatórias dos marcadores e as condições das quais se investem e que os predispõem a assumir um valor referencial entre outros, uma vez que os sentidos resultam de uma combinatória que se reveste de uma contaminação textual.

Nessa perspectiva, tendo por base um conjunto de observáveis linguísticos, é possível percebermos que as relações se definem a partir do conhecimento sobre o mundo e que são determinadas por parâmetros físico-culturais – as relações primitivas, predicativas e enunciativas – as quais se estabelecem por meio de um esquema operatório abstrato.

Selecionamos, de início, algumas ocorrências na tentativa de mostrar, dada a grande potencialidade significativa desses verbos, as suas possíveis estabilizações que se confrontam com os cânones clássicos, os quais se valem de critérios morfossintáticos, ao percebê-los apenas nas construções copulativas, nas intransitivas que, em geral, são precedidas de preposição, nas raras construções existenciais e como verbo auxiliar nas construções perifrásticas. Passemos a examinar os exemplos:

(18) Aquele senhor entrega pizza no condomínio.

(19) Aquele senhor é entregador de pizza no condomínio.

Podemos associar à ocorrência (18) a família parafrástica por meio da qual poderiam se insinuar as respostas às perguntas: Quem é aquele senhor?(19); Quem entrega pizza no condomínio? (20a) e (20b); Aquele senhor entrega o que? (20c) e (20d); Onde entrega pizza aquele senhor? (20e) e (20f):

(20) a. *É* aquele senhor *que* entrega pizza no condomínio.

b. Aquele senhor *é que* entrega pizza no condomínio.

c. *É* pizza *que* aquele senhor entrega no condomínio.

d. Pizza *é o que* aquele senhor entrega no condomínio.

e. *É* no condomínio *que* aquele senhor entrega pizza.

f. No condomínio *é que* aquele senhor entrega pizza.

Em (18), o sujeito enunciador, ao afirmar “Aquele senhor entrega pizza no condomínio”, assume a enunciação, validando-a, ao transformar a predicação em uma asserção afirmativa. O fato assumido pelo sujeito do enunciado <entregar x não entregar pizza> pode até não ser verdadeiro, mas o que prevalece é a sua validação concretizada por um ato de dizer que se configura por um modo de ação – eu, sujeito enunciador, digo: “Aquele senhor <entregar > pizza no condomínio”.

Muito embora, segundo a tradição linguística, seja (18) um predicado processual em que é atribuída a marca de agentividade a “Aquele senhor”, comparando com (19), as diferentes formas através das quais as noções semânticas se manifestam nos enunciados (entregar – verbo processual, ser – verbo estativo) procedem das propriedades físico-culturais inscritas nas noções. Por isso mesmo, é que devemos atribuir o emprego de ambas as formas ao modo como a realidade é percebida ou enunciada e não à realidade acontecida, considerando que é pela percepção do sujeito que fala que a realidade é elaborada.

Já nas ocorrências (20a), (20b), (20c), (20d), (20e) e (20f), as unidades são postas em relação pelo marcador *ser* por meio da operação de localização, operação central na construção dos valores referenciais. Entretanto, apesar de similares, cada uma tematiza um termo com a qual estabelece uma identificação, ao localizá-lo em relação à situação de enunciação.

A tematização, de fato, é uma operação imprescindível na construção de todo enunciado e o marcador *ser*, como marca de modalidade assertiva – operador privilegiado para a asserção - e modal enfático está na base da predicação e se insinua como um localizador na ordenação dos argumentos. Observamos, ainda, que, mesmo variando a construção sintática, as noções semânticas permanecem, já que elas se constroem no próprio ato enunciativo.

Retomando (18) e (19), <entregar pizza> e <ser entregador de pizza.> possuem propriedades comuns, pois dizer que “Aquele senhor é entregador de pizza no condomínio” resulta de uma ação iterativa. Deparamo-nos com uma predicação de existência na qual o fato de haver alguém ou “Aquele senhor entregar pizza no condomínio”, por várias vezes, resulta numa determinação predominantemente qualitativa. É, portanto, a ação contínua de “entregar pizza” que faz daquele senhor “um entregador de pizza” (classe de indivíduos culturalmente constituída na sociedade) a quem é atribuído tal

propriedade (determinação qualitativa). Toda propriedade é dada qualitativamente e tem um desdobramento quantitativo e vice-versa.

Desse modo, “entregar” e “entregador” estão em variação, o que indica que os enunciados em relação parafrástica resultam de operações enunciativas diferentes que incidem sobre a mesma léxis. As unidades interagem umas com as outras normalmente, a exemplo, “de pizza no condomínio” em (19) que é parte do segundo argumento, assim como “no condomínio” em (18). Logo, nesse modelo, refutamos qualquer visão classificatória como é feita tradicionalmente, ao serem nomeados “de pizza” e “pizza”, respectivamente, de complemento nominal e objeto direto. Temos, portanto:

Aquele senhor **entrega** pizza no condomínio.

**X**      **R**      **Y**

Aquele senhor é entregador de pizza no condomínio.

**X**      **R**      **Y**

Nesse sentido é que consideramos a asserção de uma relação predicativa por um sujeito enunciador em que é atribuído ao sujeito do enunciado, “Aquele senhor”, predicados ou propriedades, distanciando-se, assim, de uma semântica formal que se ancora nos valores de verdade e não na predicação. De fato, o que importa é perceber as marcas de uma língua que se inscrevem nos atos enunciativos e que permeiam as significações. Um marcador verbal não pode ser descrito a não ser por intermédio das estruturas que põem em jogo o relator e seus argumentos.

A partir de um esquema primitivo, o sujeito enunciador seleciona os termos do léxico < entregar, senhor, pizza, condomínio>, noções que se reportam às propriedades físico-culturais e que se configuram como pré-assertadas, por ainda não constituir um enunciado. Nessa relação, temos os argumentos ( x, y ) que se posicionam à direita ou à esquerda do relator ( R ) e, dependendo da ordenação a qual se submetem na relação predicativa, determinam a relação argumental sobre a qual irá se constituir a significação, uma vez que toda relação orientada comporta um termo de partida que, em geral, é o sujeito em se tratando de línguas acusativas.

Podemos relacionar, desse modo, a < Aquele senhor entregar pizza no condomínio > a propriedade de poder “entregar pizza”, instanciando-se o sujeito do

enunciado como “entregador” e, similarmente, podemos atribuir à “pizza” a propriedade de poder ser entregue, instanciando-se, assim, como entregável. Logo, é possível representar esse processo de atribuição de propriedades por:

< Aquele senhor ser aquele senhor (aquele senhor entregador de pizza) >

**X R Y X R Y**

Ou ainda:

< Aquele senhor ser aquele senhor (aquele senhor *ser* entregador de pizza) >

**X R Y X R Y**

Essa mesma tripla em relação se estabelece com o argumento pizza:

< pizza ser pizza (pizza entregável no condomínio) >

**X R Y X R Y**

Ou ainda:

< pizza ser pizza (pizza *ser* entregável no condomínio) >

**X R Y X R Y**

Os argumentos em relação se fazem presentes no esquema primitivo e, nesse nível, é que vão se estabelecer as relações quantitativas/qualitativas, uma vez que, ao efetuarmos a seleção (processo de flechagem) de um termo, ele passa a ser localizado em função das propriedades que lhes são atribuídas.

Nesse jogo enunciativo, os termos “Aquele senhor” e “pizza” passam a ser identificados pelas propriedades entregador (Aquele senhor) e entregável (pizza), ou seja, numa relação que se configura no tripé:

**entregador, entregar, entregável**

Percebemos, assim, que *entregar*, como relator, estabelece uma relação entre entregador (aquele a quem cabe efetivar o ato de entregar o entregável – determinante de

quantificação) e o entregável (aquilo que se deixa entregar, é entregável – determinante de especificação, qualificação). Logo, é possível demonstrar essa relação a partir da léxis:

< Aquele senhor entregar pizza condomínio >

< Aquele senhor (ser) entregador de pizza > < pizza (ser) entregável no condomínio >

Os mesmos procedimentos são válidos para alguns verbos tradicionalmente conhecidos por transitivos indiretos em que os parâmetros enunciativos – sujeito e espaço/tempo - termos localizados e localizadores, são encadeados por meio de operações:

(21) Lúcia depende de remédio para dormir.

(22) Lúcia é dependente de remédio para dormir.

(23) Lúcia é dependente de remédio para dormir quando está nervosa.

(24) Lúcia está dependendo de remédio para dormir.

(25) Lúcia está dependendo de remédio para dormir sempre que viaja.

A partir da ocorrência (21), é possível perceber que a construção com os marcadores *ser* / *estar* ora estabilizam-se recorrendo a um arranjo temporal, ora não. Em (22), temos uma operação de *parcours* (varredura) por não validar as ocorrências possíveis da noção considerada, pois opera em sua totalidade, ou seja, “Lúcia é dependente de remédio para dormir, sempre”, não abrindo possibilidades para outras situações em que podem configurar como em (23) em que o marcador *ser* <ser dependente> passa a ter um caráter transitório, contrariando os cânones gramaticais. O mesmo acontece com (24) em que Lúcia não dependia, não estava, mas está (presente contínuo) atualmente dependendo de remédio para dormir, processo que poderá vir a se perdurar ou não, enquanto em (25) o marcador *estar* se estabiliza com um caráter eventual, transitório, sob determinadas condições.

Essas considerações levam-nos a inferir que *ser* e *estar* como marcas assertivas estão na base de toda predicação e atuam como determinante de construção, ao abrir espaço para a possibilidade de novas ocorrências nas quais esses marcadores se inserem naturalmente.

É apenas no nível da relação enunciativa que se constroem os enunciados, a partir do momento em que o sujeito enunciador assume a relação predicativa. Nesse nível, melhor dizendo, é que ocorre a inserção do sujeito no sistema da língua, demarcando a sua localização no sistema referencial em relação ao tempo e ao espaço. É o mais instável dos níveis, por meio do qual as partes hierarquizam-se formando um todo significativo que busca uma estabilização interpretativa, um ajustamento, embora nem sempre isso aconteça.

Seguindo a abordagem de Danon-Boileau (1987) que assume o aspecto como um valor referencial associado ao predicado no nível enunciativo, *ser* e *estar* no pretérito, como marca assertiva positiva ou negativa, conduzem a representação a uma ruptura.

(26) Carlos jogou tênis na adolescência.

(27) Carlos foi jogador de tênis quando morava em Londrina.

(28) Foi Carlos que foi jogador de tênis.

(29) Não foi Carlos que foi jogador de tênis.

Como consequência direta da estrutura da relação predicativa, ocorre a finalização do processo, uma interrupção de continuidade em (26) que implica a pressuposição de que “Carlos não joga mais tênis atualmente”. Em (28) e (29), a marca modal enfática (Foi que...) abre e não abre espaço para outras possibilidades interpretativas: “Foi /Não foi Carlos que foi jogador de tênis, eu acho.” Nesse caso, evidenciamos a posição do sujeito enunciador que passa a validar a sua assunção por meio de uma modalidade apreciativa. Ainda sobre (29), dependendo da entonação, é possível indicar confirmação, no caso de haver dúvida sobre quem realmente jogava tênis.

Por outro lado, convém observar que, com o marcador *estar*, a situação não é muito diferente:

(30) Aquele senhor está entregando pizza no condomínio.

(31) Aquele senhor está como entregador de pizza no condomínio.

Em primeiro lugar, há uma proximidade semântica entre os dois enunciados. No primeiro caso, a forma verbal perifrástica (estar + gerúndio) apenas relata uma atividade progressiva, em curso no tempo presente, não se comprometendo o enunciador com o passado e nem com o futuro. Podemos considerar esse enunciado como uma relação

predicativa complexa que resulta de uma imbricação de duas relações predicativas: a encaixante e a encaixada em que o auxiliar tem o papel de um verbo pleno, o que contraria a tradição gramatical.

< Aquele senhor estar <(aquele senhor) entregar pizza > no condomínio>

**A** **B**

< Aquele senhor estar < (aquele senhor) (estar) entregar +ndo pizza > no condomínio>

**A** **B**

(Aquele senhor está ( ) ( ) entregando pizza no condomínio)

De onde provém a léxis complexa que privilegia a léxis ( $\lambda_2$ ) que serve de *repère* – ponto de referência - à léxis ( $\lambda_1$ )

$\lambda$  <  $\xi_0 \xi_1 \pi$  >

$\xi_0$  *Aquele senhor* (argumento nominal)

$\xi_1$  no condomínio (argumento nominal)

$\pi_1$  *estar* (relator, operador de predicação)

$\pi_2$  (estar) entregar + ndo pizza (interléxis)

Há uma interléxis em que as proposições são postas em relação pelo marcador *estar* que insere a proposição encaixada, migrando-se, movimentando-se da léxis A para a léxis B, como podemos ainda demonstrar em:

Aquele senhor estar ( (Aquele senhor) (estar) entregar + ndo pizza) ) no condomínio

**x** **R** ( **x** **R** **y** ) **y**

Aquele senhor está (( ) ( ) entregando pizza)) no condomínio.

**x** **R** ( **x** **R** **y** ) **y**

( **A** ( **B** ) )

Nessa assertiva, verificamos que o predicado é modalizado a partir da propriedade estar/não estar. O enunciado B “(Aquele senhor) (estar) entregando pizza” ocorre no mesmo intervalo de instante do enunciado A, é localizado, simultaneamente, daí o aspecto cursivo, durativo: “está entregando”. Embora possuam objetivos diferentes (A, “condomínio” e B, “pizza”), “senhor” se projeta como a origem das léxis. É localizado pelo determinante “aquele” que opera a extração de senhor em relação a outros senhores (ser aquele senhor x não ser aquele senhor) cujas propriedades podem ser predicadas por “estar no condomínio” (marcada espacialmente) e “estar entregando pizza”. Constrói, assim, o enunciador uma relação interléxis que se estabiliza.

Outra possibilidade é manter a léxis comum < senhor, entregar, pizza, condomínio >, dada a similaridade de sentido dos enunciados envolvidos, e introduzir o auxiliar como uma opção posterior à definição da léxis.

Em (31), a instabilidade aspectual torna-se mais evidente na medida em que o marcador “como” não cria uma projeção temporal e atém-se a uma atividade que a qualquer momento poderá vir a ser interrompida e haver a sua descontinuidade. Nesse contexto, tal marcador traz, às vezes, a marca da negatividade, ao poder estar numa relação de intercambialidade com “Aquele senhor não é entregador de pizza no condomínio”, de fato, apenas “Aquele senhor está como entregador de pizza no condomínio”. A noção que o estabiliza em um domínio aspecto-temporal não determina o intervalo de tempo pelo qual tal ação se prolongará, o que poderá vir ocorrer ou não.

Acrescentando às ocorrências de (20a) a (20f) o marcador *estar*, podemos verificar se permanecem os mesmos paralelismos temáticos das construções com *ser*:

- (32) a. *É* aquele senhor *que* está entregando pizza no condomínio.  
b. Aquele senhor *é que* está entregando pizza no condomínio.  
c. *É* pizza *que* aquele senhor está entregando no condomínio.  
d. Pizza *é o que* está aquele senhor entregando no condomínio.  
e. *É* no condomínio *que* está aquele senhor entregando pizza.  
f. No condomínio *é que* aquele senhor está entregando pizza.

Há similaridades na construção do paradigma de *estar* com *ser* e, embora varie o ponto de incidência da asserção (entonação, organizações específicas), haverá sempre perguntas diferentes que suscitarão respostas diferenciadas que se configuram nos

enunciados. A marca modal enfática *é que* funciona como um localizador, enfatizando a tematização em foco. Nesse sentido, podemos considerar a expressão *é que* como um modalizador por excelência.

As ocorrências com *estar* não apresentam a mesma flexibilidade das construções com *ser*. Ainda com relação às ocorrências de *estar* em construções copulativas, nem sempre é possível uma estabilização, *a priori*:

(33) Meu primo é astronauta / estudante / o jogador de tênis.

(34) Meu primo está astronauta / estudante/ o jogador de tênis.<sup>28</sup>

(35) Meu primo é bonito/ educado / sedutor.

(36) Meu primo está bonito/ educado / sedutor.

Notamos que, do ponto de vista semântico, é possível inferir a partir das léxis com relação a (33) e (34):

< ser astronauta >, < estar astronauta >

Induz <ser astronauta>, segundo os parâmetros da gramática tradicional, a um processo duradouro [+ permanente] e não possibilita momentos de alternância. Pode até ser que o astronauta venha a ocupar outros papéis sociais, entretanto nada que possa comprometer o conhecimento e a experiência necessários para o exercício da profissão. É fato que, institucionalmente, o título de astronauta confere à noção / astronauta / uma concretude, uma definitude que se instaura pelo conhecimento demonstrado ao longo de suas atividades e pela posse de um diploma que lhe assegura o direito de exercer a profissão - uma competência adquirida por meio de um curso de formação, uma propriedade inalienável do sujeito, daí o uso da forma *ser*.

Em (34) “Meu primo *está* astronauta”, temos uma forma não validada no sistema linguístico em uso. No caso de “Meu primo *está* como astronauta”, o enunciado estabiliza-se, embora nos leve a pensar numa situação de simulação ou fingimento em que há uma efemeridade, uma provisoriedade, considerando que poderia haver uma descontinuidade da situação a qualquer momento. Isso em função de *estar*, às vezes,

---

<sup>28</sup> Trata-se de ocorrências inaceitáveis no sistema linguístico tradicional.

aproximar-se de um *quase-ser*, assumindo uma posição eventual, limitada, demarcada por uma fronteira entre o *ser* e o *não ser*:

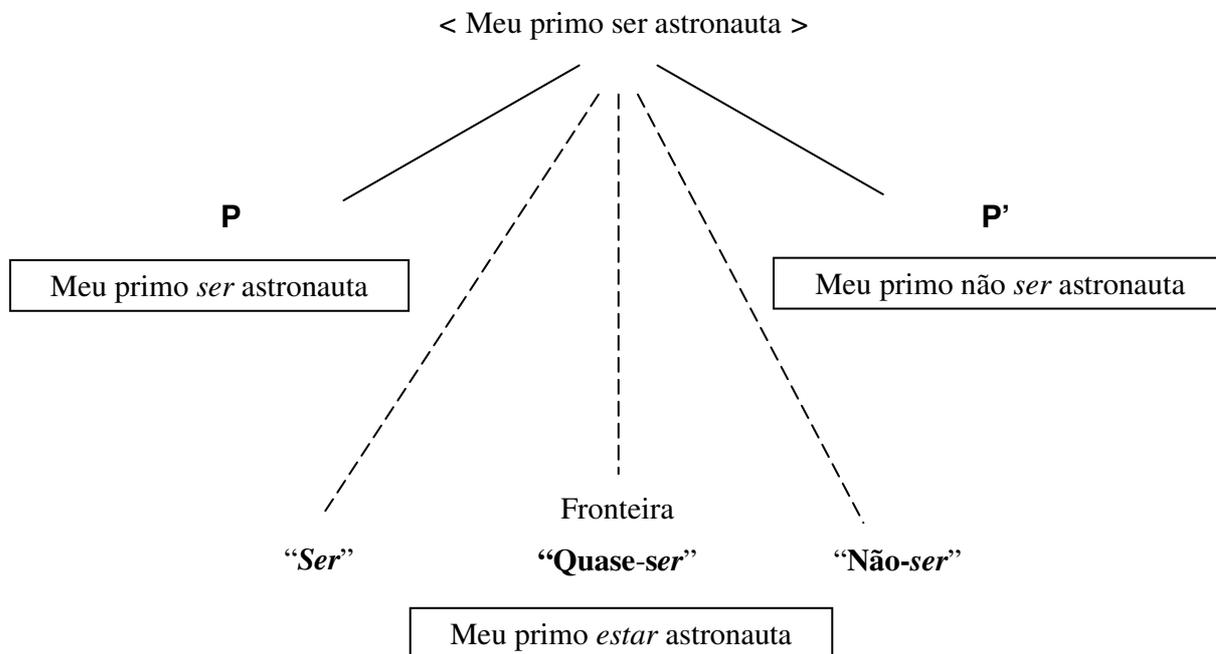


Figura 2 – Representação gráfica da relação entre ser e não-ser

Assim, a estabilização de *estar* ocorre no nível enunciativo pela presença do marcador de operação *como* que traz a ideia de circunstancialidade, de não ser efetivamente, entretanto, com a possibilidade de vir a ser em definitivo. Logo, no jogo de representações, as noções se demarcam por uma possibilidade de regulação, ora estabilizam-se, ora desestabilizam-se, como ainda acontece em outros exemplos nos quais o marcador *estar* vem seguido por um especificador:

(37) O Dr. Fernando está como dentista da escola.

(38) Ele está como advogado da empresa há quinze anos.

Nesse caso, houve uma estabilização, o que, de certa forma, contraria a posição dos gramáticos e de alguns linguistas, ao relacionarem *ser* a “estado permanente” e *estar* a “estado provisório”. Em que podemos sustentar a transitoriedade de *estar* em (38), se ele continua “como advogado da empresa há quinze anos” e não há uma projeção de suspensão de continuidade de sua referida função na empresa? O que deduzimos é que o

fato de o operador *como* não criar uma projeção temporal, poderá apontar ou não como marca de transitoriedade para uma situação de permanência.

Paralelamente, observamos que passamos para outro domínio nocional “trabalhar” que se instaura a partir de um desdobramento dos valores constitutivos de uma forma abstrata. Não temos acesso a essa forma que é construída a partir de uma forma empírica, contudo ela existe, visto que resulta em uma estabilização, uma “deformação coerente”, portanto, nocional.

Ainda se aproximarmos <estar cega> às léxis anteriores, <ser astronauta> e <estar astronauta>, identificamos características processuais similares. Não que haja necessariamente um fingimento, uma simulação, o que até pode ocorrer quando alguém finge não está vendo algo. Contudo, por haver a possibilidade de uma situação em que a cegueira tenha se instalado a partir de um determinado momento de sua vida e torne-se uma propriedade permanente, não-transitória: <ser cega>, <estar cega>, “tornar-se, ficar cega”, o que comprova a plasticidade das formas. Em cada caso, identificamos sempre características que variam de acordo com o feixe de noções físico-culturais por nós apreendidas.

Tudo isso vem comprovar que o modelo culioliano mostra o processo constitutivo, o diálogo entre o estável e o não-estável. A língua demarca nos arranjos textuais uma gênese que lhe é peculiar.

Por outro lado, as ocorrências com *ser* são mais livres e podem associar-se, na posição pós-verbal, tanto a uma predicação nominal de base substantiva quanto adjetiva. Com relação às construções com *estar*, restringem-se, em sua grande maioria, a uma base adjetival, apesar de ser recorrentes casos como:

(39) Meu primo já está um homem.

Nesse caso, houve uma mudança da noção veiculada pelo relator *estar*, uma desestabilização, *a priori*, que se concretiza por uma mudança, provavelmente alguém que era adolescente e, de repente, “tornou-se” um homem “Meu primo já é um homem”. Estabilizando-se por um “tornar-se”, projetado pela marca espaço-temporal “já” que se configura como a expressão localizadora da noção “estar”. Entretanto, dada a indeterminação da linguagem, somente em uma situação enunciativa é possível interpretar tal ocorrência, tendo em vista que o coenunciador faz os ajustes necessários, a regulação,

ao considerar que (39), além de poder referir-se às mudanças físicas ocorridas no corpo humano, à virilidade, pode reportar-se a determinadas atitudes positivas assumidas por um indivíduo na sociedade. Se considerarmos, ainda, as ocorrências “Meu filho está um homem”, opondo-se a “Meu filho está um homem!”, temos uma situação de enunciação em que a subjetividade é marcada pela entonação (!), revelando uma apreciação relativa de um acontecimento.

De modo similar, apesar de tentarmos relacionar o marcador *ser* a uma situação de inerência, a uma estabilidade qualitativa, muitos são os casos que escapam às categorizações tradicionais:

(40) Pedro é o Hamlet da tragédia de Shakespeare.

(41) Pedro está como Hamlet na tragédia de Shakespeare.

Provavelmente em (40), trata-se de alguém que interpreta, encarna o papel de Hamlet na peça de William Shakespeare. O sujeito do enunciado assume as falas e as ações próprias de um sujeito representado do qual Pedro é suporte, apresentando uma circunstancialidade – representa o papel - e não algo que lhe é inerente, uma instabilidade qualitativa determinada no tempo e no espaço, aproximando-se de (41) que também assume as falas e atitudes representadas que se instanciam qualitativamente no texto shakespeariano.

Assim é que cada enunciado determina localmente um tipo de significação possível que se realiza por uma dinâmica, como nos contextos:

(42) O rapaz é diferente.

(43) O rapaz está diferente após sua viagem à Europa.

Temos em (42) um enunciado não determinado semanticamente, o que nos leva a possíveis estabilizações. A presença do termo “diferente” faz alusão a uma situação distinta, mas não especificada. Embora apreendida como qualitativamente estável, põe em jogo uma propriedade singular que aponta para outra situação como fonte de alteridade, <ser diferente x não ser diferente >. Há, portanto, algo no rapaz, não especificado no tempo e no espaço, que o faz diferente dos outros – traços de sua personalidade, atitudes, ações, ideias, opiniões, enfim um conjunto de representações acerca do mundo.

Com relação à ocorrência (43), o marcador *estar*, instanciado num espaço e tempo e demarcado pela circunstancialidade, projeta uma mudança que pressupõe uma alteridade qualitativa. Serve de suporte a *rapaz* cuja noção pode ser apreendida a partir de determinada qualidade que lhe é atribuída (instabilidade qualitativa) e apresenta uma aproximação semântica com “mudar”, “modificar”. Podemos dizer que se trata de um instante singular com sistema de representações distintas: um que se relaciona ao momento anterior à viagem à Europa e outro que se reporta a após a sua chegada.

Fica claro, desse modo, que as noções ativadas pelo contexto de esquerda e de direita são, portanto, mobilizadas por uma operação de localização, como podemos mais uma vez comprovar em:

(44) Sua mãe está com 65 anos, agora é da 3ª idade. Está na 3ª idade.

A noção que está na base da invariância leva-nos a crer que a propriedade < ser / não ser da 3ª idade > é construída extensionalmente, como a exemplo de um silogismo do qual podemos deduzir as premissas:

- (a) Todos que têm 65 anos são da 3ª idade.
- (b) Sua mãe está com 65 anos.
- (c) Logo, sua mãe é da 3ª idade.

Concluimos, assim, que “Sua mãe” não era do grupo e passa a ser incluída em uma classe culturalmente constituída na sociedade – a classe dos idosos, da 3ª idade. Em consequência disso, passa a existir uma identificação de “Sua mãe” com o referido grupo demarcado cronologicamente pela idade. Assim, houve uma mudança de estado, uma alteração do domínio nocional em que é possível captar noções que se inscrevem na ordem do dizível, do enunciável: ...”agora, é da 3ª idade”..., estabelecendo-se uma relação de inclusão, pertencimento (*pertence* à 3ª idade) e por extensão: “Está na 3ª idade” (*tornou-se* uma cidadã da 3ª idade).

A noção pode, também, estabelecer-se a partir de uma dada intensão que define a classe de todos os conceitos que são entendidos por um conceito dado:

(17) O rapaz está/ foi aprovado no vestibular. É universitário agora.

A princípio, há uma intensão que se caracteriza por uma operação de especificação <estar/ser aprovado no vestibular> (determinante de qualificação). Já em <ser universitário agora> temos um determinante de construção (quantificação) em que a extensão/medida configura-se no fato de poder se construir uma classe extensional a partir de uma predicação: a classe dos universitários, ou seja, pertence “agora” ao universo acadêmico – *tornou-se* um universitário.

Convém ressaltar, por outro lado, que os marcadores *ser* e *estar* podem ser omitidos, no caso de já haver outro verbo que marque valores temporais, modais e/ou aspectuais:

(45) Nós achamos (que) André e Paula (são /estão) um par perfeito.

(46) Eu penso em André e Paula como um par (que é) perfeito.

(47) Eu considero (que) Marta (é) inteligente.

Ainda, nesses casos, em que o sujeito faz uma apreciação de ordem afetiva favorável ou desfavorável (modalidade apreciativa), revelando seus próprios sentimentos, esses marcadores podem, também, configurar-se alternadamente e em tempos diferentes, em função da avaliação subjetiva do sujeito enunciador. Nesses termos, assume como marca modo-aspectual, o presente, um contorno semântico de “ter convicção”, “maior certeza em relação ao fato”, ao passo que com o subjuntivo encerra o valor referencial de “supor”, “ser possível”:

(48) a. Creio que as mães são/sejam experientes.

b. Creio que as mães estão/ estejam aflitas.

(49) a. Acredito que as crianças são/sejam felizes.

b. Acredito que as crianças fossem/ estivessem felizes naquela época.

É possível perceber, como já foi mencionado, que nem todas as línguas marcam gramaticalmente a diferença entre *ser* e *estar*. Além disso, embora haja uma percepção intuitiva do falante, na língua portuguesa, para atribuir a *ser* um “estado permanente”, portanto, “inerente” e a *estar* um “estado transitório”, “momentâneo”,

condicionado à mudança em seus usos predicativos, alguns exemplos confirmam tal inverdade:

(50) a. Ele é vivo.

b. Ele está vivo.

(51) Ele está morto.

(52) Ana adorava cantar quando era adolescente.

A substituição de uma forma por outra implica uma mudança de sentido. Em (50a), o valor referencial configurado é de “ser esperto”, “perspicaz”, enquanto (50b) remete a “não estar morto”. Como sustentar, então, a circunstancialidade de *estar* em (51) se a morte é um estado definitivo? E por que dizer “... quando era adolescente” uma vez que se trata de uma fase passageira da vida?

Corroboramos com Culioli (1990), ao postular que os fenômenos linguísticos, como sistemas dinâmicos e regulares, apresentam deformações, ou seja, modificam uma configuração de tal modo que algumas propriedades vão permanecer invariantes como as operações - regularidades que sustentam as variações - enquanto outras variam sob transformação - categorias de determinação, modalidade, aspecto, tempo, diátese.

Pudemos ainda perceber que as noções evocadas se instanciam e se fragmentam em possibilidades combinatórias variadas como ainda nas ocorrências:

(53) Idosos e crianças serão os primeiros a embarcar.

(54) O carro enguiçado é do meu colega da academia.

O estabelecimento do jogo intersubjetivo que se instaura entre o *ser* e o *não ser* deixa-nos entrever, conforme verificamos, que em (53) a noção remete a “ter preferência” em que provavelmente houve uma triagem, uma seleção e, por ordem, terão prioridade “Idosos e crianças”. São, assim, identificados entre todos os passageiros, havendo, portanto, uma operação de identificação (Idosos e crianças = primeiros a embarcar). Já em (54), o marcador *ser* ressalta a propriedade de “ser de alguém”, “pertencer”, “ter por dono” em que ocorre uma relação de posse entre uma coisa possuída e um possuidor, ou seja, uma relação de pertencimento – *appartenance* – que implica a posse do primeiro elemento pelo segundo. Quanto às ocorrências com *estar*:

(55) O presidente estará na inauguração do museu.

(56) Estava nos primeiros lugares na lista dos aprovados no vestibular.

(57) Os grevistas estiveram em vigília durante toda a noite.

A noção que se consubstancia a partir desse marcador em (55) põe em jogo o compromisso assumido pelo presidente que incide na sua presença no referido evento, constatando uma aproximação semântica com “marcar presença”, “comparecer”. Com relação à (56), somos levados a interpretar o funcionamento do relator <estar> como uma representação que põe em jogo a noção de “encontrar” que é construída, a partir de uma relação autônoma e singular. De forma similar, acontece com (57) que, ao convocar a noção de “permanecer”, passa a ser modulada em um espaço semântico-enunciativo.

Mais uma vez, insistimos que as unidades linguísticas não se reportam ao real, como pensavam os lógicos, mas às noções que representam o grau zero da categoria. As manifestações de propriedades que se instauram nas noções dão-se de forma diferente.

Observamos, nessas ocorrências, que o sujeito enunciador procura dar existência a um argumento no qual as unidades linguísticas instanciam-se, semanticamente, de forma diferente. Impõe-nos, tal funcionamento, a opção por uma teoria da significação que busque generalizações sobre a gramática e o léxico e os esquemas de funcionamento sintático e semântico, sem os quais os sentidos resultariam de posições arbitrárias.

Podemos dizer, então, que as manifestações de propriedades que se consubstanciam na linguagem e nas línguas dão-se de formas diferentes. Há uma regularidade, uma noção semântica que instaura o sentido como resultado de uma interação dinâmica entre o referido marcador e os outros elementos do enunciado do qual extraem a sua própria identidade, estabilizando-se. Ilustrando com Vogüe (1995, p. 255), “tem-se de partida as noções instáveis, não instanciadas e não delimitadas, e trata-se de estabilizá-las validando-as e instanciá-las localizando-as”. Portanto, é no jogo da linguagem que os sentidos buscam a sua existência e nela é que localmente os sentidos afloram.

Como postula Culioli (1990, p.157), “o cálculo que produz a interpretação é necessariamente de ordem semântica e pragmática (no sentido de uma interação entre as representações validadas pelos sujeitos)” em que se inscrevem as particularidades, as idiosincrasias de cada língua, as propriedades físico-culturais.

Diante dessas discussões, pautamo-nos numa estabilidade que pressupõe uma invariância (operações de determinação: quantificação e qualificação, de localização,

identificação, pertencimento, etc.) e sustenta a produção e o reconhecimento de formas, levando-se em conta a dinamicidade e a plasticidade das línguas. Nesse sentido é que trabalhamos com os conceitos de ajuste e deformalidade nos quais se inscrevem, como propriedades básicas das línguas, a mudança e a estabilidade.

### 5.3 A INTERCAMBIALIDADE DE *SER*, *ESTAR*, *TER* E *HAYER*

Esses marcadores inserem-se em um grande número de contextos, possuindo um alto índice de ocorrências no português do Brasil pelas suas propriedades singulares, como podemos observar em:

- (58) a. Alguns deputados são contra a permanência do governador no cargo.  
b. Alguns deputados estão contra a permanência do governador no cargo.  
c. Há alguns deputados contra a permanência do governador no cargo.  
d. Tem alguns deputados contra a permanência do governador no cargo.<sup>29</sup>

Observamos que, a partir do momento em que o conteúdo do pensamento é validado, ele pode desencadear vários enunciados que correspondem a uma mesma léxis e formam uma família parafrástica, na medida em que há uma aproximação semântica entre as ocorrências de *ser*, *estar*, *ter* e *haver* que se organizam como no esquema primitivo:

Alguns deputados (*ser/estar/ter/haver*) contra a permanência do governador no cargo.

**X**                      **R**                      **Y**

Evidenciamos em (58a) e (58b) uma predicação de existência. Há alguém e esse alguém pode *ser* x não *ser* ou *estar* x não *estar* “contra a permanência do governador no cargo”. Nesse caso, as estativas aproximam-se das ocorrências existenciais (58c) e (58d), uma vez que, com relação à última ocorrência, um processo de mudança vem estabilizando-se na língua, ao encontrarmos *ter* e *haver* como formas coocorrentes no

---

<sup>29</sup> Costumamos substituir o *haver* por *ter* que se configura, no português brasileiro contemporâneo, como verbo prototípico nas existenciais, sobretudo em contextos orais.

português brasileiro atual. Entretanto, nem sempre há a possibilidade de uma paráfrase estativa para as construções existenciais:

- (59) a. Há um restaurante bem próximo do hotel.
- b. Tem um restaurante bem próximo do hotel.
- c. Está um restaurante bem próximo do hotel.<sup>30</sup>
- d. É um restaurante bem próximo do hotel.

A existência de um restaurante naquela proximidade implica um estado permanente, não temporário, o que impediria, conforme a tradição dos estudos linguísticos, a ocorrência de *estar* em (59c) por não se configurar uma relação transitória, condicionada por um estado de mudança. No entanto, uma possibilidade seria a desambiguação, considerando que a ambiguidade é constitutiva das línguas e que ambas sustentam o processo de montagem/ desmontagem dos valores referenciais com os quais mantêm uma proximidade semântica. O mais adequado seria substituí-lo por “ficar”, “localizar-se” e, sobretudo, procurar entender um enunciado inserido em uma situação enunciativa para a qual poderíamos inquirir: *Onde estão localizados no mapa da cidade os restaurantes? Está um restaurante (localizado) bem próximo do hotel e os outros mais afastados.* Já a ocorrência (59d) é aceitável em outros contextos que não o existencial como em: *Qual o restaurante que serve um bom churrasco aqui por perto? É um restaurante bem próximo do hotel.* Contudo, vale ressaltar que com *estar com* a relação é mantida:

- (60) a. Há muito trabalho no escritório neste período.
- b. Tem sempre muito trabalho no escritório neste período.
- c. Está sempre com muito trabalho o escritório neste período.
- d. É sempre muito trabalho no escritório neste período.

Essas representações fazem-nos perceber que não há um critério definido que possa abarcar todas as ocorrências possíveis e impossíveis de *ser* e *estar* numa dada língua e nem determinar exatamente que formas poderão ocorrer num determinado contexto pelo caráter dinâmico da atividade de linguagem. Pode ocorrer de (59b), (59c) e (59d), em contextos orais, encontrarem-se em variação livre com (59a), no sentido de também poder

---

<sup>30</sup> Aparentemente inaceitável, o enunciado pode estabilizar-se em uma situação de enunciação.

referir-se a *haver*, *existir*, o que implica que esses marcadores extraem seu valor referencial da relação que é posta em jogo numa operação de localização.

Podemos ainda evidenciar uma operação de localização do tipo:

(61) a. Há um celular sobre a mesa.

Decorrendo daí outras possibilidades de construção metalinguística:

(61) b. Tem um celular sobre a mesa.

c. O celular está sobre a mesa.

d. O celular é que está sobre a mesa.

Todas essas ocorrências são enunciados legítimos do português brasileiro. Como tais, podem suscitar perguntas para as quais se apresentariam esses enunciados como possíveis respostas que põem em jogo a tematização ou topicalização que ora incidem sobre um termo, ora sobre outro.

Em primeiro lugar, poderíamos questionar: como se dá a relação entre as unidades linguísticas “*mesa*” e “*celular*”, ou melhor, como uma noção transita para outra? Em (61a), temos o relator *haver* que, de fato, é quem predica a existência à ocorrência da noção “*celular*” que contorna o domínio da noção “*mesa*”. Contudo, uma análise mais detalhada de (61a), numa dimensão enunciativa, deixa entrever que a introdução de um termo, no caso, o objeto, “*celular*”, num espaço previamente dado, “*mesa*”, está relacionada a uma predicação de existência que implica a noção de espacialidade como base para a construção desses tipos de ocorrências.

Comparando (61a), (61c) e (61d), *a priori*, cabe ressaltar que *ser* e *estar* podem ocorrer em lugar de *haver*, quando o complemento é alçado à posição de sujeito. Quanto à (61b), pode substituir (61a) em situações de informalidade em que não predomine o monitoramento como imperativo da norma.

Concluimos, desse modo, que, em (61a), (61b), (61c) e (61d), há uma localização do objeto no espaço de um termo previamente dado em que o elemento localizador, “*mesa*”, é posto em relação a um termo previamente construído, “*celular*”, a partir da léxis, <celular> R <mesa>. É nesse jogo da noção de espaço entre “*celular*” e

“mesa” que começa a se estabelecer a invariância – o esquema de base. Entretanto, com relação a:

(61) e. O celular de Luís é que está sobre a mesa, há uma semana.

f. Luís está de celular.

g. Luís está com um celular novo depois de cinco anos.

Localizam-se no tempo, (61e) e (61g), em relação ao momento da enunciação e daquilo que se enuncia. Além disso, enquanto, no primeiro, encontramos uma operação de localização, *sobre a* “mesa”, no segundo, temos uma operação qualitativa que ocorre em “celular novo”. Ainda em (61e), há uma operação de *appartenance* /pertencimento, “de Luís”, que se consubstancia na relação entre um objeto possuído e o possuidor e no qual o marcador *ser* remete à noção de posse, propriedade.

No que tange a (61f), concluimos que, do ponto de vista semântico, há uma presença discursiva, “Luís está de celular”, “adquiriu”, “comprou”, “ganhou”, enfim, “tem”, “possui”, *hic et nunc*, o que não acontecia antes. Enquanto em (61g), ele já possuía um aparelho, mas que reclamava a presença de outro, apontada pelo marcador aspecto-temporal “depois de cinco anos”. Constatamos, desse modo, que nem sempre o valor verbal relativo à predicação é estável, compatível com os outros elementos contextuais, apresentando oscilações, instabilidades e que outras categorias como determinação, modalidade, aspectualidade, diátese contribuem para a estabilização de uma ocorrência.

De fato, na construção dos enunciados, os termos articulam-se por meio de operações e quaisquer que sejam as noções (lexical ou gramatical) somente adquirem um valor específico em um sistema de localização no qual um termo (x) é localizado em relação a outro termo (y), seu localizador. Estamos sempre operando sobre a dinâmica dos processos que remete a posições e movimentos. Nessas condições, como aponta Culioli (1997, p. 10), “a geometria é de ordem topológica”. Daí ressaltar, o autor, a importância da topologia<sup>31</sup> como instrumento de análise para as categorias aspecto-temporais.

As manipulações, acima, mostram-nos que, nas diferentes ocorrências, os termos são postos em relação, por meio de um ponto de referência - a operação de

---

<sup>31</sup> Topologia é um ramo da matemática. Em linguística, segundo Culioli (2002, p. 249), para uma aproximação com os conceitos gramaticais de tempo e aspecto, envolve uma representação em termos de intervalos de instantes com fronteiras ou limites fechados e sem fronteiras ou limites abertos, constituindo-se como exemplo de uma estrutura topológica na qual os pontos são interpretados como instantes.

*repérage* – que se alia aos planos nocional, sintático e enunciativo. Como tal tem um papel decisivo no cálculo dos valores referenciais, os quais se constroem em rede com outras categorias e permitem ao linguista uma construção teórica unificada.

#### 5.4 MODOS DE CONSTRUÇÃO REFERENCIAL DOS MARCADORES *SER* E *ESTAR*

Como uma construção teórica de ordem metalinguística, toda noção é atualizada, no nível enunciativo, por uma operação de determinação que revela os arranjos combinatórios, os quais se manifestam pelas operações de quantificação e qualificação.

A predicação se define, dessa forma, a partir do modo como as noções se organizam, ou seja, como as propriedades nocionais instanciam-se na construção das ocorrências. No jogo das delimitações qualitativo/quantitativo é que são produzidos funcionamentos distintos de construção referencial – o discreto, o compacto e o denso.

Não se trata, entretanto, de uma tipologia textual na qual teríamos uma classificação fixa, mas de possibilidades operatórias, ou seja, de construção de ocorrências em que os verbos articulam-se com as propriedades nocionais intermediadas pelos rastros de operações de linguagem e que, suscitadas pelos mecanismos enunciativos, possibilitam uma contínua recategorização, como é possível observar a partir de:

- (62) a. Maria é bonita.  
b. Maria é uma das moças bonitas da cidade.  
c. Maria já não é uma moça tão bonita quanto antes.

Em (62a), a noção que a estabiliza é marcada pela propriedade “ser bonita” que serve de suporte a “Maria”. Ocorre uma propriedade singularizada, na medida em que tal atributo resulta de uma avaliação subjetiva do enunciador. Temos, assim, um predicado nominalizado em que evidenciamos uma operação de qualificação que se configura numa propriedade atributiva, inalienável, instanciada pela noção /ser bonita/ e o relator, nesse caso, tem a marca da predicação. O modo de organização das noções é que sustenta o formato compacto ou contínuo não-enumerável, já que a ocorrência não apresenta instâncias quantitativas, predominando QLT<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Como uma prática recorrente na TOPE, utilizamos as abreviaturas: QLT para qualitativo e QNT para quantitativo.

O que temos, na sequência linguística (62b), é a discretização da noção instanciada /moça/, pelo fato de poder ser individualizada, quantificada, em que o marcador “uma” aponta para uma determinação quantitativa no conjunto das *n* “moças bonitas da cidade”. Por outro lado, abre espaço para uma operação qualitativa que se manifesta intensionalmente pela propriedade P “ser uma moça bonita” que se opõe a “não ser moça bonita”. Podemos observar, assim, uma ocorrência alternativa de “moça” que passa a se manifestar por um especificador, “bonita”, ou seja, que extrapola a marca zero de uma noção *x* /moça/ e passa a ser instanciada como /moça bonita/.

Em (62c), observamos que essa construção é demarcada por uma ancoragem temporal em que “já não ser bonita”, num determinado instante presente, opõe-se a “ser tão bonita” em um determinado momento anterior, passado. Percebemos um alto grau de uma propriedade predicada, pois não se trata de “ser / não ser bonita”, mas de “ser tão bonita”, no qual “tão” expressa um qualitativo intensivo que se traduz numa escala, cuja medida pode ser objetiva ou por aproximação. Além disso, a instancição não aponta para nenhuma finalização, nem é limitada intrinsecamente, no sentido de que nem toda Maria é bonita, mas deixa-se limitar, no nível enunciativo, ao ancorar-se em “já” como uma marca espaço-temporalmente definida. Nesse caso, a noção /ser bonita/ e /não ser bonita/ são quantificadas e qualificadas ao mesmo tempo. Maria continua sendo uma moça bonita, não deixou de sê-lo, apenas não com a mesma intensidade quanto outrora. Há uma equiponderância entre QNT e QLT, daí haver uma construção referencial em que se instancia o funcionamento denso.

Podemos verificar esse mesmo comportamento, ainda, nas ocorrências:

(63) O rapaz foi aprovado três vezes no vestibular.

Nesse caso, temos um causador externo o que permite uma quantificação, o fato de “o rapaz” ter prestado um exame vestibular e ter sido aprovado. Tal ocorrência motiva-se a partir de uma construção metalinguística anterior: “O rapaz foi aprovado em mais de um vestibular” na qual evidenciamos uma operação quantitativa que se configura na discretização da noção, uma vez que o que está em jogo não é pura e simplesmente a sua aprovação, mas a quantidade de vezes que conseguiu aprovação. Há uma preponderância de QNT, apesar de verificarmos ainda uma instancição qualitativa, na

medida em que ao rapaz coube o mérito da aprovação no vestibular, de experienciar o ato da aprovação, uma qualificação prévia. Com relação a:

(64) O rapaz está muito vaidoso com as aprovações nos concursos.

Embora a noção /estar muito vaidoso/ implique um causador externo, há uma relação de alteridade na medida em que a ela se circunscreve um fato causador de sua vaidade – o rapaz não era vaidoso e passa a sê-lo, “está vaidoso”, “tornou-se vaidoso” em função de suas sucessivas aprovações. Temos um funcionamento denso, demarcado por uma operação que incide, por meio de um classificador quantitativo “muito” (opondo-se a pouco), sobre a ocorrência da noção *x* que, segundo Vogüe (1989), reporta-se apenas a uma constatação da verificação de um processo no qual é feito um recorte de uma porção do mundo. Quanto a:

(65) O rapaz é inteligente, é sempre aprovado quando quer.

O relator “ser” estabelece uma relação marcada pela operação de identificação na qual “inteligente” passa a ser atribuído ao suporte “rapaz” como uma propriedade singularizada que, nesse contexto, configura-se como tema do discurso. Trata-se de um comportamento compacto em que o enunciador se expõe ao comentar algo diante de seu coenunciador. Entretanto, a sequência seguinte, “é sempre aprovado”, está demarcada por uma determinação espaço-temporal. De fato, o que observamos é a densificação da noção /ser aprovado/, dado que a instanciação não mobiliza nenhum formato e nem se vale de nenhuma finalização, o que possibilita uma ancoragem espaço-temporal.

É certo que o valor atribuído a uma expressão linguística não é estável, polarizado e nem tampouco se enquadra em um sistema classificatório de caráter morfossintático. Mais importante do que tentar estabelecer critérios puramente estruturais que se aplicam a uma única forma verbal e determinam as propriedades de construções copulativas, possessivas e existenciais, é comprovar nas análises que as unidades linguísticas assumem configurações distintas, possibilitando novas categorizações em um processo dinâmico e criativo em que uma noção, dependendo do contexto enunciativo no qual se inscreve, pode assumir diferentes propriedades.

Outro aspecto importante é que, embora não tenhamos nos detalhado na diátese- voz - por não constituir objeto de estudo desta pesquisa, verificamos que *ser* e

*estar*, apesar de serem reconhecidos tradicionalmente por verbos auxiliares, não é esse, de fato, o estatuto que lhes conferimos: trata-se de verbos em função auxiliar em relação a outro verbo (relação auxiliar x auxiliado), sobre o qual presta informações de ordem gramatical. Nesse sentido, tais elementos lexicais se gramaticalizam e passam a ser percebidos como marcas morfológicas que refletem uma noção não referencial.

De fato, corroboramos com Culioli (1999b, p. 172), para quem “não existem categorias que não sejam construídas em rede com outras categorias: desse modo, diátese, aspecto, modalidade e determinação são mais ou menos indissociáveis, mesmo quando se privilegia uma categoria como eixo organizador”, o que justifica, de certa forma, o nosso percurso.

Assim, o nosso intento foi mostrar que é na relação entre os coenunciadores que se estabelece o processo de construção dos valores referenciais, os quais se estabilizam e se desestabilizam em um constante jogo de representações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo do trabalho e fundamentadas em uma concepção de linguagem, enquanto atividade significativa, fizeram-nos remontar aos lógicos e filósofos que, de modo geral, não conseguiram deslocar a referência da relação imediata linguagem e mundo.

Com os linguistas, houve um primeiro deslocamento de uma linguística de estado (Saussure), para uma linguística do discurso (Benveniste) e, em seguida, para uma linguística da enunciação, ou seja, das operações com Culioli que propôs um modelo de análise linguística, o qual se atualiza como um sistema aberto, sujeito, portanto, a múltiplas interpretações.

Indiscutivelmente, a abordagem delineada, no programa culioliano, não se presta a aplicações mecânicas, entretanto reflete um constante dinamismo e refinamento das operações predicativas e enunciativas que se tornam observáveis a partir de uma formalização metalingüística.

Constatamos que não são as representações de ordem classificatórias que estão na base do fundamento linguístico. A mera designação e classificação das categorias conduzem à anulação da capacidade de abstração e de representação dos sujeitos, visto que, na construção dos enunciados, estamos sempre operando por um processo no qual o cálculo dos valores referenciais é de ordem topológica.

Partindo, então, do princípio de que as relações, nas representações de formas abstratas, não cessam de se organizar e de se deformar, reconhecemos que se torna necessário um ajustamento intersubjetivo o qual se associa à imagem de um sujeito ativo, origem do discurso e, portanto, responsável pela (des)estabilização enunciativa. Contudo, a generalização torna-se possível por meio do funcionamento da linguagem que se relaciona com a deformalidade, ou seja, as variações em uso.

Nesse sentido, pomos no centro da atividade da linguagem o ajustamento, a regulação. Como efeito resultante desse posicionamento, implica que a estabilidade e a deformalidade dos objetos linguísticos sejam consideradas numa relação dinâmica na construção da significação. Nesse jogo é que os sujeitos exercem sua atividade de coenunciadores e como tais constroem, dessa forma, uma meta-língua explícita que permite apreender a linguagem através da diversidade das línguas, processo o qual não

exclui a ambiguidade e, por isso mesmo, deve substituir uma linguística da comunicação por uma linguística do ajustamento.

Acreditamos, nessa perspectiva, que todo processo de construção linguística deve ser considerado em uma dimensão mais abrangente, ou seja, no âmbito da atividade da linguagem, dado que os marcadores, de modo geral, não se manifestam fora de uma construção linguística, não existem, portanto, enquanto noção autônoma. Assumem, dessa forma, valores referenciais distintos, resultantes de operações subjacentes ao processo de construção dos enunciados, uma vez que a referencialidade só se sustenta em uso.

Uma atividade enunciativa, produtora de enunciados, põe em jogo as possibilidades de uma língua em seus modos efetivos de funcionamento, ou seja, o seu sistema de referenciação. De certa forma, podemos perceber que o interlocutor, no processo interpretativo, é sempre um “coadjuvante”, ao perseguir os caminhos para a interpretação.

Passamos, assim, a uma questão mais profunda, entender as relações primitivas, predicativas e enunciativas que deixam entrever um constante jogo que se instaura entre os sujeitos enunciadore, por meio de um processo no qual a significação não deriva de valores já cristalizados no sistema, mas de arranjos léxico-gramaticais presentes na enunciação. De modo semelhante, procuramos considerar a proposição como uma relação predicativa que se estabelece entre o predicado e seus argumentos, os quais, referendados pelo contexto enunciativo, condicionam os valores referenciais.

A partir da manipulação dos dados, fomos percebendo como a língua organiza as suas noções linguísticas e que seria impossível a compreensão da atividade de produção e de reconhecimento de formas sem a articulação entre a linguagem (o generalizável) e as línguas (o específico) e sem o entendimento de outros conceitos basilares – noção (põe em relação o não-linguístico e o linguístico), léxis e domínio nocional - essenciais para concepção da linguagem como atividade de construção de representação, referenciação e regulação.

Com essas constatações, buscamos redimensionar, conforme a teoria culioliana, o valor das unidades linguísticas que, ao suscitarem uma série de operações, não se prestam apenas a revelar mais um dado no enunciado, mas funcionam como um constructo, no qual a atribuição de sentido(s) dá-se de forma dinâmica, interativa e maleável. O contexto de inserção é decisivo para a construção de representações ou dos valores referenciais que são construídos no próprio funcionamento e determinados

localmente, o que comprova que não há sentido fora da atividade significativa dos enunciados.

Como o valor de uma determinada unidade resulta de operações, não podemos nos restringir ao campo da língua (sistemas de representação com regras particulares e traços empiricamente observáveis, o cultural), mas tratá-la no âmbito da linguagem que permite, através de um jogo complexo, que nossa capacidade – faculdade universal – de produzir e interpretar textos chegue às invariantes processuais da linguagem – as operações – que, por sua vez, remetem às noções.

Vimos, ainda, pelo agenciamento de formas, que os marcadores se relacionam entre si e com as marcas de modalidade, aspecto, determinação e diátese em conjunção com as quais produzem modulações de sentido. Nesse contexto, enquanto mecanismo de linguagem, a predicação deve ser representada como um sistema dinâmico de relações que se estabelecem entre dois pontos ou vários instantes da classe dos instantes.

Cada um desses pontos se estabelece por meio de um sistema distinto de coordenadas enunciativas – marcas subjetivas e aspectuais – que são localizáveis no tempo e no espaço por uma operação de *repérage*. São as condições de enunciabilidade do sujeito *hic et nunc*, configuradas em um espaço semântico, que vão determinar os seus valores referenciais, mais precisamente, a construção da referência não ocorre fora de uma relação interlocutiva inscrita no tempo e no espaço.

No que concerne à potencialidade semântica dos marcadores “ser e “estar”, tal potencial extrapola a visão taxionômica da gramática que os descreve apenas do ponto de vista sintático, visto que, na relação representação-referente, as unidades linguísticas não se reportam ao real, mas às noções que se definem pelo ambiente de ocorrência, tornando-se indissociável a relação entre sintaxe e semântica.

Podemos, assim, concluir, por meio de construções parafrásticas (método de análise do modelo culioliano), que os marcadores *ser* e *estar* rompem com os paradigmas estáticos dos cânones gramaticais que relacionam *ser* a propriedades “permanentes”, “inerentes” e atribuem a *estar* propriedades “transitórias”, “instáveis”.

Algumas vezes, conservam tais propriedades como demonstramos. Outras vezes estão numa relação de intercambialidade (Lúcia é dependente de remédio para dormir / Lúcia está dependente de remédio para dormir), embora esta última ocorrência possa se estabilizar com um *tornar-se*, nada momentâneo, porém algo definitivo. E, em um número significativo de ocorrências, tal tese não se sustenta por nem sempre esses

marcadores estarem vinculados às referidas propriedades. É o caso de “Lúcia é dependente de remédio para dormir quando está nervosa” que não apresenta nenhum caráter permanente, mas uma situação que se alterna, dado o seu caráter de transitoriedade. Nessas condições, o mesmo tratamento é conferido a “Lúcia está dependendo de remédio para dormir” que se estabiliza como um estado do sujeito do enunciado, a princípio, momentâneo e contínuo, sem, contudo, deixar a possibilidade de vir a perdurar-se. Vale ressaltar que, com relação às ocorrências “Maria é muito bonita” e “Maria está muito bonita”, na primeira, embora o enunciador elogie a sua beleza estética, é, na segunda, que ele constata o fato como real, deparando-se com uma situação que é concreta, pontual.

Convém ainda salientar, conforme observamos, o *status* central das operações de determinação que põem em jogo estruturas variadas de *ser* e *estar*, ao relacionarem a quantificação e a qualificação a um domínio de representação metalinguística explícito inscrito no quadro geral da atividade enunciativa. Nesse contexto, a quantificação não remete à quantificação lógica, mas a uma operação pela qual construímos a representação de determinado objeto que pode ser distinguido e situado em um espaço de referência. Quanto à qualificação, ocorre sempre que pomos em jogo uma operação de identificação / diferenciação como suporte de um determinado objeto linguístico.

De outro modo, para chegarmos às invariâncias desses marcadores, recorreremos aos preceitos de Culioli e Normand (2005, p. 250) ao postularem que é preciso investigar “não [as] etiquetas, mas [os] modos de proceder”. Sob esse prisma é que encaramos a invariância como meio de observação para pensar a diversidade das línguas.

É preciso articular o geral e o particular, visto que a linguagem como atividade de representação, de relações intersubjetivas, só pode ser descrita por meio da diversidade das línguas. Paralelamente, as línguas, por mais que sejam diversas, condicionam o pensamento e a expressão sem, entretanto, tornarem-se reféns desse condicionamento. Portanto, representar, referir, regular como atividade de linguagem complexa inscreve-se em um plano de funcionamento instável (jamais deixa-se estabilizar em toda a sua plenitude) cujos contornos tentamos delinear no decorrer da pesquisa.

Assim, *ser* e *estar* como marcadores produtivos manifestam-se significativamente em um número aberto de ocorrências nas quais, sendo os enunciados ambíguos, é impossível controlar as regras de modulação de sentido inscritas na significação. Essas regras são, portanto, instáveis e imprevisíveis, por se deixarem estabilizar/desestabilizar, por meio de operações, no constante jogo de construção da

significação. O valor referencial de uma unidade é construído no próprio sistema, possibilitando a transcategorialidade, uma vez que a linguagem é uma construção, isto é, um trabalho de elaboração de representação.

Optamos, desse modo, por uma análise não exaustiva e que possibilitasse demonstrar, por meio de um processo de montagem e desmontagem dos valores referenciais, a atividade de linguagem. Como a plasticidade/variabilidade das unidades linguísticas é inerente à atividade de linguagem, elas suscitam uma pluralidade de interpretações – influenciadas pelas experiências dos sujeitos, pelo empírico – e suportam generalizações que se evidenciam no próprio funcionamento da linguagem em função da estabilidade e de formalidade das referidas unidades: o uno e o múltiplo dialogam num incessante movimento. É assim que as noções que estão em jogo nos enunciados cumprem uma função precípua das línguas que é a construção/reconstrução dos valores referenciais.

Assim, com as questões discutidas, no seio de nossas reflexões, tentamos demonstrar que, nesse modelo, as classificações e as definições de caráter estático vão cedendo espaço para as dependências enunciativas e contextuais em face da indeterminação da linguagem e das próprias contingências das práticas sociais.

E à medida que as discussões foram respondendo às nossas inquietações, o nosso olhar foi apontando novas trilhas que poderíamos percorrer. Contudo, alcançamos o nosso objetivo, já que a nossa intenção foi apenas demonstrar a possibilidade de formalização da atividade de linguagem, um dos propósitos da teoria culioliana em busca de um modelo de construção de uma linguística enunciativa ou do ajustamento enunciativo.

Não arriscamos, portanto, nenhuma conclusão definitiva, mas apresentamos, ainda que, com limitações, o processo de significação dos marcadores *ser* e *estar* que se abre em um leque de possibilidades, ou seja, em um constante processo de construção que se instaura entre o *ser/não-ser* e o *estar/não-estar*. Daí *ser* este o nosso ponto construído, embora saibamos que é preciso *estar* sempre recomeçando...

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suarez. **Gramática mínima**: para o domínio da língua padrão. Cotia, São Paulo: Ed. Ateliê, 2003.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1980.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- AUROUX, Sylvain. La philosophie linguistique d'Antoine Culioli. In: BOUSCAREN, Janine. **La théorie d'Antoine Culioli**: ouvertures et incidences. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1992. p. 39-59.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ações. Tradução de Danilo Marcondes de Souza. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AVELAR, Juanito Ornelas de. **Ter, ser e estar**: dinâmicas morfossintáticas no português brasileiro. Campinas: Ed. RG, 2009.
- AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BERTHOUD, Anne- Claude. Interroger des formes linguistique « ancrées » dans l'interaction verbale. In: DUCARD, Dominique; NORMAND, Claudine. **Antoine Culioli - Un homme dans le langage**: originalité, diversité, ouverture. Paris: Ophrys, 2006.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. **A questão da referência**: das teorias clássicas à dispersão dos discursos. Campinas: Autores Associados, 2003.
- CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CULIOLI, Antoine; NORMAND, Claudine. **Onze rencontres sur le langage et les langues**. Paris: Ophrys, 2005.

CULIOLI, Antoine. **Variation sur la linguistique**: entretiens avec Frédérique Fau. Paris: Klincksieck, 2002.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1999a. Tome II.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1999b. Tome III.

CULIOLI, Antoine. Des façons de qualifier. In: DESCHAMPS, A.; GUILLEMIN\_FLESCHER, J. **Les opérations de détermination**: quantification et détermination. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1999c. p. 3-12.

CULIOLI, Antoine. A propos de la notion. In: RIVIÈRE, C.; GROUSSIÈRE, M-L. **La notion**. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1997. p. 9-24.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1990. Tome I.

CULIOLI, Antoine. **Transcription du Séminaire de D. E. A de A. Culioli**: recherche en linguistique: théorie des opérations énonciatives. Paris: Université Paris IV, 1976.

CUNHA, Celso. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME, 1979.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DANON-BOILEAU, L. **Énonciation et référence**. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1987.

DESCHAMPS, Alain. Verbes de parole: invariants et spécificités. In: DUCARD, Dominique; NORMAND, Claudine. **Antoine Culioli**: un homme dans le langage: originalité, diversité, ouverture. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 2006. p. 267-284.

DESCLÈS, Jean Pierre. Schéma de léxis. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J. J.; ROBERT, S. **Langues et langage**: problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: Presses Universitaires de France, 1995. p. 57-71.

DESCLÉS, Jean Pierre. Au sujet des catégories grammaticales. In: BOUSCAREN, Janine. **La théorie d' Antoine Culioli**: ouvertures et incidences. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1992. p. 203-212.

DUCARD, Dominique. O grafo do gesto mental na teoria enunciativa de A. Culioli. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 64-71, 2009.

FISCHER, Sophie. **Énonciation**: manières et territoires. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1999.

FISCHER, Sophie; VERÓN, Eliseo. Théorie de l' énonciation et discours sociaux. In: FISCHER, Sophie. **Énonciation**: manières et territoires. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1999, p.183-205.

FRANCHI, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; MÜLLER, Ana Lúcia. **Mas o que é mesmo "gramática"?** São Paulo: Parábola, 2006.

FRANCKEL, Jean Jacques. Situation, contexte et valeur référencielle. In: ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M. **Linguagem e línguas naturais**: clivagem entre o enunciado e a enunciação. São Paulo: Ed. Pedro & João, 2009, p. 53-81.

FRANCKEL, Jean Jacques; PAILLARD, Denis. Préposition et travail notionnel sur les termes mis en relation, le cas se sous en français. In: RIVIÈRE, C.; GROUSSIÈRE, M-L. **La notion**. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1997, p.111-120.

FREGE, Gottlob, **Lógica e filosofia da linguagem**: seleção, introdução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.

FUCHS, Catherine. Diversité des représentations linguistiques: quels enjeux pour la cognition? In: FUCHS, C.; ROBERT, S. **Diversité des langues et représentations cognitives**. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1997, p.05-24.

FUCHS, Catherine. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. Tradução de Letícia M. Rezende. **Alfa**, São Paulo, v. 29, p. 111-129, 1985.

FUCHS, Catherine; ROBERT, S. **Diversité des langues et representations cognitives**. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1997.

GROUSSIÈRE, Marie-Line; RIVIÈRE, Claude. **Les mots de la linguistique**: lexique de linguistique énonciative. Paris: Ophrys, 1996.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales**. Paris: Armand Colin, 1990. Tome 1.

KIPARSKY, P.; KIPARSKY, C. Fact. In: BIERWISCH, M.; HEIDOLF, E. **Progress in linguistic**. The Hague: Mouton, 1970, p. 143-173.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1980.

LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português**: aplicação do estruturalismo linguístico. São Paulo: Pioneira, 1974.

MAINQUENEAU, Dominique. **Éléments de linguistique pour le texte littéraire**. Paris: Bordas, 1990.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico**: fonologia morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A definição da oposição entre *ser/estar* em estruturas atributivas nos meados do século XVI. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Orgs.). **O português quinhentista**: estudos linguísticos. Salvador: EDUFBA: Feira de Santana: UEFS, 2002, p. 103-117.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**: de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

MORATO, Edwiges Maria. O interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3.

NEVES, Maria Helena Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. Organizado por Valdir do Nascimento Flores, e Leci Borges Barbisan; tradução de Cristina de Campos Velho Birk et al. São Paulo: Contexto, 2009.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. **O significado do significado**: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1972.

ONOFRE, Marília Blundi. A enunciação linguística: entre a estabilidade e a plasticidade linguística. In: ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M. **Linguagem e línguas naturais: clivagem entre o enunciado e a enunciação**. São Paulo: Ed. Pedro & João, 2009, p. 83-94.

PAILLARD, Denis. De la reconnaissance. In: DUCARD, D.; NORMAND, C. **Antoine Culioli: un homme dans le langage**. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 2006, p.169-184.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Elia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

PERINI, Mário A. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábolas, 2008.

REZENDE, Letícia Marcondes. **A indeterminação da linguagem e a instabilidade-estabilidade dos valores gramaticais**. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudos-linguisticos/volumes/32/htm/comunica/ci140.htm>>. Acesso em 15 set. 2010.

REZENDE, Letícia Marcondes. A articulação da linguagem com as línguas naturais: o conceito de noção. In: ONOFRE, Marília Blundi; REZENDE, Letícia Marcondes. **Clivagem entre o enunciado e a enunciação**. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2009, p.13-42.

REZENDE, Letícia Marcondes. Nominalização: operações predicativas e enunciativas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 131-140, 2008.

REZENDE, Letícia Marcondes. Nominalização: operações predicativas e enunciativas. In: CONGRESSO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 55, 2007, Franca. **Anais do...** Franca, SP: UNIP, 2007, p. 1-10.

REZENDE, Letícia Marcondes. Diversidade experiencial e linguística e o trabalho do professor de língua portuguesa em sala de aula. In: REZENDE, Letícia Marcondes; ONOFRE, Marília Blundi. **Linguagem e línguas naturais: diversidade experiencial e linguística**. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2006, p. 11-21.

REZENDE, Letícia Marcondes. Causalidade, propriedade diferencial e construção de domínios nocionais. **Alfa**, São Paulo, p. 1, jul. 2003.

REZENDE, Letícia Marcondes. Operações de linguagem e algumas construções nominais. **Alfa**, São Paulo, v. 46, p. 111-127, 2002.

REZENDE, Letícia Marcondes. **Léxico e gramática**: aproximação de problemas linguísticos com educacionais. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2000.

ROBERT, Stéphane. Variation des représentations linguistiques: des unités à l'énoncé. In: FUCHS, Catherine; ROBERT, Stéphane. **Diversité des langues et représentations cognitives**. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1997. p. 25-39.

RUSSEL, Bertrand. De la dénotation. In: RUSSEL, Bertrand. **Écrits de logique philosophique**. Paris: PUF, 1989. p 201-218.

RUSSEL, Bertrand. **Significado e verdade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de linguística geral**. Organizado por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1972.

SCHMITZ, Siegfried J. **Linguística e teoria de texto**. Tradução de Ernst F. Schurmann. São Paulo: Pioneira, 1978.

SEARLE, John. **Speech acts**: an essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

STRAWSON, Peter Frederick. **Escritos lógicos-linguísticos**. In: RYLE, Gilbert et al. Ensaios. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção os Pensadores).

VICTORRI, Bernard. Un modèle opératoire de construction dynamique de la signification. In: VICTORRI, Bernard. **La théorie d'Antoine Culioli**: ouverture et incidence. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1992, p. 185-201.

VIGNAUX, Georges. Entre linguistique et cognition. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J. J.; ROBERT, S. **Langues et langage**: problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: Presses Universitaire de France, 1995, p. 565-582.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore V. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.

VOGÜE, Sarah de. L'effet aoristique. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J.J.; ROBERT, S. **Langues et language: problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli.** Paris: Presses Universitaires de France, 1995, p. 247-259.

VOGÜE, Sarah de. Discret, dense, compact: les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale. In: FRANCKEL, Jean Jacques. **La notion de prédicat.** Paris: Université de Paris 7, Collection ERA-642, 1989. p. 1-38.

ZAVAGLIA, Adriana. **Da invariância da linguagem à variância das línguas:** contribuição para a elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002.